



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

JORNALISMO E BOATARIA NO CASO MARIELLE:
vozes e sentidos na notícia combustível de *fake news*

João Pessoa - PB
Fevereiro/2020



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

**JORNALISMO E BOATARIA NO CASO MARIELLE:
vozes e sentidos na notícia combustível de *fake news***

Andréa Maria Batista da Silva

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como etapa obrigatória para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo, na linha de pesquisa “Processos, Práticas e Produtos”.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Moura

João Pessoa - PB
Fevereiro/2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333j Batista, Andréa.

Jornalismo e boataria no Caso Marielle: vozes e sentidos na notícia combustível de fake news / Andréa Batista. - João Pessoa, 2020.

172 f.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA/PPJ.

1. Fake news. Boatos. jornalismo. Análise de Discurso.
I. Título

UFPB/BC



ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Aos TRÊS dias do mês de FEVEREIRO de dois mil e vinte, às 14 horas, foi realizado, na Sala 'CCTA' 238, na Universidade Federal da Paraíba, Banca de Mestrado da (o) discente **Andréa Maria B. Da Silva**, matrícula 20181000813, para obtenção do Título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

Título : **JORNALISMO E BOATARIA NO CASO MARIELLE – Silenciamento de vozes e produção de sentidos na notícia “combustível de fake news”**

AVALIAÇÃO

Aprovado () Reprovado () Insuficiente

As observações sobre o referido trabalho acadêmico encontram-se no verso desta Ata.

BANCA EXAMINADORA:

Sandra Regina Moura
Dr.^a Sandra Regina Moura – Orientador (a) (PPJ/UFPB)

Paula de Souza Paes
Dr.^a Paula de Souza Paes - Membro Titular Interno (UFPB)

Marluce Pereira
Dr.^a Marluce Pereira - Membro Titular Externo (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor do tempo e da vida. “Sem Ele nada do que foi feito, se fez” (João 1:3b);

Às minhas filhas, Larissa e Letícia, minhas alegrias, por ter sido tão abençoada e escolhida para partilhar esta vida com vocês;

Aos meus pais, Elizete Maria do Nascimento e João Cabral Batista (*in memoriam*), por terem sacrificado os seus melhores anos por nós, filhos, e terem me ensinado a ser gente;

Aos meus irmãos: Marcos, meu ombro forte; Márcia, a que toma manda em todos; Adriana, pela coragem de ser feliz, e Elana, que me bota no fogo e sempre está me lembrando que “a vida é agora”. Vocês ainda trouxeram mais gente para essa loucura boa e engraçada, que se chama família: Leila, Iremar, Marcos Filho, Yeda, Gal, Itamar, Isaque, Evely, Marlysson, Kaik...;

Às professoras Sandra Moura (orientadora), Paula Paes e Marluce Pereira, que apontaram os caminhos da jornada, dando contribuições, desde a banca de qualificação, e seguindo comigo até a conquista final;

Aos professores do PPJ: Glória Rabay, que despertou uma vontade adormecida de escrever e escrever; Zulmira Nóbrega, sempre preocupada com a atualização do nosso *Lattes*; Fernando Firmino da Silva, por nos colocar ainda mais a par das perturbações do jornalismo digital; Luiz Custódio da Silva, por insistir na “glocalidade” do jornalismo de proximidade; Joana Belarmino, com sua ética profissional, e Cláudio Paiva, por ter me apresentado *Black Mirror*;

Aos colegas da turma 2018.1 do mestrado profissional de jornalismo da UFPB: Amy Nascimento, a musa do ‘jornalismo móvel’ (piada interna); Laura Luna, nossa adorável “Dory” (mais uma piada interna); Suely Porfírio e Joana Rosa, as corredoras medalhistas do PPJ; Camila Bezerra, a The Mônia mais angelical que conheci; Adriana Bagno, uma representante de turma à altura; Saulo Queiroz, meu Deus, que homem!; Irene Sá, a que arrasa nos rolés aleatórios; Thiago Marques, meu companheiro de lixão e de perrengues; André Resende, Enio ‘Marx’ e Fabiano Diniz, comunistas maravilhosos; Vieira Neto, dono da melhor chocolateria da UFPB; Felipe Doner e Steniel Chagas, os mais discretos. Já sinto saudades dos choros e dos risos. Espero que o nosso grupo de *WhatsApp* permaneça, porque ainda preciso dar boas gargalhadas;

Ao amigo Marcos Vital, que me incentivou a voltar à academia após 20 anos de separação; que me emprestou seus resumos (ele não me deixa esquecer isso, jamais); que vibrou com minha aprovação e, na metade do caminho, quando estava bem *punk*, ainda tentou me ensinar a dançar lambada (sem sucesso);

Ao professor Rafael de Moraes, que me fez recordar o prazer de devorar livros, quando eu estava lendo apenas por obrigação;

Aos “Ex-Prangidos” Haryanne Arruda, Aline Guedes, Efigênia Mendonça, Nyanne Nóbrega, Eduardo Santos, Flávio Asevedo, Tássio Ponce de Leon (ainda deu pitaco no meu projeto) e Amanda Carvalho (me repassou livros). Nossa amizade deixa a vida mais leve;

A Fernanda Figueiredo, que representa uma ruma de mulheres maravilhosas, feministas, inteligentes e empoderadas com quem aprendo todos os dias;

A Érico Fabres e sua família querida, pela torcida e incentivo, principalmente, no início desta caminhada;

Aos meus colegas do Ministério Público da Paraíba: Cristina Fernandes, Alexander Carvalho e Ernane Gomes e aos queridos estagiários: Pedro, Sanyo, Twany, Clara, Matheus, Neto, Emmily, Cefas, Ricardo, Gustavo, Marcelo, Bruna, Roberto, Karen, Miriam, Vinícius, que me ajudaram a “segurar a rede” (você sabem o que significa isso) nesses dois anos;

Ao procurador-geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, que flexibilizou meus horários de trabalho, para que eu pudesse enfrentar a maratona de estudos;

Enfim, não citei todo mundo que é importante para mim. Apenas alguns que fazem parte do meu cotidiano e outros que, no curso deste mestrado, me ajudaram, me ensinaram algo marcante ou me inspiraram. Tenho certeza que esqueci pessoas que passaram pela minha vida e que foram essenciais para que eu concluísse esta jornada (se você é uma delas, me perdoe!), afinal, não se chega ao fim de um grande projeto sem cometer erros pelo caminho.

Obrigada a todos! ♥

RESUMO

Analizamos o tratamento jornalístico dado aos falsos boatos contra a vereadora carioca, Marielle Franco (Psol-RJ), em março de 2018. Os rumores nasceram em grupos de *WhatsApp*, foram validados no *Facebook* por uma representante do sistema brasileiro de Justiça e ganharam notoriedade por meio de uma notícia, considerada “combustível” de *fake news*, publicada pela *Folha de S. Paulo* e replicada por outros veículos de comunicação, dentre os quais os sites da revista *Veja* e do jornal *Extra*, o blog *Ceticismo Político* e o paraibano *Portal T5*. Em forma de jornalismo, as calúnias contra a parlamentar voltaram às redes sociais e foram compartilhadas, pelo menos, 650 mil vezes, em pouco mais de 48 horas. A partir desse caso e, especificamente, da análise da cobertura jornalística dada ao fato, identificamos as vozes e os sentidos movimentados nos discursos. Problematizamos sobre até que ponto o rigor na checagem dos fatos e das fontes e o emprego da polifonia na construção de um texto podem evitar que jornalistas profissionais se tornem disseminadores de boatos. Nas cinco matérias analisadas, enxergamos luta de classes, ideologia nas formações discursivas e silenciamento. Diante da pretensa objetividade do jornalismo, buscamos a contribuição da Análise de Discurso Francesa (AD) para compreendermos que, embora a técnica diferencie um jornalista profissional de um cidadão produtor de conteúdo e seja essencial para reportar acontecimentos, os textos sempre podem ser ressignificados pelos destinatários. Como adverte Orlandi (2007), estamos condenados a interpretar.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. *Fake news*. Boatos. Análise de discurso. Checagem de fatos. Construção da notícia. Produção de sentidos.

ABSTRACT

We analyzed the journalistic treatment given to false rumors against the city councilwoman, Marielle Franco (Psol-RJ), in March 2018. The rumors were born in WhatsApp groups, were validated on Facebook by a representative of the Brazilian justice system and gained notoriety through a news, considered “fuel” for fake news, published by *Folha de S. Paulo* and replicated by other media outlets, including *Veja's* websites *Veja* magazine and *Extra* newspaper, the blog *Ceticismo Político* and the paraibano *Portal T5*. In the form of journalism, the slander against the parliamentarian returned to social media and was shared at least 650 thousand times, in just over 48 hours. From this case and, specifically, from the analysis of the journalistic coverage given to the fact, we identify the voices and the senses moved in the speeches. We question the extent to which the rigor in checking the facts and sources and the use of polyphony in the construction of a text can prevent professional journalists from becoming rumors. In the five analyzed articles, we see class struggle, ideology in discursive formations and silencing. Given the alleged objectivity of journalism, we seek the contribution of French Discourse Analysis (AD) to understand that although the technique differentiates a professional journalist from a content producing citizen and is essential for reporting events, texts can always be re-signified by the recipients. As Orlandi (2007) warns, we are condemned to interpret.

KEY WORDS

Journalism. Fake news. Rumors. Discourse analysis. Fact checking. Construction of the News. Sense Production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo 1

Figura 1- Índice de Confiança Social - ICS.....	19
Figura 2 - Reprodução de trecho de opinião de ombudsman da Folha	53
Figura 3 - Agências de Fact-checking no mundo	59
Figura 4 - Capa do EBC's Hoax em 22/09/2019	60
Figura 5 - Capa do Aos Fatos em 22/09/2019	62
Figura 6 - Capa do Boatos.org em 28/09/2019.....	63
Figura 7 - Capa do Estadão Verifica em 28/09/2019	64
Figura 8 - Capa do E-Farsas do dia 29/09/2019	66
Figura 9 - Capa do Uol Confere em 29/09/2019	67
Figura 10 - Capa do É Isso Mesmo? do dia 29/09/2019	68
Figura 11 - Capa do site da Lupa em 29/09/2019	69
Figura 12 - Capa do site Comprova, em 05/10/2019.....	71
Figura 13 - Capa do site Checamos, em 25/12/2019.....	72
Figura 14 - Comentário de leitora do E-Farsas	73

Capítulo 2

Figura 15 - Print da pesquisa do termo "AD" na Capes	83
--	----

Capítulo 1

Figura 16 - Comentário da desembargadora Marília Castro Neves no Facebook.....	96
Figura 17 - Manchete da Folha em 16 de março de 2018	99
Figura 18 - Ombudsman da Folha faz autocrítica do jornal.....	104
Figura 19 - Locutores da matéria da Folha.....	106
Figura 20 - Reprodução de comentários de matéria.....	109
Figura 21 - Comentário de Paulo Nader que não virou notícia.....	111
Figura 22 - Formação discursiva na Folha: favela e bandidagem	119
Figura 23 - Formação discursiva na Folha: tentativa de despolitizar morte.....	122
Figura 24 - Formação discursiva na Folha: tentativa de culpar a vítima.....	123
Figura 25 - Manchete do Ceticismo Político em 16 de março de 2018	125
Figura 26 - Formações discursivas no Ceticismo Político	126
Figura 27 - O Globo traça caminho de fake news	128
Figura 28 - Identificação de editor do Ceticismo Político.....	129
Figura 29 - Manchete da Veja em 16 de março de 2018 (matérias original e modificada) ...	132
Figura 30 - Recorte de comentários de leitores da Veja.....	134
Figura 31 - Manchete do Extra no dia 17 de março de 2018.....	135
Figura 32 - Manchete do Portal T5 em 17 de março de 2018	137

LISTA DE SIGLAS

- ABLJ** — Associação Brasileira de Letras Jurídicas)
- AD** — Análise de discurso francesa
- AFP** — Agence France-Presse
- Capes** — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNJ** — Conselho Nacional de Justiça
- EBC** — Empresa Brasil de Comunicação
- HEC** — Escola de Altos Estudos Comerciais (de Paris)
- IFCN** — International Fact-Checking Network (Rede Internacional de Verificação de Fatos)
- LGBTQI+** — Lésbicas, gays, bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e outros
- PPJ** — Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
- Psol** — Partido Socialismo e Liberdade
- TJ-RJ** — Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
- UFF** — Universidade Federal Fluminense
- UFJF** — Universidade Federal de Juiz de Fora
- WWW** — World Wide Web

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE SIGLAS	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
1 JORNALISMO E <i>FAKE NEWS</i> : A CONSTRUÇÃO DA VERDADE NA ERA DO “QUEM SE IMPORTA?”	18
1.1 Como nascem os boatos e quais seus efeitos.....	25
1.2 Os cidadãos produtores de conteúdo e os <i>newsmakers</i>	27
1.2.1 O método jornalístico.....	33
1.3 A notícia e a construção social da realidade	35
1.4 Quando o tempo é mais importante do que o fato	39
1.5 O combate à <i>fake news</i> e o corte na própria carne.....	52
1.6 As plataformas de <i>fact-checking</i> e o “caso Marielle”	58
1.6.1 Portal EBC’s Hoax Reports	60
1.6.2 Aos Fatos	61
1.6.3 Boatos.org.....	63
1.6.4 Estadão Verifica.....	64
1.6.5 E-Farsas	65
1.6.6 Uol Confere.....	66
1.6.7 É Isso Mesmo?.....	67
1.6.8 Lupa	69
1.6.9 Comprova.....	70
1.6.10 Checamos.....	71
1.7 O jornalismo diário correndo atrás do prejuízo	72
2 O CAMINHO PERCORRIDO: MÉTODO E TEORIA SE COMPLETAM.....	75
2.1 Por que Análise de Discurso?	77
2.2 Análise de Discurso Francesa no Brasil ou AD Brasileira?	79
2.3 Contribuição da AD à pesquisa jornalística.....	81
2.4 Ideologia e luta de classes.....	85
2.5 Enxergando as formações discursivas	86
2.6 É inútil perguntar o que o sujeito quis dizer	88

2.7 O silêncio também fala	90
2.8 Questões de análise do objeto empírico.....	91
3 A PESQUISA: DO TEXTO AOS SENTIDOS.....	93
3.1 A <i>Folha</i> e a notícia “combustível” de <i>fake news</i>	98
3.1.1 Falha na checagem e na construção da notícia	100
3.1.2 Identificação das vozes e dos lugares de fala dos sujeitos.....	105
3.1.2.1 Os locutores e enunciadores	106
3.1.2.2 Os alocutários: a quem se destinou o discurso.....	112
3.1.2.3 Delocutários: a voz de quem se falava não foi ouvida.....	114
3.1.3 Estudo dos sentidos: o que foi silenciado e o que foi movimentado	115
3.1.3.1 O que não foi dito sobre “Marielle” e sobre “Marília”.....	116
3.1.3.2 Favela, esquerda, negros e bandidagem.....	117
3.2 <i>Ceticismo Político</i> : punição para blog sensacionalista	124
3.3 A <i>Veja</i> e o efeito do desmentido no jornalismo, uma checagem tardia.....	131
3.4 O <i>Extra</i> e seu discurso intensificador da monofonia	134
3.5 <i>Portal T5</i> : informação no texto, mas título caça-cliques	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS.....	157
ANEXO A - Matéria da <i>Folha de S. Paulo</i> , objeto de estudo.....	157
ANEXO B - Matéria do <i>Ceticismo Político</i> , objeto do estudo.....	159
ANEXO C - Matéria da <i>Veja</i> , objeto do estudo, publicada originalmente.....	161
ANEXO D - Matéria da <i>Veja</i> , objeto do estudo, publicada com alterações.....	164
ANEXO E - Matéria do <i>Extra</i> , objeto de estudo	167
ANEXO F: Matéria do <i>Portal T5</i> , objeto de estudo	169
ANEXO G: Artigo publicado pelo <i>Ceticismo Político</i> , indisponível na página	171

INTRODUÇÃO

"Todos devem deixar algo para trás quando morrem, dizia meu avô. Um filho, um livro, um quadro, uma casa ou parede construída, um par de sapatos. Ou um jardim. Algo que sua mão tenha tocado de algum modo, para que sua alma tenha para onde ir quando você morrer. E quando as pessoas olharem para aquela árvore ou aquela flor que você plantou, você estará ali".

(Ray Bradbury)

Às 21h05 do dia 16 de março de 2018, uma manchete no site do jornal *Folha de S. Paulo* causa rebulição: “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é cadáver comum”¹. Em nove parágrafos, o texto da reportagem reproduz a declaração da desembargadora do Rio de Janeiro, Marília Castro Neves, postada em uma rede social digital, sobre a vereadora carioca Marielle Franco (Psol-RJ), assassinada dois dias antes, em uma emboscada. O carro no qual a vereadora, sua assessora e seu motorista estavam foi alvejado com 13 tiros, que atingiram a parlamentar e o condutor do veículo, Anderson Pedro Gomes. Nos dias que se seguiram ao duplo assassinato, a falta de informações oficiais sobre a autoria e os motivos do crime criava o ambiente propício à proliferação de boatos, que se espalharam na Internet como rastro de pólvora. Mas, incoerentemente, foi através de uma matéria jornalística que as *fake news* sobre a vereadora ganharam mais notoriedade.

Em nenhum dos seus nove parágrafos, a matéria assinada pela jornalista Mônica Bergamo dizia que a desembargadora estava replicando informações falsas ou não checadas. Naquele momento, a *Folha* apenas parafraseou o discurso replicado nas redes sociais, proferido por uma fonte aparentemente confiável, pela posição que ocupava, mas também não checada. Os fatos apontados também não foram verificados, ou se foram, os resultados da verificação não foram explicitados. A notícia publicada por um veículo de um dos maiores conglomerados

¹ Disponível em <https://bit.ly/2G3lSaT>. Acesso em: 18 mar. 2018.

de mídia do Brasil foi replicada, no todo ou em partes, por outros veículos também influentes e páginas e perfis de redes sociais, de todos os tipos e com vários níveis de credibilidade, entre os quais os que escolhemos para este estudo: o site da Revista *Veja*, o *Jornal Extra*, o blog *Ceticismo Político* e o site paraibano de notícias *Portal T5*.

Vale ressaltar que, naquele momento, se tornava humanamente impossível rastrear as “notícias falsas” (em formato ou não de texto jornalístico), envolvendo Marielle Franco. Foi preciso uma força-tarefa capitaneada pelo partido de Marielle, o Psol, pela família, amigos e por veículos jornalísticos e plataformas de *fact-checking* para tentar desmentir os boatos que teimavam em aparecer. O detalhe é que os boatos continuam registrados na rede, só que em forma de notícia jornalística.

Mas, se a fonte falou e o jornalista apenas reproduziu o que foi dito, ele não faltou com a verdade, não mentiu, não publicou *fake news*, apenas fez seu trabalho. Esse é o pensamento de muitos, do ramo ou não do jornalismo, mas a prática tem mostrado que o papel do jornalista não é apenas reproduzir falas e “furar” a concorrência, mas, sim, checar fontes e fatos e tentar produzir um discurso honesto para si e para os outros. Não seria o mínimo que a sociedade espera de nós? Sim, Embora que, à luz da Análise de Discurso Francesa (AD), mesmo o texto checado, polifônico e plural, pode produzir e restringir sentidos alheios à vontade do seu autor. E é, a partir dessa compreensão, que procuramos analisar a notícia que foi considerada “combustível” de *fake news* e suas repercussões, a partir do estudo das vozes e dos sentidos no discurso publicado.

Nesse contexto, nasceu esta pesquisa, uma tentativa de, a partir desse caso, refletir sobre o papel dos construtores de notícias, os *newsmakers*, diante de fatos pouco esclarecidos e com alto potencial de serem alvos de boatos e sobre os efeitos do método de checagem de notícias (ou da falta dele) para a produção dos sentidos. Partimos da premissa de que a “objetividade” ou melhor: “a pluralidade de observação e de relato [...] de fontes, de canais” (MELO, 2006) pode ser determinante na produção de sentidos, mas, à luz da Análise de Discurso, também consideramos que, por mais objetiva que seja a linguagem, não há nela um sentido puro e literal, pois “não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2015, p. 7), porque “não há aliás realidade sem ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 46) .

Como objetivo geral nos propomos a problematizar sobre a capacidade do discurso jornalístico de movimentar sentidos, tentando compreender até que ponto a utilização do método de checagem de fontes e fatos pode evitar a produção e disseminação de boatos. Analisamos a capacidade dos jornalistas de, na prática diária, desbancar *fake News*, estando

submetidos a uma rotina produtiva, que inclui a pressa para publicar e a cultura de dar mais importância ao “furo” do que à investigação do próprio fato. Para isso, elegemos como objetivos específicos identificar o fluxo percorrido pela *fake news*, das redes sociais à imprensa, e analisar, principalmente, o funcionamento do discurso nas cinco notícias selecionadas para este fim, reconhecendo as vozes, os lugares de fala dos sujeitos e os sentidos movimentados, a partir das formações discursivas. Nessa tentativa, com base na *mea culpa* da *Folha* e de outras análises que consideraram que o jornalismo amplificou os boatos, refletimos se os sentidos poderiam ter sido outros, caso o método jornalístico de checagem de fatos e fontes tivesse sido seguido com rigor.

Dividimos o trabalho em três partes, sendo a primeira uma revisão teórica para melhor situarmos aspectos que fazem parte e interferem na prática jornalística e na produção de notícia. Assim, procuramos situar a nossa pesquisa no cenário atual, principalmente, no contexto de disseminação e combate a falsos boatos, já tentando uma interlocução com o nosso objeto de estudo. À luz de autores e pesquisadores do jornalismo e de outras áreas — como Kapferer (1993), DiFonzo (2009), D’Ancona (2018), dentre outros —, observamos que as *fake news* de hoje são os “boatos” de sempre, mas com outros efeitos devido ao incremento da chamada “era da pós-verdade” e da tecnologia, que permite que se espalhem com mais rapidez e alcancem mais pessoas, em menos tempo. Também, através de estudos já feitos, lembramos como as notícias falsas entraram na ordem do dia e como o combate a elas fica mais difícil em um cenário de descrédito das instituições, da relativização da verdade e da supervalorização das emoções e das crenças pessoais.

Ainda nesta primeira parte, tentamos compreender como os conceitos de notícia, jornalismo, verdade, objetividade e credibilidade se aplicam no cotidiano dos jornalistas; como a cultura jornalística interfere no processo de produção da notícia e como o tempo se tornou o mais importante valor-notícia nesta era digital (mais importante do que a própria notícia), levando profissionais a optarem por textos superficiais, monofônicos e caça-cliques, contanto que sejam produzidos e publicados “em tempo real”. Apesar das técnicas jornalísticas, dos códigos deontológicos e do método de checagem de fatos e fontes, a urgência de produzir e publicar atropela os valores profissionais, porque “é preciso” disponibilizar notícias quentes para satisfação de uma audiência sedenta e movida pela instantaneidade.

Para fazer esse exercício de olhar para dentro de nós, jornalistas, recorreremos a autores e pesquisadores do jornalismo, da sociologia e da história — como Alsina (2009), Traquina (2013, 2018), Berger e Luckmann (1973), Wolf (1999), Ramonet (2000), Morin (1986), Melo

(2006), Moretzsohn (2002), Figaro (2013) e Bourdieu (1997). Eles e outros nos ajudam a compreender a nossa relação com o tempo e com a ética; nos descortinam, sem o romantismo da “teoria do espelho”, os processos de construção da realidade cotidiana e das notícias, nos levando a uma autocrítica em relação ao nosso papel de construtores da realidade, através do jornalismo, mas também nos mostram a complexidade dessa prática, nos obrigando a fazer uma análise do nosso objeto com menos paixão, mas também com menos julgamentos.

Na segunda parte deste trabalho, tentamos compreender a Análise de Discurso Francesa como disciplina, método e fundamentação teórica e como a AD pode contribuir para a pesquisa e a prática jornalística. Destacamos a interlocução dos estudos sobre AD com a hipótese teórica do *Newsmaking* e da teoria da construção social da realidade. Entre os estudiosos e pesquisadores que nos serviram de base para esse entendimento, destacamos Eni Puccinelli Orlandi (2007; 2012; 2015), pesquisadora pioneira de AD no Brasil. A autora nos apresenta Michel Pêcheux, a quem mais filia os seus conhecimentos. Nessa tentativa de entender e aplicar a AD à nossa pesquisa, chegamos ao pragmatismo de Benetti e Lisboa (2007; 2016; 2019), de quem adaptamos as principais questões que servem como um roteiro prático para a análise do nosso objeto.

Também é nesta segunda parte que começamos a fazer o paralelo entre o método jornalístico de apuração (que, na nossa observação, foi violado) e as possibilidades de interpretação do discurso, observando o nosso objeto, a partir de certas posições dos sujeitos baseadas na historicidade, na ideologia, no político. Como a AD contribui na nossa pesquisa como método e também como fundamento teórico, como dissemos, esse capítulo também termina sendo uma extensão do primeiro, no entanto, mais focado no jogo entre “objetividade e ideologia”, “literalidade e sentidos” e no discurso como um lugar de “luta de classes”. Começamos aí a compreender as posições e formações discursivas dos sujeitos, como estudar as vozes e como extrair os sentidos do dito e do “não dito” (silenciamento).

Já no terceiro capítulo, nos debruçamos mais atentamente sobre o nosso objeto empírico (as cinco publicações que selecionamos para esta pesquisa), procurando aplicar os conceitos teóricos vistos nas duas primeiras partes, buscando os sentidos possíveis do discurso, identificando suas vozes (locutores e enunciadore)s, como também de quem se fala (delocutários) e a quem se fala (alocutários), tentando enxergar seus lugares de fala e as formações discursivas nas quais se inscrevem. É chegada a hora de tentar enxergar como os textos que escolhemos como amostragem desta pesquisa significam, quais os sentidos que são movimentados e silenciados/restringidos, considerando a “relação língua/sujeito/história” que

nos leva a entender que sempre “algo fala antes, em outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2012, p. 11,12).

Nesta parte da pesquisa, apresentamos cada uma das cinco notícias estudadas, nos detendo mais na reportagem da *Folha*, que foi a origem das demais, procurando traçar uma linha do tempo e comparar semelhanças e diferenças nos discursos. Trazemos ao debate monitoramentos e outras reportagens e artigos que falam sobre a matéria estudada, de forma a não considerar apenas nossa interpretação (embora também isso seja uma forma de significar), observando os sentidos que foram movimentados no meio jornalístico (quando colegas comentam sobre a matéria e social. Na análise da matéria que expõem a luta de classes (representadas pela desembargadora Marília Castro Neves e pela vereadora negra, de esquerda e “cria da favela”, Marielle Franco) textos como o de Paula Cesarino Costa, a *ombudsman* do jornal à época da publicação da notícia, foram fundamentais para respaldar a constatação que a *Folha* falhou na apuração e, por isso, sua publicação foi considerada de “combustível” de *fake news*.

Por que escolhemos o blog *Ceticismo Político*, que não tem compromisso com o jornalismo (não é feito por jornalistas), sendo totalmente opinativo e tachado como não confiável? Justamente por isso. A página utilizou a matéria da *Folha* — um veículo tradicional e que, apesar das críticas, goza de confiança e aceitação no meio jornalístico e na sociedade — para reforçar uma campanha difamatória contra uma vereadora de esquerda. E dos cinco veículos estudados, foi o único que sofreu alguma punição perante a sociedade, por ter reproduzido informações falsas. O detalhe é que essas informações foram extraídas da matéria da *Folha*, que continua até hoje na Internet. Também foi a notícia do *Ceticismo* que mais gerou tráfego nas redes sociais, com 360 mil compartilhamentos no *Facebook*.

Chegamos à *Veja*, que também reproduziu o texto da *Folha*, quase *ipsis litteris*, mas foi o único veículo (dos que analisamos) que, após esclarecido que a desembargadora havia disseminado *fake news*, editou (embora 24 dias depois) o texto original publicado no dia 16 de março de 2018, acrescentando a informação que era um falso boato. Por que isso nos interessa? Além de reforçar que houve falha na primeira apuração, importa-nos refletir até que ponto a “checagem tardia” ou melhor, a atualização da informação, é eficaz quando pelo menos, 251 mil perfis do *Facebook* (fora os que viram em outros meios) já haviam compartilhado a seguinte informação: “Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos'”. Além disso, esse esclarecimento foi feito no texto e no subtítulo, mas, o título sensacionalista foi mantido.

Já na análise da matéria veiculada pelo Jornal *Extra*, um dos pontos de reflexão é a supressão de uma informação que, na matéria original da *Folha*, era a única que lançava uma dúvida sobre a veracidade do discurso da desembargadora. Assim, observamos como o *Extra* intensificou a monofonia e, ao mesmo tempo, foi de encontro aos “princípios editoriais” do grupo de comunicação que representa, quando decidiu replicar uma informação de outro veículo, sem fazer sua própria checagem.

Por último, examinamos o caso do *Portal T5*, o único site paraibano que repercutiu a notícia da *Folha*, segundo conseguimos identificar no mapeamento do fluxo da notícia. O veículo “pegou carona” na descoberta e “gancho” da *Folha* quando, pelo lapso de tempo, os fatos relatados pela desembargadora já tinham sido desmentidos e caracterizados como falsos boatos. Mesmo assim, o *Portal T5* manteve o título caça-cliques: “Magistrada acusa vereadora Marielle Franco de ligação com o Comando Vermelho”.

E assim, construímos nossa pesquisa, problematizando sobre o “jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos” (BENETTI, 2010, 1070), sentidos que podem ser restringidos, movimentados e silenciados, a partir da forma como o discurso é construído, ou seja, com múltiplas vozes, com equilíbrio na relação de forças, e considerando a opacidade da linguagem e as formações discursivas nas quais os destinatários se inscrevem. Nossa intenção não é esgotar o assunto, mas contribuir com outras pesquisas e reflexões que vêm sendo feitas sobre o “Caso Marielle”, desde março de 2018.

1 JORNALISMO E *FAKE NEWS*: A CONSTRUÇÃO DA VERDADE NA ERA DO “QUEM SE IMPORTA?”

“A verdade está por aí. Tomara que a exijamos”.

(Matthew D’Ancona)

Não podíamos avançar na problematização dos sentidos e das vozes no discurso jornalístico, sem refletir um pouco sobre a nossa prática inserida em um determinado contexto, o da “era da pós-verdade”, na qual a realidade é construída, seja ela real ou não, e compartilhada por uma sociedade cada vez mais digital. Nesse cenário, procuramos situar a nossa pesquisa, examinando como autores trataram a relação do homem com a verdade, do jornalismo com os boatos, no século passado, e como esses conceitos foram retomados por pesquisadores contemporâneos, no nosso “nanotempo”². Assim, observamos que as *fake news* de hoje são os mesmos boatos de ontem, mas com os incrementos deste novo tempo, marcado pelo descrédito geral das instituições e da supervalorização das emoções e das crenças pessoais. Vamos refletir como o jornalismo, aqui e ali, é flagrado replicando e disseminando comportamentos que se chocam com os seus ideais, com os pilares de sustentação da profissão.

O “quarto poder”, o “cão de guarda”, a “voz do povo”... Jornalistas já foram tratados como heróis e, às vezes, se sentem deuses. Mas, basta um deslize (ou muito menos, basta que alguém não concorde com o que está sendo divulgado) para estarmos no outro extremo, para recebermos vereditos diversos do “tribunal das redes sociais”, que às vezes nos chama de “imprensa golpista”, outras de “imprensa esquerdista” e outras de “imprensa de direita” e outros rótulos. E, no geral, estamos fazendo apenas nosso trabalho, que desagrada a um ou outro lado. Mas, outras vezes, não.

A nosso ver, isso acontece porque o jornalismo é uma atividade legítima de mediação, mas assumiu para si a responsabilidade humanamente impossível de transmitir a realidade tal qual ela é, através de uma pretensa neutralidade inexequível em qualquer atividade humana, como veremos no subtítulo 1.3 deste trabalho. Por hora, a questão que nos preocupa é a sensação de estarmos saindo de uma situação confortável e legitimada pela sociedade para um descrédito

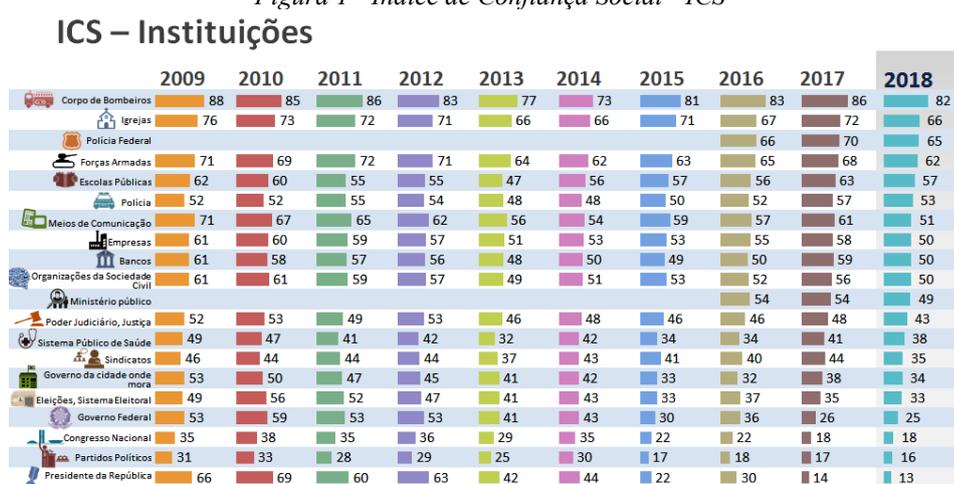
² Expressão usada por Figaro (2013, p. 53) para indicar o tempo cada vez mais curto da era digital.

absoluto. Justamente agora, quando mais se precisa de um exército para se combater as *fake news*, que se multiplicam na velocidade do digital, o jornalismo tem sua razão de ser minada. Explicaremos.

Embora nos preocupe a questão da credibilidade do jornalismo, obviamente, porque nos afeta diretamente enquanto profissionais da área, vale ressaltar que não é somente a confiança no jornalismo que está em queda livre. Outras instituições tradicionais, como a Igreja e o Ministério Público, por exemplo, têm sofrido do mesmo mal. O Índice de Confiança Social (ICS), divulgado em 2018, pelo Ibope Inteligência³, por exemplo, mostrou que, no Brasil, a perda da credibilidade é um fenômeno generalizado, e que as pessoas estão acreditando menos nas instituições, nas outras pessoas, sejam elas seus familiares, vizinhos ou amigos. É um descrédito na sociedade em geral.

O estudo apurou que, em 10 anos, nunca foi tão baixa a confiança do brasileiro em 20 importantes instituições. A confiança nos veículos de comunicação é a menor desde 2009, quando a pesquisa foi feita pela primeira vez. Na pesquisa de 2018, em uma escala de 0 a 100 usada para medir o ICS, os meios de comunicação atingiram 51, 20 pontos a menos que em 2009. Só para comparar, a instituição mais confiável foi o Corpo de Bombeiros (com 82 pontos) e a que teve o pior nível de credibilidade foi a Presidência da República, com apenas 13 pontos. Nesse ranking, os meios de comunicação ainda se encontram em um lugar privilegiado, o sétimo entre vinte, ainda que isso não signifique uma posição totalmente confortável.

Figura 1- Índice de Confiança Social - ICS



Fonte: Ibope Inteligência.

³ Disponível em <https://bit.ly/2KUWd2F>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Mas, o que aconteceu? Por que estamos acreditando menos em outras pessoas e nas instituições? Quais as consequências disso? Para o pesquisador da Queen Mary University of London, o jornalista britânico, Matthew D’Ancona (2018), o ceticismo é um fenômeno mundial, que ocorre na sociedade pós-moderna, uma característica da era da “pós-verdade” (que segundo o autor teria sido preparada nas décadas anteriores e definitivamente lançada no ano de 2016, marcado pelo *Brexit* e pela eleição de Donald Trump). Segundo ele, saímos de um “pluralismo saudável”, onde as opiniões divergentes conviviam e eram consideradas importantes para o exercício da cidadania e da democracia, e partimos para um “relativismo doentio”.

Não por acaso, em 2016, o *Oxford Dictionaries* escolheu “pós-verdade” como sua palavra do ano, definindo-a como forma abreviada para “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’ANCONA, 2018, p. 20).

Na era da pós-verdade, as vítimas das *fake news* ou as pessoas que se sentem incomodadas por elas não precisam apenas apresentar os fatos objetivos para desbancá-las; precisam travar uma luta contra as convicções e as crenças de quem as criam, as disseminam e as abraçam. Os disseminadores de falsos boatos, muitas vezes, não agem ingenuamente, sabem que não são plausíveis, mas os disseminam porque eles representam exatamente o que querem acreditar ou servem a seus interesses. A verdade e a mentira sempre existiram, mesmo que a primeira fosse como um ideal a ser buscado. Mas algo mudou. A sociedade pós-moderna relativizou os conceitos de verdade e mentira.

[...] as mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias (D’ANCONA, 2018, p. 34).

Pós-verdade, seria sinônimo de uma atitude cínica em relação à verdade ou uma expressão de desdém em relação à verdade, do tipo: “Quem se importa?” (D’ANCONA, 2018, p. 26). Estaríamos vivendo uma apatia geral em relação à busca da verdade, perseguida pela filosofia clássica, quase como uma razão de ser do homem. D’Ancona defende que o cenário atual tem origem no pós-modernismo (na segunda metade do século XX), no pensamento crítico de Richard Ashley, Derrida e Foucault, que estimularam a sociedade a questionar a forma como o mundo está organizado, as instituições e o poder. Para o autor, o pós-modernismo tem dois lados, um bom e outro ruim. O primeiro seria o ganho social por mais inclusão, respeito aos direitos e igualdade entre pessoas. Mas, segundo o pesquisador, o efeito danoso foi que se criou uma legião de “negadores”, que talvez nunca sequer tenha lido uma linha sobre Foucault, mas teriam sido influenciados de uma certa forma pelo “espírito do movimento”.

Seja como for, o fato é que vivemos um momento em que nega-se quase tudo. Não se acredita em nada que não agregue um valor ao seu modo de ver e pensar a vida. Se duvida da história e de acontecimentos históricos que não deveriam ser esquecidos para não serem repetidos (como o “holocausto”, o genocídio da Segunda Guerra Mundial, e a Ditadura Militar de 64, no Brasil). No entanto, tudo isso é, simplesmente, esvaziado e contestado. Nega-se a ciência e seus avanços, duvidando-se que o homem foi à lua, que a terra é redonda e que as vacinas protegem de doenças evitáveis.

Discordando um pouco de D’Ancona, podemos até dizer que, no Brasil, isso não é algo novo, considerando a “Revolta da Vacina”, no Rio de Janeiro, no início do século passado (1904). Sobre isso, os editores que escrevem o prefácio da obra de D’Ancona explicam que “o Brasil foi da mentalidade mitopoética (criação dos mitos) à da pós-verdade sem passar pela era da verdade” (D’ANCONA, 2018, p. 10). Essa seria a explicação para o que ocorreu nesse episódio do início do século passado, no País, quando as pessoas escolheram correr o risco de morrer a tomarem uma vacina. No entanto, é preciso considerar também uma explicação mais simples que a dos editores. Para nós, é plausível que, em um cenário onde a informação era precária, obrigar o povo a se vacinar tenha gerado uma insegurança natural que facilmente teria ativado o sistema de boataria, responsável pelo medo e pela reação à vacinação. Temos um indício que nos leva a acreditar nessa hipótese, no relato divulgado no site da Fiocruz, sobre a Revolta da Vacina:

Em meados de 1904, chegava a 1.800 o número de internações devido à varíola no Hospital São Sebastião. Mesmo assim, as camadas populares rejeitavam a vacina, que consistia no líquido de pústulas de vacas doentes. Afinal, era esquisita a ideia de ser inoculado com esse líquido. E ainda corria o boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas [...] Após um saldo total de 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos em menos de duas semanas de conflitos, Rodrigues Alves se viu obrigado a desistir da vacinação obrigatória [...] Mais tarde, em 1908, quando o Rio foi atingido pela mais violenta epidemia de varíola de sua história, o povo correu para ser vacinado, em um episódio avesso à Revolta da Vacina (A REVOLTA..., 2005).

Hoje, o cenário é diferente, de excesso de informação, o que, para alguns, pode ter o mesmo efeito provocado pela escassez: a desinformação. O fato é que o perigo sempre é iminente quando as pessoas preferem acreditar em boatos. E, assim, mesmo com mais acesso à informação, “vivemos em uma era de fragilidade institucional” (D’ANCONA, 2018, p. 45) pelo descrédito crescente das organizações. E a consequência disso é nefasta: “Quando a verdade desaba como valor social, as continuidades da prática social que ela apoiou são postas em perigo” (D’ANCONA, 2018, p. 72).

Mas aceitar tudo e acreditar em tudo também não é também o que se espera de uma sociedade saudável. Essa não é a questão e não entendemos que as colocações de D'Ancona sejam nesse sentido, até porque ele próprio nos aconselha a exigirmos a verdade. Aliás, a busca pela verdade e a história da humanidade se confundem. O sociólogo francês, Edgar Morin (1986, p. 197), já dizia no século passado que “a ciência derrubou as verdades reveladas, as verdades absolutas”. É importante ter alguma prova do que acreditamos. Morin nos faz crer que não há um problema em desconfiar, em questionar, principalmente a si próprio, quando apresenta um novo estatuto: o da “biodegradabilidade da verdade”.

Toda verdade existe dentro de condições e limites de existência dados. Ela pode ser absolutamente verdadeira dentro dessas condições e limites, mas morre fora dessas condições e limites. As verdades não-biodegradáveis são ilusórias e mentirosas em sua pretensão de transcender as condições mortais de existência (MORIN, 1986, p.199).

Também nos aconselha: “Devemos desconfiar de nossos olhos, embora somente neles possamos confiar” (MORIN, 1986, p. 30), explicando que há um “componente alucinatório” na nossa percepção e, por isso, devemos desconfiar não só do testemunho de outros, mas do nosso próprio. Esse jogo de acreditar e desacreditar parece mais um cuidado para não nos fecharmos na “nossa verdade”, principalmente, aquelas que construímos para que se encaixem em nossas crenças e sirvam aos nossos interesses. Talvez, seja essa autocrítica que falta à sociedade na era da pós-verdade, guardados os limites, porque há verdades que independem de nossa vontade, elas simplesmente são e, por isso, tendem a subsistir.

Em cada aceção, admite sua incerteza e sua certeza. Quanto aos dados, até fatos históricos aparentemente estabelecidos podem ser postos em dúvida; e a própria dúvida crítica pode ser, como já vimos, posta em dúvida e criticada. Nem por isso deixa de haver verdades de fato, que, embora ridicularizadas, negadas refutadas, rejeitadas por enormes mentiras, são preservadas por testemunhos heróicos. Essas verdades, na ocasião, não podem ser provadas, e até mesmo quando se impuserem haverá cétricos que se recusarão a reconhecê-las (MORIN, 1986, p. 200).

O fato de não podermos às vezes provar e convencer da absoluta verdade não nos deixa livres para compactuar com mentiras. O próprio Morin diz que “devemos procurar encontrar e provar o erro. Podemos então conhecer “verdades” sobre o erro. Podemos também reconhecer as verdadeiras mentiras” (MORIN, 1986, p. 199). Então, desacreditar e acreditar é tudo uma questão de buscar o equilíbrio, de buscar e perseguir a verdade, de testar se fatos são plausíveis, se falas são prováveis.

Isso nos remete muito ao jornalismo investigativo e à checagem de fatos. Um hábito saudável é sempre desconfiar dos fatos e das fontes. Desconfiar de nós mesmos, quando

estamos construindo nossas matérias. Talvez não consigamos, no jornalismo, achar a verdade absoluta, mas é possível no “jogo do erro e da verdade”, proposto por Morin, desmascarar a mentira. Ainda que não consigamos convencer a todos a abraçarem a verdade, ela precisa estar lá para quem quiser ver.

É importante registrar que os conceitos de pós-verdade e *fake news* tratados por D’Ancona (2018) estão ligados e são contemporâneos e amarramos que o primeiro preparou o terreno para que o segundo alcançasse o poderio que tem hoje (como já dissemos, a partir do crescente descrédito das instituições). Também não poderíamos prosseguir sem bater na tecla da relativização da mentira, que ganhou o apelido de “fatos alternativos”, cunhado por Kellyanne Conway, assessora do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para justificar o falseamento do número de espectadores na posse presidencial e outras questões, pela Casa Branca⁴.

Segundo a *Deutsche Welle*, emissora internacional da Alemanha, “fatos alternativos” (*alternative fakten*) foi considerada a “despalavra” do ano de 2017: “A expressão indica a tentativa de substituir argumentos factuais por afirmações que não podem ser comprovadas, influenciando assim o debate público, segundo explicou o júri responsável pela escolha, em Darmstadt” (FATOS..., 2018). Esse júri vê com preocupação os neologismos que ferem a dignidade humana, a democracia e que são usados com cinismo para influenciar o debate público. Ainda na mesma publicação, são citadas outras “despalavras”, como a de 2014: “imprensa da mentira” e a de 2015: Gutmensch (“gente boazinha”), “usado nos meios populistas para ironizar a solidariedade com refugiados”. Aliás, sem nos aprofundar muito nisso, ironizar, criar memes e debochar parece ser características da nossa sociedade, um cinismo que vamos introspectando no cotidiano.

Com a despalavra “fatos alternativos” tenta-se tirar o foco da palavra “mentira” e de um outro neologismo, que, definitivamente, entrou para o vocabulário dos brasileiros: *fake News*. Sua popularização muito se deve a acontecimentos ligados às últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos (2016) e no Brasil (2018). *Fake news* é usado como sinônimo de tudo o que é falso. Até aí seria só mais uma mania nossa de “importar” palavras estrangeiras, mais um sinônimo para “mentira”. Mas, alguma coisa mudou no mundo contemporâneo. Em tempos de pós-modernidade, descobrimos que o falseamento de informações ganhou o amparo de uma sociedade descrente de tudo, para a qual a mentira e a verdade podem ser igualmente válidas,

⁴ O caso teve repercussão internacional. Disponível em <https://bit.ly/2TaqC49>. Acesso em 28 jan. 2020.

contato que uma ou outra lhe traga conforto emocional e justifique suas crenças. Nesse sentido, a palavra *fake news* agrega um significado de uma época.

O Dicionário *Cambridge* não oferece palavras sinônimas para a expressão *fake news*, mas uma definição: “Histórias falsas que parecem notícias, disseminadas na Internet ou em outras mídias, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou como uma piada”. E mais adiante, faz uma advertência: “Há uma preocupação sobre o poder da falsa notícia de afetar os resultados das eleições”⁵.

O termo está carregado de significação política na sua origem — e, como veremos neste trabalho, o político e o ideológico fazem parte do discurso —, mas tem sido usado irrestritamente para apontar todo o tipo de informação tida como falsa, irreal, imprecisa, não checada.... Ou seja, *fake news* também serve para substituir palavras como “mentira e boato”. O que mudou foi a nossa forma de enxergar a mentira e o boato, usando as expressões somente quando nos convém.

Além do uso generalizado, não existe um consenso sobre o uso do termo inglês para designar “notícia falsa”. É falso? Então, é *fake*! O termo tem funcionado assim. Embora exista uma corrente que alegue: “Se é *fake*, não é *news*” (levando em consideração que notícia jornalística precisa ser verdadeira), não entraremos no mérito dessa argumentação.

De fato, no Brasil, tudo o que é falso já ganhou o rótulo de *fake news*. Isso pode ser observado nas conversas informais, nos relatos jornalísticos e até em documentos oficiais, como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que criou uma página com o propósito de combater *fake news* (a expressão usada no sentido de boatos em geral e não necessariamente de notícias falsas transvestidas de jornalismo), nas eleições de 2018⁶. Não defendemos, nem demonizamos o termo, apenas nos rendemos ao que, ao nosso ver, já está propagado e virou senso comum: *fake news* é sinônimo de mentira, boato, rumor, falsidade... apresentada de qualquer forma, inclusive, de notícia jornalística não checada.

Neste trabalho, queremos nos distanciar das *fake news* enquanto termo genérico e nos deter no estudo das notícias falsas (ou que geram interpretações falsas) produzidas e ou disseminadas pela imprensa. Nesta pesquisa, não pretendemos polemizar em relação ao uso mais correto da palavra. Propomos sermos flexíveis no uso de sinônimos, aceitando as palavras há muito usadas na língua portuguesa, como “falsos boatos” ou “mentiras” (quando estiver

⁵ Disponível em <https://bit.ly/2qsW7HH>. Acesso em 7 set. 2019.

⁶ Disponível em <https://bit.ly/2ESlqwX>. Acesso em 7 set. 2019.

identificada a falsidade da informação) ou somente “boatos” (quando ainda não se tiver a comprovação de que a informação é verdadeira ou falsa).

1.1 Como nascem os boatos e quais seus efeitos

Bem antes dos neologismos, das “palavras do ano” ou das “despalavras” usadas para chamar a atenção para o perigo das informações não checadas, há quase três décadas, Jean-Noël Kapferer, pesquisador da HEC Paris, já advertia sobre o mais antigo meio de comunicação do mundo, o boato que “está em todos os lugares e em todas as esferas de nossa vida social” (KAPFERER, 1993, p. 4). Ele mostra como os meios de comunicação tradicionais não conseguiriam suprimi-lo, muito pelo contrário. Talvez, o que o autor não conseguiu prever, na época, foi que o boato se tornaria tão veloz e amplificado, principalmente, depois da *World Wide Web* (WWW), a Rede Mundial de Computadores, a Internet, que teve seu “boom” na mesma década de 1990.

Ele (o boato) é o mais antigo dos meios de comunicação de massa. Antes mesmo de existir a escrita, o ouvir-dizer (*bouche-à-oreille*) era o único veículo de comunicação nas sociedades. O boato veiculava as informações, fazia e desfazia as reputações, precipitava os motins ou as guerras. O aparecimento da imprensa, em seguida o do rádio e, enfim, a explosão do audiovisual não conseguiram, entretanto, fazê-lo desaparecer. Apesar dos mídias, o público continua a buscar informações através do ouvir-dizer. A emergência dos mídias, longe de suprimir o boato contribuiu para torná-lo mais especializado: a partir desse momento cada mídia tem seu próprio território de comunicação (KAPFERER, 1993, p. 4).

Segundo ele, os primeiros estudos sobre boato surgiram na década de 1940, a partir do sistema de boataria que atuou na Segunda Guerra, mesmo assim, meio século depois, ainda não se sabia muito sobre o assunto. Kapferer traz algumas definições, mas conclui que “o boato é, antes de mais nada, uma informação: ele traz elementos novos sobre uma pessoa ou um acontecimento ligados à atualidade” (KAPFERER, 1993, p. 5). Em princípio, o boato não seria uma informação falsa, apenas, uma informação não checada.

Assim, independentemente do estilo/forma de um falso boato (uma postagem numa rede social digital, um fuxico do tipo “ouvi dizer” ou uma matéria jornalística), se ele encontrar guarida em um grupo social, seus efeitos podem ser desastrosos. O professor de Psicologia do Instituto de Tecnologia de Rochester (RIT), em Nova York, Nicholas DiFonzo, que, na nossa concepção, faz um tipo de releitura de Kapferer, alerta sobre isso.

Os boatos são poderosos. Eles influenciam atitudes, pensamentos, emoções e julgamentos. Alteram opiniões, preconceitos, medos, afetos, reputações e até mesmo o quanto gostamos do nosso emprego. Também afetam comportamentos como: em quem votamos, quem escolhemos para fazer parte de nosso círculo de amizade, o que compramos, qual escola frequentamos e se mudamos de emprego ou não. (DIFONSO, 2009, p. 22).

Os boatos, geralmente, não surgem do nada, “com frequência, vão se entrelaçando com os eventos reais” (DIFONSO, 2009, p. 3) e o “boato incomoda porque ele pode se revelar verdadeiro” (KAPFERER, 1993, p. 7). Enquanto o “boato” é uma informação não checada, uma afirmação não verificada, que pode ser revelar um “falso boato” ou uma “verdade”, a palavra “*fake news*” não nos dá essa opção, pois já carrega o significado de “notícia falsa”. O termo ideal para ser usado em português seria, então, “falso boato”.

Levando essa situação para o “Caso Marielle”, que nos propomos a analisar aqui, podemos dizer que, no primeiro momento, as informações de que a vereadora estaria envolvida com criminosos, que tinha sido eleita pelo Comando Vermelho (CV) e que tinha sido assassinada por descumprir compromissos com seus apoiadores eram apenas “boatos”, conforme veremos no desenvolvimento deste trabalho. Muitas pessoas que estavam repassando aquelas informações não conheciam Marielle até então — inclusive a desembargadora que disseminou as falsas informações reconhece isso nas matérias analisadas — e esse desconhecimento aliado à falta de informações oficiais sobre o crime contribuiu para a disseminação das informações não checadas, entre as pessoas que não tinham nenhum interesse político nessa disseminação. A questão é que não se esperava que o jornalismo agisse da mesma forma. O que se espera dos jornalistas é que eles chequem antes de publicar.

Os boatos “revanchistas”, um dos tipos apresentados por DiFonzo (2009, p. 20) podem não ficar somente no campo do ‘disse-me-disse’. Eles podem suscitar, além de discursos agressivos, atitudes agressivas e de ódio contra o alvo do rumor. Um exemplo do Caso Marielle pode ter sido a atitude do deputado Rodrigo Amorim (PSL), que quebrou uma placa com o nome da ex-vereadora, emoldurou um fragmento e o pendurou em seu gabinete, na Assembleia Legislativa do Rio, como uma espécie de troféu⁷.

Também já é sabido que *fake news* não é coisa de gente sem instrução. Tanto DiFonzo (2009, p. 22), quanto D’Ancona (2018, p. 68) dizem que os boatos não são repassados apenas por pessoas ignorantes ou sem educação formal, mas por pessoas ávidas por afirmações que lhes deem um conforto emocional, que justifiquem suas convicções e crenças. A desembargadora Marília Castro Neves é um exemplo disso. E o que dizer dos jornalistas que

⁷Disponível em: <https://glo.bo/2GwxSRv>. Acesso em 7 set. 2019.

também embarcaram na divulgação do boato falso sobre Marielle Franco? Também acreditaram e a crença impediu que checassem devidamente? Agiram como a maioria dos cidadãos, que não se veem na obrigação de checar informações antes de repassá-las? Esqueceram do compromisso profissional e ético, dando valor mais ao furo do que à notícia correta? Esses questionamentos são colocados aqui muito mais a título de reflexão para nós construtores de notícias que, no dia a dia, nos deparamos com situações nas quais a matéria ideal nunca é produzida, porque a realidade e as condições de produção não permitem. Trataremos mais sobre isso adiante.

1.2 Os cidadãos produtores de conteúdo e os *newsmakers*

Em uma sociedade na qual verdades e mentiras são igualmente aceitas e repassadas, qualquer um também pode ser mediador da informação ou um “produtor de notícia”. Por que não? O jornalismo, inclusive, vem estimulando esse entendimento quando pede que cidadãos registrem os fatos ao seu redor e sejam um “repórter”. O que esquece-se de dizer que produzir notícia envolve ética e checagem de fatos e fontes, o que cidadãos comuns não querem ou não estão habilitados ou não têm o tempo e as ferramentas para agir assim. Aqui queremos refletir como a rotina produtiva do jornalista, embora calcada em um fazer profissional, por si só, dá brechas para a produção de notícias incompletas, sem polissemia, falseadas, principalmente, quando não é possível seguir todos os passos do método de checagem de fontes e fatos.

Voltemos à questão do cidadão como produtor de conteúdo. Entre as iniciativas que estimulam essa participação podemos citar a campanha da *Rede Globo* “O Brasil que eu quero” veiculada como um projeto para as Eleições 2018, no qual moradores dos 5.570 municípios do País teriam a oportunidade de divulgar seus anseios, gravando vídeos caseiros que seriam exibidos nos telejornais da emissora⁸. Em nível local, lembramos a campanha da *TV Correio*, afiliada da *Rede Record*, na Paraíba, também em 2018. O portal do grupo de comunicação paraibano anunciou a novidade:

A TV Correio está com um novo quadro no Jornal da Correio. Agora, além de telespectador, você também pode ser o repórter. É isso mesmo, seja para relatar um problema em sua rua ou no seu bairro, cobrar algo dos governantes e até mesmo alertar sobre alguma novidade, sua informação será usada na programação, com o quadro ‘#SouRepórterCorreio’. ” (TELESPECTADOR..., 2018).

⁸ Disponível em <https://globoplay.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/p/10525/>. Acesso em 7 set. 2019.

Esse pode ser um exemplo da tentativa dos jornalistas de dividir com o público a responsabilidade de noticiar os problemas sociais, de deixá-lo participar da pauta (como propunha fazer o “jornalismo de proximidade”, chamado de “jornalismo cívico” ou “jornalismo cidadão”) ou apenas uma estratégia para atrair a audiência de pessoas comuns que estão construindo suas próprias audiências nas suas redes sociais e podem falar para “seu público” sem a necessidade da mediação dos meios de comunicação tradicionais. Essa segunda opção não anularia a primeira e poderiam conviver, mas, na prática, o que ocorre é uma participação mínima do público na construção diária das pautas, dos assuntos que realmente são do interesse da comunidade.

As pautas ainda nascem dentro das quatro paredes da redação e, com o advento da “imprensa sentada” também são produzidas dentro desses ambientes, com o mínimo de interação com o público, a não ser quando há a necessidade de justificar o interesse público com uma fala curta de um personagem. Estamos generalizando (não tivemos acesso a nenhuma pesquisa ou estudos que medissem a capacidade de influência dos públicos nas pautas da *Globo*, da *Correio* ou de qualquer outro veículo). Falamos a partir da experiência que tivemos trabalhando em veículos paraibanos e da observação do mercado. Deve haver iniciativas diferenciadas, até mesmo dentro dessas emissoras citadas, mas sabemos que entregar à comunidade a pauta diária de um jornal é contraproducente e pode esbarrar em interesses econômicos e políticos que, todos nós sabemos, existem e são fortes nas empresas de comunicação.

Então, a ideia do jornalismo cívico tradicional era que o público participasse da escolha dos temas tratados pelos veículos e que os jornalistas abrissem mão de serem sozinhos os *gatekeepers*, os porteiros que definem os fatos que entram ou não na ordem noticiosa do dia. Mas a “tribo jornalística” — usando a expressão de Nelson Traquina (2013), professor e pesquisador de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, reconhecido pela contribuição que deu para as teorias do Jornalismo — tem sua rotina produtiva delineada e resiste em dividir a responsabilidade de decidir o que é notícia, o que é compreensível, se levarmos em consideração que o médico não abre mão do seu fazer, nem o advogado, nem qualquer outro profissional que tenha se preparado para executar uma função. O pensamento que perdura é “não abrir mão do dever de informar ao público sobre o que ele deve saber”. E quem define o que as pessoas devem saber? Essa é a questão.

Embora a imprensa mantenha seu poder de fogo, não são mais apenas os jornalistas que ditam as regras do que é ou não notícia. Agora, mesmo a contragosto e sendo pautado pelas

redes sociais digitais, é a vez dos meios de comunicação chamarem o público para participar da construção da pauta, pois “há muito que a comunicação deixou de ser vertical e unidirecional (dos média para o público), mas horizontal e bidirecional (todos entre todos e para todos)” (JERÔNIMO, 2015, p 9). Mas, a realidade no cotidiano das redações é outra. Muitas vezes, o que se pensa de imediato quando se constrói uma pauta é se aquelas notícias vão gerar tráfego ou vão render “cliques”.

A Internet e as redes sociais democratizam as opiniões, mas também favorecem a proliferação de boatos, porque aderir a uma discussão, replicar uma informação sobre a qual pessoas estão comentando é mais importante do que o compromisso com a verdade, é uma maneira de pertencer a uma comunidade, de não se isolar. O cidadão “produtor de conteúdo” (todos podem ser hoje), não tem a técnica de apurar, muitas vezes, não tem o acesso direto às fontes e não se guia pelos códigos deontológicos da profissão. Embora possam ser responsabilizados, acredita que a Internet é “terra de ninguém”, o que, apesar de juridicamente não ser assim, na prática, é o que ocorre, porque o combate às notícias falsas, hoje, é uma tarefa gigantesca.

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rosa Weber, reconheceu neste domingo as dificuldades da Justiça Eleitoral em combater a difusão de *fake news*, uma das armas mais usadas em campanhas eleitorais deste ano. A ministra disse que a distribuição massiva de notícias falsas com fins eleitorais é um fenômeno recente e, por isso, não se sabe ainda como enfrentar o problema (PRESIDENTE..., 2018).

Se uma instituição que anunciou um projeto para combater *fake news* nas eleições de 2018 no Brasil, assume que não consegue frear a onda de notícias falsas, nas vésperas da votação, o problema é muito maior do que se imagina. E o jornalismo, onde está? O seu contributo tem sido para desbancar as notícias falsas, embora, às vezes, também não dê conta dessa tarefa gigantesca ou ainda sirva de disseminador de notícias falsas.

Os jornalistas são os *newsmakers*, os produtores de notícias, legitimados pela sociedade para tal, ainda que o jornalismo viva em crise. A hipótese teórica do *Newsmaking* — que tem como paradigma a teoria construcionista e surgiu a partir de meados da década de 1960, com o estudo do profissionalismo jornalístico, a partir dos estudos dos emissores, através da observação das rotinas dos jornalistas, a etnometodologia — desromantiza a ideia positivista de que as notícias são o reflexo da realidade. "O estudo da profissão jornalística nos conduz a discutir da objetividade, até o modelo de informação" (ALSINA, 2009, p. 223).

Newsmaking seria uma hipótese teórica e não uma teoria, por ser vista como um conhecimento aberto sujeito a novas experiências, diferente da teoria, tida como um sistema

fechado que exclui outras alternativas. Essa informação é apenas um parêntese para lembrar que existem as duas correntes de pensamento. Neste estudo, não entraremos na defesa de uma ou outra (isso demandaria confrontar outras pesquisas e autores), mas nos deteremos aos conceitos que o *Newsmaking* nos remete e nas possibilidades que a teoria ou hipótese teórica nos oferece para pensarmos a atividade jornalística.

A hipótese do newsmaking enxerga a notícia como construção, em oposição à teoria do espelho, segundo a qual a notícia é um reflexo fiel da realidade. Para a hipótese, a linguagem neutra é impossível. As perspectivas do paradigma da Construção Social da Realidade abandonam as pesquisas que estudam efeitos de curto prazo, típicas das pesquisas administrativas antecedentes, para analisar efeitos de longo prazo, cumulativos e cognitivos (PIMENTEL; TEMER, 2012, p. 119).

A hipótese teórica (ou teoria) considera que os discursos jornalísticos são produzidos a partir da cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos, tudo sujeito a “n” interferências. Os elementos fundamentais do *Newsmaking* são os valores-notícias (critérios usados para definir os assuntos que podem ou não ser transformados em notícia, que retomaremos um pouco mais adiante). Mauro Wolf (1999) resume os principais autores que se guiaram nessa direção:

Todas as pesquisas de newsmaking têm em comum a técnica da observação-participante (de entre os exemplos mais relevantes, posso citar Warner, 1971; Elliott, 1972; Epstein, 1973; Altheide, 1976; Schlesinger, 1978a; Tuchman, 1978; Alvarado - Bunscombe, 1978; Golding - Elliott, 1979; Gans, 1979; Fishman, 1980; Bantz - McCorkle - Baade, 1981). Desta forma, é possível reunir e obter, sistematicamente, as informações e os dados fundamentais sobre as rotinas produtivas que operam na indústria dos mass media (WOLF, 1999).

Miquel Rodrigo Alsina (2009), que usa os trabalhos de Gaye Tuchman (citada por Wolf acima), uma das mais importantes pesquisadoras do “*Newsmaking*” (infelizmente, nesta pesquisa não pudemos beber diretamente nessa fonte, em virtude de as obras não estarem traduzidas para o português e não estão acessíveis no Brasil), como referências no seu livro “A construção da Notícia”, tratando o jornalista como 'produtor da realidade social', que segue técnicas para parecer que seu produto é verdadeiro. Tudo isso com uma finalidade: se manter confiável diante de seu público.

Para que o contrato pragmático fiduciário seja aceito pelo destinatário, o jornalista deve construir um discurso que pareça verídico. Para isso, cita algumas fontes utilizadas para tornar a notícia verificável. Usa as aspas para colocar na boca dos protagonistas suas declarações e, dessa feita, justificar a objetividade do seu trabalho. Estrutura a notícia de forma adequada, compilando, em primeiro lugar, os dados essenciais, protegendo-se assim, de possíveis críticas dos seus chefes. Às vezes também traz muitas provas anedóticas suplementares, para dar a impressão de que conhece os mínimos detalhes do que aconteceu. Em resumo, trata-se de criar um efeito

de verossimilhança, a partir de um discursos da verdade, que, no entanto, não garante absolutamente a veracidade dos fatos (ALSINA, 2009, p. 291).

Wolf, que defende que o *Newsmaking* foi uma evolução da teoria do *Gatekeeping*, diz que cabe quase tudo dentro dessa prática: “[...] pode dizer-se que as análises sobre newsmaking descrevem o trabalho comunicativo dos emissores como um processo dentro do qual «há de tudo» (rotinas viscosas, distorções intrínsecas, estereótipos funcionais, precedentes sedimentados etc.)” (WOLF, 1999).

Traquina (2013) leva o profissionalismo ao nível máximo, tratando da “tribo jornalística”, uma comunidade transnacional que tem uma competência profissional específica (saber reconhecer, saber fazer e saber narrar); uma maneira de agir, sem pensar muito; uma maneira de falar (o jornalês) e de ver. Essa maneira de “ver” seria o que o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, chama de “óculos especiais a partir dos quais (os jornalistas) veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular” (BOURDIEU, 1997, p. 25).

Enfim, os jornalistas têm características comuns, uma forma de fazer (uma técnica, um método), mesmo estando em lugares diferentes do mundo. “Para esta comunidade de crentes, um objeto de culto é a própria profissão que exige dedicação total porque o jornalismo não é uma simples ocupação, um passatempo; é mais que um trabalho porque é uma vida” (TRAQUINA, 2013, p. 51)

Na lógica do *Newsmaking*, o processo de rotinização do cotidiano vai da escolha dos fatos noticiosos, passando pela elaboração da pauta, pela escolha das fontes e pelo método de checagem das informações, até a produção do texto e sua publicação. Retomando e parafraseando Wolf, cabe de tudo nesse processo, desde conflitos éticos, falta de condições de trabalho, até manipulações e direcionamentos político-editoriais e ideológicos.

Segundo este ponto de vista, autonomia profissional e distorção da informação surgem como duas faces da mesma moeda: a perspectiva é muito mais radical do que aquela que, remetendo toda a deficiência e manipulação da cobertura informativa exclusivamente para pressões e influências externas, se priva da possibilidade de captar o funcionamento da «distorção inconsciente», ligada às práticas profissionais, às rotinas produtivas normais, aos valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar (WOLF, 1999).

Para Wolf, o profissionalismo, por si só, já implica em distorções da realidade, mesmo quando não há manipulações ou direcionamento intencionais. O processo de produção da notícia deixa suas marcas, porque é uma construção possível, não um reflexo do real. Mas, isso

não quer dizer que isso é desculpa para agir sem medir as consequências. É preciso buscar a verdade, mesmo que seja um ideal. Assim teremos, ao menos, a pluralidade de opiniões, versões diferentes dos fatos, mais equilíbrio na informação, mais criticidade. No entanto, nem sempre os *newsmakers* agem assim. Sem compromisso com “a verdade”, a crise de credibilidade é inevitável.

Não é somente o cidadão comum que quer ter a sensação de “pertencimento”, neste mundo hiperconectado. Não são apenas as novas celebridades das redes sociais que querem atrair seguidores. Antes deles, no mundo offline, os jornalistas já perseguiram isso. E hoje, continuam não abrindo mão de serem os primeiros a noticiar, mesmo não sendo os únicos a poderem publicar. A disputa entre jornalistas (que precisam seguir técnicas e observar códigos éticos) com os cidadãos comuns que só querem expressar opiniões é bem desigual. Mesmo assim, ela existe. Talvez essa corrida explique um pouco o porquê de os profissionais abandonarem os métodos e as regras para apurar, produzir e publicar, se distanciando de valores e pilares da profissão. Estamos em crise, e não é de hoje. E por que esse tema nos interessa aqui, embora não nos determos nele? Porque é uma crise de credibilidade em um cenário de pós-verdade, no qual, a nosso ver, o jornalismo faria toda a diferença. Para o jornalista e pesquisador da Universidade de Coimbra, Carlos Camponez, a crise do jornalismo (há 17 anos, ele falava isso) é de legitimidade, de dependência e também de comunicação com o público.

Não é demais salientar o paradoxo constatado por Dominique Wolton: é precisamente no momento em que parece ter ultrapassado as suas três dificuldades estruturais — a dependência face ao poder político, as fragilidades econômicas e os constrangimentos tecnológicos — que o jornalismo enfrenta uma de suas maiores crises. Crise de legitimidade face ao poder, à política e às instituições públicas; crise de dependência face aos grandes interesses econômicos; enfim, uma crise de comunicação: comunicar depressa não significa comunicar melhor. Tudo se passa como se o jornalismo, para sobreviver às grandes debilidades do passado, tivesse feito uma espécie de pacto com o diabo, comprometendo a sua ligação com aquilo que tem de essencial, os seus públicos (CAMPONEZ, 2002, p. 131).

Em outro trabalho, o autor lembra que a morte da profissão, tão temida pelos profissionais de hoje, já foi profetizada por alguns autores, há pelo menos quatro décadas.

Enclausurados entre um sistema autor-regulador, impotente para limitar os deslizos, e um poder mediático cada vez mais regido pelas lógicas do mercado e as mudanças tecnológicas que põem em causa a estrutura do próprio campo profissional, alguns autores vão ao ponto de profetizar o fim da profissão. Francis Balle questionava, já no início dos anos 80, se não caminharíamos para uma sociedade sem jornalistas, uma vez que ela revelava não estar ainda convencida da especificidade do jornalismo, dos seus procedimentos e da sua ética. Martínez Albertos arrisca mesmo prognosticar 2020 como o ano em que «não haverá lugar (...) para o jornalismo impresso nem para o exercício da técnica de trabalho social que denominamos de jornalismo» (CAMPONEZ, 2004).

No momento da escrita deste trecho, estamos prestes a entrar “no último ano do jornalismo”, conforme o prognóstico citado acima por Camponez. Mas, não há nenhum indicativo de que o jornalismo se acabe. Enfim, esse parêntese foi para exemplificar que a profissão já sobreviveu outras crises e que, hoje, nos parece, que, mais do que nunca, é necessária a existência de profissionais que não só estejam comprometidos com a verdade (mesmo sendo ela um ideal), como também que tenham tempo e ferramentas para defendê-la, que possam “ganhar a vida” fazendo isso, já que o cidadão comum produtor de conteúdos não pode e não é exigido dele a checagem dos fatos e fontes.

Ainda sobre essa insegurança profissional, que não é nova como já vimos, o jornalista e sociólogo espanhol Ignacio Ramonet reforça a existência de uma dupla crise do jornalismo, de perda de audiência e de credibilidade (RAMONET, 2000), também enfatizando a questão do imediatismo, que trataremos com mais atenção adiante. O autor diz que essa crise era observada entre os anos de 1970 e 1997. O interessante é que o texto parece muito atual, pois seguimos experimentando as consequências da perda de audiência e credibilidade.

Ramonet destaca, ainda, a importância da mídia para a democracia, mas mostra que os erros, as mentiras e a corrida desenfreada pelo “jornalismo de revelação” (mais preocupado em expor a vida privada das pessoas do que informar sobre assuntos de interesse da sociedade) em detrimento do jornalismo investigativo acaba não só provocando o descrédito da profissão, mas também contribuindo para uma violência simbólica. Seria possível aos *newsmakers* resgatar a autoridade perdida? Tentativas existem, mas a incerteza sobre o futuro dessa profissão, tanto pelo desgaste da credibilidade, tanto por causa dos avanços tecnológicos, é um assunto que perturba a cabeça dos profissionais da área.

1.2.1 O método jornalístico

Já falamos sobre o método jornalístico, mas é importante se debruçar um pouco mais sobre isso, pois há uma crença entre pessoas que desconhecem a profissão — e pasmem, até no meio profissional — que fazer jornalismo é apenas reportar. E já vimos que, de uma forma geral, qualquer um pode ser um “repórter”. Defendemos o óbvio, mas que muitas vezes quando se está dentro da engrenagem da produção da notícia, parece que esquecemos: o jornalista tem uma rotina de seguir e, para isso, precisa ter um método de trabalho.

Sandra Moura (2007) desvenda o método do jornalista Caco Barcellos na produção do livro-reportagem *Rota 66*. Ela mostra o rigor da investigação jornalística demandada para que os resultados propostos fossem alcançados, que giravam em torno da denúncia da violência policial e do extermínio, principalmente, a jovens pobres e pretos. A pesquisadora dá conta do quão grande foi essa investigação: “Ao todo, contabilizei mais de 20 mil documentos entre fichas, roteiros, anotações, recortes de periódicos, cópias de processos judiciais, fichas disciplinares, rascunhos, fotografias etc.” (MOURA, 2007. p. 125).

Mas, guardadas as devidas proporções, seja por se tratar de um livro-reportagem, seja pela forma própria de organização da investigação e da qualidade da escrita, entendemos que Caco Barcellos fez jornalismo e que o seu método (embora tendo características próprias, como a pesquisadora bem descreve) não é mais do que a checagem das fontes e dos fatos (do ideal do jornalismo). “Não limitar a denúncia à declaração da fonte parece algo característico do trabalho de Caco Barcellos como um todo” (MOURA, 2007, p. 246). Essa deveria ser a posição normal de todo profissional diante de uma notícia em potencial. Duvidar da fonte deveria fazer parte da rotina. Mas, na realidade, não é, seja por mérito ou demérito do profissional ou pelas limitações impostas pelos veículos/empresas ou mesmo pela rotina, afinal, a maioria dos jornalistas precisa ter uma produção diária (que, geralmente, se dá dentro de, em média, cinco horas de trabalho, que é a carga horária de um repórter) e nem sempre é possível fazer o jornalismo ideal nas condições reais.

A tecla que batemos aqui e que voltaremos a falar no terceiro capítulo deste trabalho, quando analisamos as falhas na checagem da notícia estudada, é que o método jornalístico existe, não é invenção e nem novidade. Quando se está no meio de uma produção jornalística, o *check list* ou as tarefas, etapas são realizadas quase de forma automática, sem que nos demos conta de que estamos seguindo um método. Quando um repórter recebe uma pauta do editor ou quando ele mesmo decide, por exemplo, que uma “declaração bombástica” vale uma matéria, ele precisa ter critérios de seleção, apuração e publicação — por obrigação moral e profissional — responder algumas perguntas, tais como: Isso que está sendo dito tem respaldo? É verdadeiro? Quem é essa fonte? Ela tem credibilidade? Há provas? Nesse caminho, vale dispor de todas as ferramentas legais, desde os buscadores da Internet, a documentos, outras fontes e, principalmente, aquelas de quem se fala (o outro lado).

Mas checar, além de ética, exige perícia e tempo. Muitas vezes, é mais fácil apenas jogar com as armas que têm e esperar os resultados. Os jornalistas acabam não sendo penalizados quando apenas replicam o que uma fonte diz (jornalismo declaratório), mesmo que a afirmação

seja falsa, caluniosa ou coisa parecida. Pelo contrário, a prática é usual e aceita, com as alegações de praxe: “o jornalista não inventou a declaração”, “a fonte realmente falou”, “se alguém mentiu foi a fonte”... Foi isso que ocorreu no caso do boato propagado pela desembargadora Marília Castro Neves e elevado à condição de notícia na *Folha de S. Paulo*. A jornalista não mentiu, ela “apenas” não checkou. Ela fez o que qualquer um poderia ter feito e faz todos os dias nas redes sociais e ninguém condena. A questão é que se espera muito mais do jornalista do que ele se comportar como um mero produtor e reproduzidor de conteúdos. Uma notícia exige um processo de construção, que envolve o método da checagem. Essa é a diferença que muda tudo e que falaremos mais adiante.

1.3 A notícia e a construção social da realidade

Em uma sociedade desacreditada das instituições, como abordado anteriormente, explicar o processo de “construção da notícia” talvez não seja uma tarefa muito fácil e nem muito bem recebida. Mas, não podemos fugir da teoria construcionista. Usamos como lastro a sociologia do conhecimento proposta pelos sociólogos e pesquisadores Peter L. Berger e Thomas Luckmann, que defendem que a realidade é construída socialmente a partir do conhecimento, principalmente, do senso comum. O modelo da construção social da realidade considera uma relação de poder na qual os mais fortes trabalham para a manutenção do “universo simbólico” que ajudam a construir. Os autores nos mostram que o mundo que conhecemos, ao mesmo tempo que nos é imposto como algo “dominante e definitivo”, também é uma construção social.

Quem tem a vara mais comprida tem maior probabilidade de impor suas definições da realidade [...] Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética, o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo (BERGER; LUCKMANN, 1985 p. 148 e 241).

Como já dissemos (e se faz necessário retomar), o conceito de notícia difundido pela Teoria do Espelho há muito não é mais plausível. Estudiosos e profissionais estão conscientes de que as notícias não são, simplesmente, o reflexo da realidade, até porque a realidade absoluta não existiria. Da mesma forma, entendemos a notícia como uma construção e acreditamos que ela pode, sim, alterar a realidade, ao mesmo tempo que ajuda a construí-la.

É preciso ter em mente que a realidade vendida pela imprensa é uma construção possível de recortes do cotidiano. E isso não diminui o valor da notícia, (pelo menos, não deveria), apenas coloca as coisas nos seus devidos lugares, tornando o processo mais transparente. O jornalismo é “uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social” (TRAQUINA, 2018, p. 207).

Alsina (2009, p. 72) lembra que, “a mídia localiza, qualifica e classifica os acontecimentos de acordo com o mapa da realidade social. Essas qualificações são avaliativas e normativas. Ou seja, elas determinam quais as realidades que são aceitáveis e quais não são”. Então, o jornalista recria uma realidade que já foi construída socialmente (podendo alterá-la, também). Mesmo que ele tente ao máximo ser fiel em seu relato, sempre será um olhar dele sobre aquele fato. O autor diz ainda que “os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública (ALSINA, 2009, p. 11). E mais adiante aplica exatamente o conceito de realidade de Berger e Luchmann, conceituando notícia: “A notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14).

Dessa forma, também compreendemos a notícia: como um discurso baseado em um recorte da realidade, não uma realidade objetiva, mas a possível, construída socialmente, de acordo com a cultura jornalística e o assujeitamento dos indivíduos à ideologia, à historicidade, lembrando Orlandi (2007; 2012; 2015). Aliás, o jornalismo pensado por pesquisadores da AD está muito relacionado à teoria construcionista.

Compreendemos o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos. De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares (BENETTI, 2018, p. 107).

E onde fica a verdade se tudo é uma construção? Melo (2006) discorre sobre a questão da objetividade do jornalismo, mostrando que é importante assumir uma posição equilibrada. Ele diz que a objetividade já foi tachada de "mito", tratada como "verdade absoluta" ou apenas como "uma camisa de força" do jornalismo industrial, que a reduz a uma norma de estilo para economizar tempo e espaço. Para o pesquisador, é preciso pensar a objetividade em um sentido ético.

Objetividade no jornalismo contemporâneo implica em pluralidade de observação e de relato. O que se desdobra em pluralidade de fontes, de canais e de núcleos receptores. Em síntese: corresponde a assegurar que os acontecimentos sejam

captados e reproduzidos sob diferentes ângulos, gerando distintas versões, honestamente registradas pelos seus protagonistas privilegiados - os jornalistas profissionais (MELO, 2016, p. 49).

Ele cita três valores que devem ser observados na mediação jornalística: "veracidade (circunstância do real, factível, comprovável), clareza (identificação dos elementos que permitam ao interlocutor a reconstituição integral do objeto narrado) e credibilidade (apresentação de indícios e evidências suficientes para suscitar a confiança coletiva)" (MELO, 2016, p. 50). O desafio é conseguir agregar esses valores na prática do jornalismo diário.

“Errar é humano”, usando o velho ditado popular, mas reconhecer a humanidade de quem pratica os erros não alivia suas consequências. No dia a dia, em qualquer atividade cotidiana ou laboral, a técnica, a perícia e a *expertise* podem reduzir a ocorrência deles. Eles estão no jornalismo, de forma intencional ou não. Podem ser decorrentes de decisões deliberadas de pessoas envolvidas no processo de construção da notícia ou das empresas às quais elas fazem parte; impostos pela rotina de produção e condições de trabalho ou mesmo por falta de perícia na apuração e produção. São tantos os exemplos que colocaram a imprensa na berlinda.

Um dos casos mais emblemáticos foi o da ‘Escola Base’, em 1994. Um delegado vazou para a imprensa uma suspeita de abuso sexual de um aluno, e o julgamento social foi feito, graças ao sensacionalismo da imprensa, destruindo a reputação dos donos da escola, que não foram ouvidos de fato, nem considerados. Antes e depois desse caso, muitos outros aconteceram e continuam acontecendo no cotidiano. O fato é que apurar requer perícia e tempo e os jornalistas parecem, a cada dia, menos responsáveis e, cada vez, mais apressados. Assim, vamos criando, como bem coloca a jornalista Nereide Lacerda Beirão, “Uma Escola Base a cada dia”.

Em todos esses anos de denúncias, acusações, linchamentos morais, a imprensa deveria ter se lembrado da Escola Base. Fatos devem ser avaliados, em sua relevância e legalidade, mesmo que endossados, pela Polícia, Ministério Público e Justiça. Ao jornalista cabe apurar, investigar, aprofundar os fatos, ter senso crítico, questionar a autoridade policial ou judicial, e não ser apenas um reproduzidor de acusações, muitas vezes infundadas e não comprovadas, que destroem vidas e reputações (BEIRÃO, 2017).

Mas há uma diferença gritante entre errar e produzir mentiras, no jornalismo, embora não tenhamos muita certeza se os danos provocados por uma ou outra forma são mais ou menos graves. No livro *Fábrica de Mentiras* (1990), o polêmico jornalista Günter Wallraff conta sua ‘aventura’ na pele do espião ‘Hans Esser’, contratado pelo jornal mais popular da Alemanha: o *Bild*. Wallraff queria desmascarar a publicação, mostrando seus bastidores e provando que o

periódico era uma oficina de *fake news* (embora não exista a expressão no livro, não conseguimos, hoje, pensar em notícia falsa sem nos remetermos ao termo popular). Pelos relatos do escritor-repórter, os jornalistas do *Bild* não erram, não se enganam, não omitem informações por causa da pressa ou de outro constrangimento imposto pela rotina da redação. Para o autor, o jornal é o um veículo criado para fabricar mentiras.

Os boatos podem até fazer parte de uma sociedade (como abordado anteriormente), mas não é aceitável que o jornalismo viva dele, na construção de notícias. Wallraff (1990) acusa o *Bild* de, sem nenhuma observação aos princípios éticos, inventar o mundo todos os dias, custe o que custar. O repórter-espião passa toda a sua angústia em relação à destruição que a imprensa sensacionalista pode causar à vida privada de pessoas e a empresas, instituições e toda a sociedade. Ele descreve exemplos de como o jornalismo pode ser usado como instrumento de dominação e poder por grupos políticos e econômicos ou mesmo para satisfazer uma audiência acostumada à espetacularização.

O *Bild* manipula. Mas não para aí. Muitos dos que fornecem informações ao *Bild* levam em consideração o fato de o jornal manipular, torcer, desfigurar e falsificar a realidade. A coisa funciona como os degraus de uma escada: o repórter torce os fatos à sua maneira, o chefe de redação explora o que já foi deturpado e, finalmente, a redação central coloca sua pitada de tempero. No início da escada temos que colocar mais um degrau: o informante que quer aparecer no jornal e também adapta seu fato às exigências do *Bild*. assim, por exemplo, opiniões estúpidas e ridículas são colocadas até na boca de lideranças políticas do PSD (WALLRAFF, 1990, p. 122).

O que também chama a atenção nos relatos de Wallraff — que foi processado pela empresa Springer, editora do jornal — é como os profissionais se deixam contaminar pelo ambiente de um veículo propagador de boatos, como perdem a dignidade, a consciência ética e humana, diante das ordens de um chefe de reportagem sedento por histórias mirabolantes, inusitadas, fantásticas, ainda que inventadas. Mesmo ganhando o processo, vários trechos do seu livro foram alvos de censura e outros condicionados a inserções de textos da Springer, tentando desacreditar Wallraff e defendendo o *Bild*.

Isso nos leva ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que, em seu Artigo 4º, diz: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”⁹. Consideramos que existe toda uma discussão em torno do que seria “a verdade” e temos que considerar o processo de construção da realidade social no trabalho dos jornalistas. A questão que queremos colocar aqui é que há dois comportamentos diferentes quando se trata de *fake*

⁹ Disponível em <https://bit.ly/2M7WxwW>. Acesso em 8 set. 2019.

news propagadas pelo jornalismo: o erro cometido pela falta de rigor na “busca pela verdade”, através do método jornalístico (de checagem e apresentação da notícia com pluralidade de fontes e fatos) e o deliberado falseamento dos fatos. As intenções são diferentes, mas o produto final de uma ou de outra prática pode ser o mesmo: *fake news*, boato (informação não checada) transvestido de notícia jornalística. Ambas as formas são construídas, disso não duvidamos. Mas, neste processo, o que levaria os jornalistas profissionais bem intencionados a produzirem produtos ruins, ou mais diretamente, a disseminar ou produzir *fakes*? O tempo explica muita coisa, como veremos adiante.

1.4 Quando o tempo é mais importante do que o fato

Até que ponto a ‘velocidade’, uma característica do jornalismo digital, e a ‘profundidade’, uma obrigação ética do profissional na verificação de fontes e fatos, coexistem na prática do jornalismo da era digital? Essa discussão não é nova, pelo contrário, mas acreditamos que retomá-la no atual momento. Desde que o mundo existe, filósofos, cientistas e religiosos tentam entender, explicar, medir, adiantar ou atrasar o tempo. Aqui, procuramos discutir e entender sua relação com o jornalismo e, mais especificamente, sobre como o imediatismo afeta a qualidade da notícia e, conseqüentemente, a credibilidade do jornalismo. Mostraremos aqui que o “deus Chronos” (TRAQUINA, 2013, p. 36) se tornou o mais importante “valor-notícia” (ou critério de noticiabilidade) do jornalismo digital.

João Canavilhas, pesquisador na área de webjornalismo na Universidade da Beira Interior (Covilhã, Portugal) na apresentação do livro que organizou sobre as sete características do jornalismo digital apresenta o capítulo escrito pelo autor inglês Paul Bradshaw, destacando que “o segredo da publicação online está no equilíbrio entre a velocidade e a profundidade” (CANAVILHAS, 2014, p. 2). Partindo dessa observação, que indica o cenário ideal no qual o jornalismo digital (que alguns autores tratam como ciberjornalismo, webjornalismo ou jornalismo online) deveria estar inserido, vamos repensar essa relação, a partir de autores que pensaram o tempo, como “construção social”, “valor de mercado”, “fetiche” e “valor-notícia”.

Bradshaw mostra os efeitos da instantaneidade (uma das sete características do jornalismo digital, ao lado de hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, memória, personalização e ubiquidade, tratadas no mesmo trabalho por outros autores). Ele destaca a

velocidade no consumo, na publicação e na distribuição da notícia. O fluxo de informações dura as 24 horas. O consumidor não espera mais para receber as notícias de determinado veículo de comunicação. Ele corre atrás do que lhe interessa e também recebe uma enxurrada de informações pelas redes sociais. Bradshaw também destaca que, assim, como a publicação se tornou imediata, a verificação também o é. Para ele, a possibilidade de checagem do conteúdo, do contexto e dos códigos digitais é uma realidade que profissionais e empresas de comunicação podem e devem explorar.

Todavia, a velocidade precisa ser complementada com a profundidade que as pessoas estão dispostas a pagar, seja diretamente por assinaturas e doações, ou indiretamente, via eventos ou filantropia. Como é frequente se ouvir em discussões sobre a nova tecnologia: não é como ter a escolha entre uma coisa e outra, mas sim a habilidade de escolher e combinar velocidade e profundidade no tempo correto com o objetivo certo (BRADSHAW, 2014, p 134).

Para nós, o imediatismo perturba a linha de produção, à medida em que não há mais limitação do espaço físico (jornalistas móveis), os usuários chegam primeiro às estórias, às fontes e às cenas e os jornalistas, por sua vez, publicam sem o filtro editorial, ou seja, não é mais uma equipe construindo a notícia, mas uma só pessoa responsável por todo o processo da apuração à publicação. A figura do editor, que agia como uma “voz da consciência”, questionando o repórter sobre exageros, fontes e fatos não checados, praticamente desapareceu. Em muitos casos, o repórter se pauta, produz e publica, sem nenhuma participação de um outro profissional no processo de construção da notícia.

Seria muito proveitoso se todos soubéssemos equilibrar instantaneidade e profundidade, mas não é fácil lidar com o tempo. Não é para ninguém, avaliem para o “jornalismo em tempo real”. Pensando nisso, tivemos curiosidade de entender um pouco mais sobre como o tempo funciona para pessoas comuns (no sentido daquelas cujas atividades profissionais não são tão determinadas pelo relógio), e recorreremos à parte do estudo de G. J. Whitrow, que foi pesquisador da Universidade de Londres e presidiu a Sociedade Internacional para o Estudo do Tempo. Ele explica como as civilizações foram influenciadas pelas várias concepções e formas de medir o tempo e coloca que o tempo só é percebido porque, no nosso cotidiano, há uma ordem para as ocorrências. São as nossas atividades que tornam o tempo perceptível. “Portanto, se não houvesse uma sucessão de eventos, não poderia existir o tempo” (WHITROW, 2005, p. 163). Parece simplista, diante de tantas teorias, mas é uma forma de explicar, objetivamente o tempo, ou melhor, como frisou Whitrow, o “tempo físico”. Podemos interpretar isso da seguinte

forma: o tempo só existe, porque temos uma sucessão de “obrigações” a cumprir; ele só passa velozmente porque nos enchemos de afazeres e tememos não dar conta deles.

Então, o tempo como estamos acostumados a pensar é uma construção social, assim como a realidade social o é. O tempo nem sempre passou na mesma velocidade e nem sempre teve o mesmo valor (e hoje o tempo não passa na mesma velocidade para todas as pessoas). Whitrow percorre um complexo caminho para explicar a origem da ideia que temos do tempo, linear e progressivo. Ele lembra que, em outras culturas, como a dos povos maias, o tempo era cíclico, mágico, sem começo nem fim. O calendário tal qual conhecemos e a contagem das horas, minutos, segundos, segundo o autor, tem origem na economia, no mercantilismo, no dinheiro:

Ao longo do período medieval, os conceitos de tempo cíclico e linear existiram em conflito. Os cientistas e eruditos, influenciados pela astronomia e pela astrologia, tendiam a enfatizar o conceito de tempo cíclico. A concepção linear era promovida pela classe mercantil e pela ascensão de uma economia monetária. Pois enquanto o poder se concentrava na propriedade da terra, o tempo era considerado abundante e associado ao ciclo imutável do solo. Mas com a circulação da moeda deu-se ênfase à mobilidade. O ritmo de vida aumentou, e o tempo passou a ser considerado algo valioso que parecia escapar continuamente; depois do século XIV, os relógios públicos das cidades italianas batiam as 24 horas do dia. Os homens começavam a acreditar que “tempo é dinheiro” e que deviam tentar usá-lo de forma econômica (WHITROW, 2005, p. 25).

E assim chegamos à ideia de tempo que temos hoje. O mundo parece nos fazer correr a todo custo, como se cada minuto fosse valioso demais para gastar com o ócio. A gente corre de um lado para o outro, num frenesi e numa angústia desconcertante. E, apesar de corrermos tanto, nunca dá tempo; o dia acaba e a sensação de ter perdido tempo nos acompanha sempre.

E o tempo no jornalismo? Antes de ser considerado uma característica do digital (instantaneidade), o tempo é um critério de noticiabilidade. Sempre presente na rotina produtiva, os valores-notícia são códigos da profissão que acompanham o fazer dos jornalistas (*newsmakers*), mesmo que não tenhamos essa consciência o tempo todo. As regras que determinam o que pode ou não virar notícia estão em todo o processo produtivo, da pauta à distribuição. Aprendemos que, quanto mais valor-notícia um fato agrega, mas ele se torna passível de ser transformado em notícia, mas, o que vemos, atualmente, é a supremacia da instantaneidade sobre outros valores de noticiabilidade.

Após analisar abordagens de vários autores sobre os critérios de noticiabilidade, Traquina (2013, p. 75-90) cria sua própria lista, separada em duas categorias: valores-notícia de seleção (substantivos e contextuais) e de construção. Os critérios substantivos são: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo/atualidade, inesperado, conflito,

infração e escândalo. Os contextuais: disponibilidade, equilíbrio, visualidade e concorrência. Já os critérios de construção são: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Vale lembrar que as teorias do *gatekeeper* e do *newsmaker* desfazem a ilusão de que as notícias são como são porque são espelhos dos fatos. Conforme o professor e pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande, Fernando Firmino Silva, que estuda as mudanças impostas ao jornalismo digital, as rotinas de produção “são condicionadas por alguns fatores como tecnologia, regras internas e cultura da profissão, além de baseadas em critérios de noticiabilidade ou de valores-notícia” (SILVA, 2015, p. 84).

Vamos nos concentrar no valor-notícia ‘tempo’, que no jornalismo digital tem adquirido mais ênfase. A ‘atualidade’ ou a ‘notícia em tempo real’ tem sido considerada mais relevante do que o próprio fato. Traquina afirma que o tempo condiciona o processo de produção da notícia. “O valor do imediatismo reina incontestável, ainda mais com a emergência do cibermedia” (TRAQUINA, 2013, p. 35). A questão é que não existe mais uma hora para o fechamento. Em tempos de redes sociais ‘furando os jornalistas’, é preciso fechar já, agora, imediatamente. Talvez o tempo seja, mais que nunca, uma obsessão, uma religião.

[...] o valor do imediatismo é tão forte entre os membros da tribo, que os jornalistas têm um relação “fetichista” com o tempo. Ser obcecado pelo tempo é ser jornalista de uma forma que os membros desta comunidade interpretativa consideram ser especialmente sua, quase como um ato de fé ao deus chamado Kronos (TRAQUINA, 2013, p. 36).

No batente, nos deparamos com a frustração de ter que fechar o jornal “de qualquer jeito”, porque o tempo está acabando. Aliás, embora pensar, pesar, medir seja uma obrigação ética do jornalismo, os jornalistas nem sempre exercitam essa consciência, porque “não há tempo para pensar, porque é preciso agir” (TRAQUINA, 2013, p. 42). Fazer sem pensar muitas vezes não é uma escolha, é uma condição imposta pelo sistema no qual se está inserido e muito mais para os jornalistas digitais que fazem a cobertura diária, o factual. Na Internet, podemos encontrar produções especiais, profundas, contextualizadas, mas, normalmente, elas estão descoladas do conceito de instantaneidade. É preciso produzir notícias em tempo real para cumprir as metas empresariais, se manter no mercado diante da concorrência e alimentar uma audiência sedenta pelo “agora”. Traquina (2013) cita a pesquisa de Tuchman mostrando que a falta de tempo impedia a cobertura noticiosa norte-americana do movimento feminista nos anos 60. Na verdade, se cobre o “aqui” e o “agora”, mas não dá tempo refletir sobre as problemáticas, o tão desejado aprofundamento.

Controlados pelo relógio, dedicados ao conceito de atualidade, obcecados pela novidade, os jornalistas estão permanentemente envolvidos numa luta (aparentemente perdida) de reagir aos (últimos) acontecimentos. A abordagem das problemáticas requer mais recursos para elaborar a cobertura de algo não definido no espaço e no tempo. Requer, ironicamente, muitas vezes, o subterfúgio do tempo para ligar a problemática à atualidade (TRAQUINA, 2013, p. 113).

A professora livre-docente da Universidade de São Paulo, Roseli Figaro, compartilha da mesma concepção de Traquina sobre o jornalista não ser um “pensador”, após os resultados de uma pesquisa sobre as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas de São Paulo, ela destaca que esse “não ter tempo para pensar” é muito mais nítido no jornalismo digital. “O tempo do digital é medido pela rapidez dos cliques, um nanotempo no qual a resposta é a do impulso, não cabe o tempo da reflexão” (FIGARO, 2013, p. 53). Nesse corre-corre para fechar, os jornalistas não têm tempo de testemunhar os fatos. Ganhamos o apelido de “imprensa sentada”. Também não temos tempo de contextualizar. É a notícia pela notícia, aliás, vale a notícia que couber dentro do “nanotempo”. A pesquisadora fala sobre o “método” no jornalismo, que defendemos aqui neste trabalho.

Esse movimento de ir e voltar, de focar e contextualizar, de confirmar, porque mesmo com o olhar próximo de qualquer um, mesmo o do jornalista, o ver nem sempre dá noção do todo. É preciso ver com método, voltar ao jornalismo para não ficar no relato particularizado. Esse é o problema. Não há tempo para esse exercício profissional (FIGARO, 2013, p. 99)

No dia a dia, estão todos postando o que está acontecendo no mundo naquele exato momento, e não precisa ser “o homem mordendo o cachorro”, pode ser só o “cachorro mordendo o homem”, contanto que esteja acontecendo “agora”. Isso quer dizer que o espetacular não é mais somente o fato, mas ele está acontecendo agora. Figaro nos faz refletir que os jornalistas não estão mais tão preocupados em dar a notícia mais completa, mas apenas em publicar qualquer coisa logo, primeiro. “A agilidade de acesso aos fatos, eleitos como acontecimento, caracterizam o valor-notícia. O tempo passa a ser mais importante do que o fato. O fato que não acontece no nanotempo da postagem de atualização não existe” (FIGARO, 2013, p. 135).

Todos esperam que o jornalista dê o ‘furo’. A empresa cobra isso dele, o público quer novidade e o profissional que quer se destacar no mercado persegue a exclusividade, porque isso faz parte da cultura da profissão.

O ‘furo’ é um elemento importante na cultura jornalística que alimenta os interesses próprios dos jornalistas. O jornalista que se preza procura o ‘furo’. O ‘furo’ dá um gozo particular, um enorme prazer de conquistador. O ‘furo’ é uma conquista que está

associada ao brilho profissional, razão justificada de vaidade pessoal, e que fornece um prestígio que pode fazer progredir a carreira profissional. Concomitantemente, o ‘furo’ é um fator que agudiza a concorrência (TRAQUINA, 2013. P. 53).

Ainda nessa linha de pensamento do “gozo particular” que o furo dá aos jornalistas, lembramos que Bourdieu, um tanto mais crítico em relação a esse “fetiche”, chama a atenção para uma constatação interessante: os jornalistas buscam tanto e tão desesperadamente a exclusividade, mas, ao mesmo tempo, acabam produzindo a mesma coisa, uma mensagem uniformizada.

É uma limitação terrível a que impõe a perseguição do furo. Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização (BOURDIEU, 1997, p. 27).

Isso pode ser percebido nas matérias objeto deste estudo. Usando a lógica de Bourdieu, talvez, para não serem deixados para trás pela *Folha*, os jornalistas dos outros veículos se limitaram a copiar ou repercutir as informações daquela matéria publicada às 21h05 do dia 16 de março de 2018, que, mais tarde, revelou-se disseminadora de *fake news*. Podia ser uma “barrigada” (palavra usada no jargão jornalístico para identificar uma notícia errônea), mas o importante ali era não ser o único a levar o “furo”, era dizer que uma desembargadora estava afirmando que Marielle estava “engajada com bandidos”, embora sem nenhuma prova apresentada.

Perseguindo o “furo” e produzindo no “nanotempo”, o jornalista fica cada vez mais passível ao erro e à produção ou disseminação de notícia falsa. Emily Bell e Taylor Owen, coautores de um estudo sobre as novas plataformas na mídia no lembra que essas falhas na cobertura jornalística que dão um caráter sensacionalista e até falso às notícias não são exclusivas do jornalismo digital.

Antes mesmo da chegada do Facebook, a imprensa já tentava atrair tráfego e compartilhamentos e teve um papel importante na definição das métricas que moldaram o atual ecossistema. Muitas das táticas para fazer notícias falsas viralizarem saíram diretamente da velha cartilha da imprensa marrom ou sensacionalista. Coisas populares em geral têm títulos que prometem mais do que entregam, opiniões sensacionais ou agressivas que chamam a atenção e causam polêmica ou repetem sem parar coisas já populares (BELL; OWEN, 2017, p. 61).

Quem passou por uma redação de um veículo de comunicação já deve ter ouvido frases do tipo: “vamos postar, depois a gente edita” ou “coloca no ar o que tem, porque não dá mais

tempo ir atrás de tal fonte”. À pressa podem ser atribuídos os erros e à má apuração. E mesmo que Bell e Owen nos lembre que isso não é novidade, o jornalista Daniel Cornu nos mostra que o “determinismo tecnológico” ampliou essas falhas.

Contra este determinismo tecnológico, o travão das regras profissionais parece inoperante, sob o efeito acelerador da concorrência. A velocidade é por vezes uma ferramenta fantástica e noutras vezes uma terrível limitação da informação. Ela é uma das causas principais — e provavelmente mesmo a causa principal — das negligências, dos erros, das escorregadelas dos jornalistas e dos media (CORNU, 2015, p. 115).

Concordamos que há uma questão ética atrelada, mas ponderamos não é só essa falta que determina as publicações incompletas e sensacionalistas. Nem tudo depende de quem está na ponta da produção, ou seja, do repórter, que nem mais discute sobre “publicar ou não publicar”. Hoje se publica quase tudo, para depois checar, ou não. Após fazer uma série de reflexões sobre a deontologia da profissão, Cornu conclui que não dá mais para pensar as falhas dos jornalistas sob o ponto de vista somente da sua responsabilidade individual (que existe e é real): “Surge igualmente um determinado número de defeitos (no funcionamento do jornalismo) que são imputáveis às estruturas, às condições, ao contexto em que o jornalista exerce sua profissão” (CORNU, 2015, p. 118). Para ele, a responsabilidade deveria ser compartilhada com as empresas e com a própria sociedade. E, nós, jornalistas por formação e no batente, consideramos que este seria o cenário ideal, embora difícil de ser encontrado.

Helder Bastos, professor e pesquisador da área de jornalismo digital na Universidade do Porto, lembra que a Internet trouxe consequências para o jornalismo, criando o ciberjornalismo e, com ele, novos “modelos, regras e práticas mais ou menos partilhadas pela tribo ciberjornalística”. Crítico, ele questiona até que ponto isso afastou os jornalistas de valores já consagrados e de “pilares essenciais”, causando a “perda generalizada da qualidade do jornalismo produzido nas redações digitais” (BASTOS, 2012, p. 284). E observa que uma das consequências dessa mudança de rotina nas redações foi o afastamento dos jornalistas do processo de produção direta das notícias.

Como efeito negativo colateral, o cultivo de fontes próprias, um processo que exige disponibilidade, tempo e contactos pessoais regulares, vê-se também relegada para segundo plano, quando não esvaziada por completo, face às múltiplas urgências do imediato (BASTOS, 2012, p. 286).

De acordo com o autor, quase não há mais jornalismo investigativo e o furo jornalístico (nesse sentido usado para demonstrar o resultado de uma investigação e não o furo pela pressa de publicar sem checar) se tornou ainda mais raro. E, na prática, o que vemos, cada vez mais

nítido, são jornalistas mais preocupados com as ferramentas do que com o conteúdo. No tempo do digital, os profissionais não estão só ocupados na produção da notícia, mas também precisam lidar com equipamentos e múltiplas plataformas, além de editar e publicar. O resultado, e o autor enfatiza isso, é a diluição de um pilar essencial do jornalismo, o da verificação rigorosa dos fatos. Entra em jogo não só a qualidade da notícia, mas a própria credibilidade do jornalismo.

Proceder à verificação de factos num ambiente de deadline contínuo, como é aquele que marca o ritmo informativo na Web, torna-se uma tarefa sobremaneira difícil de levar à prática e de rotinizar. Verificar exige proceder a contactos com colegas e fontes, pesquisas documentais, consultas de arquivos, cruzamentos. São tarefas que consomem muito tempo. Ora, também por pressão concorrencial, em que “ganha” aquele que der primeiro, tempo é o que menos dispõe o ciberjornalista, que, como agravante, tem por vezes vários ecrãs abertos em simultâneo no seu monitor a exigir-lhe resposta e ação imediata. O imperativo da instantaneidade somado às multitarefas dificilmente propicia as condições necessárias a uma disciplina de verificação eficaz, minando-se desta forma a credibilidade das notícias. [...] Dar primeiro e confirmar depois tornou-se, nos piores casos, um postulado pernicioso em voga (BASTOS, 2012, p. 287).

O autor não nega que a velocidade e a instantaneidade sempre se confundiram com o jornalismo, mas afirma que, no ciberjornalismo, esses critérios foram hipervalorizados. Assim como Cornu e Fígaro, ele também enfatiza que a aceleração leva aos erros e observa que a mídia tenta competir com as redes sociais, citando o Twitter, onde as informações são muito voláteis: “A cultura do deadline contínuo foi conquistando terreno e instalou-se em definitivo no ciberjornalismo, acabando por absorver grande parte das energias e tempos de trabalho dos ciberjornalistas (BASTOS, 2012, p. 292).

O jornalista e doutor em Ciências da Comunicação parece não se conformar com o que a velocidade do digital fez com o jornalismo. Ele não vislumbra a conciliação entre a velocidade e a profundidade, como se uma eliminasse a outra, duas vias diferentes a se escolher. “O jornalismo encontra-se numa encruzilhada importante na sua história. A via da velocidade e da superficialidade, para não falar da espectacularidade ou da leviandade, conquista terreno todos os dias” (BASTOS, 2012, p. 297).

Não se negam as possibilidades da tecnologia para o jornalismo. Não se trata disso. O jornalismo não está na Internet porque simplesmente quis. Assim como outras atividades, precisou acompanhar as mudanças trazidas pelo digital e se adequar. Silva (2008), que analisa as alterações na rotina dos ‘jornalistas móveis’, fala da capacidade de geração de informações e de produção, edição e publicação de notícias em ‘live streaming’ (transmissão ao vivo ou em tempo real) a partir do smartphone. A capacidade de se produzir e distribuir notícias é imensa,

mas, nem tudo está funcionando a contento. As possibilidades não anulam as dificuldades de se produzir para o jornalismo digital e a velocidade do meio se torna vantagem e desvantagem, ao mesmo tempo.

Entretanto, sob estas mesmas condições que proporcionam mais velocidade recaem algumas consequências que necessitam ser observadas e analisadas: o comprometimento da qualidade da notícia e o desaparecimento do deadline embutidas nas novas rotinas produtivas dos repórteres em ambiente online (SILVA, 2008, p. 4).

Talvez não tenha havido o desaparecimento do deadline, conforme aponta Silva. Como parte dessa engrenagem, percebemos muito mais um deadline constante, mais curto, imediato. Temos um tempo para fechar, mas acontece que esse tempo é “agora”. Os jornalistas, inclusive, continuam usando o termo quando pedem respostas ou entrevistas a fontes, com a ressalva de que o deadline se esgota em minutos, no máximo, em poucas horas.

De acordo com os pesquisadores aos quais recorreremos e como observadores e participantes da engrenagem da produção de notícias, o que vemos no dia a dia são notícias incompletas, mal checadas e apressadas. Às vezes, não se faz mais nem o básico que é exigido na apuração, e as ferramentas digitais possíveis de serem exploradas, de fato, não são. Isso, porque, segundo Bradshaw, checar exige capacitação de jornalistas e investimentos por parte das empresas jornalísticas em tecnologia, duas questões difíceis de se resolver, quando o que mais vemos são as empresas ‘enxugando’ gastos.

Mas, há exceções. Há práticas jornalísticas aliadas à tecnologia. Achamos necessário esclarecer que não estamos dizendo que nenhuma empresa de jornalismo investe em tecnologia, apenas que o investimento em “tecnologia para a checagem de fatos e fontes” não é regra e, sim, exceção, como podemos observar no nosso objeto de estudo, por exemplo — que dissecaremos na terceira parte deste trabalho, mostrando que uma pesquisa básica na Internet teria sido uma ferramenta importante para evitar que a notícia produzida pela *Folha* e repercutida pelos outros quatro veículos que observamos tomasse o rumo que tomou a ponto de ser considerada disseminadora de *fake news*.

Um exemplo de checagem de fatos com auxílio da tecnologia é a série de reportagens “Vaza Jato”, do *The Intercept Brasil*. Mas, podemos dizer, baseados nos textos dos próprios editores, que foi necessário mais do que a tecnologia. Os jornalistas revelam que também precisaram de “tempo” e de “método” para utilizar as informações secretas sobre a Operação Lava Jato, que lhes foram enviadas por uma fonte (um hacker).

O Intercept só publicou o material após uma apuração minuciosa, que incluiu consultas com especialistas em tecnologia, com fontes que corroboram a autenticidade de conversas privadas que tiveram com os procuradores (das quais jamais saberíamos sequer da existência), com juristas e partes envolvidas nos processos que confirmaram a veracidade de vários documentos e atos processuais inéditos e confidenciais, além da comparação jornalística entre o conteúdo das discussões e eventos – públicos ou não — que os procuradores participaram. Após a publicação dos primeiros artigos da série #VazaJato, diferentes veículos, usando métodos similares de investigação jornalística, confirmaram a autenticidade do material (DEMORI; GREENWALD, 2019).

Esse foi um exemplo muito importante para o nosso trabalho, porque resume tudo o que estamos tentando dizer, através dos estudos e teorias aos quais recorreremos até agora e daqui para frente. Para nós, além da tecnologia para publicação (que as empresas jornalísticas usam sem medida, diferente da tecnologia para a checagem) os jornalistas que querem se aprofundar em suas investigações precisam abrir mão do imediatismo, o que é muito difícil, reconhecemos. Mas, afinal de contas, foi isso que o The Intercept e que outros veículos o fazem em matérias chamadas “especiais”, mas não é a regra do jornalismo diário. O que observamos aqui é sobre o investimento em tecnologias de checagem em tempo real, de ter, ao lado do corpo jornalístico, técnicos e programas disponíveis para uma apuração/investigação de qualidade.

As questões ligadas à notícia em tempo real também foram tratadas por Sylvia Moretzsohn, jornalista e professora da Universidade Federal Fluminense, no início da década passada, quando nem se tinha a correria pela instantaneidade que vemos hoje, acelerada, talvez, pelas redes sociais. Analisando o processo de produção da notícia, impactado pela velocidade imposta a ele, a autora enxerga uma perda de qualidade do produto jornalístico. Ela também confirma, com todas as letras, a relação que temos feito entre a pressa e os riscos de se publicar notícias não checadas.

O ritmo veloz de produção gera ainda outras consequências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar essa diversidade (MORETZSOHN, 2002, p. 70).

Moretzsohn percorreu caminhos para provar sua hipótese, de que “a velocidade é consumida como fetiche, pois chegar na frente torna-se mais importante do que dizer a verdade: a estrutura industrial da empresa jornalística está montada para atender a essa lógica” (MORETZSOHN, 2002, p. 120). A autora (2002, p. 127) mostra que a velocidade é cultuada em detrimento da qualidade da notícia, aliás, “mais do que a notícia, consome-se velocidade.

Moretzsohn diz que as contradições que existem entre o ato de acelerar (para dar primeiro) e de desacelerar (para dar a notícia apurada) sempre existiram no jornalismo, desde que a atividade se estabeleceu como um processo industrial. Mas, já nos anos 2000, ela percebe que o conceito de “atualidade” (como vimos um valor-notícia) enfrentava uma mudança. E, realmente, na prática percebemos essa alteração: o que era “notícia quente” no jornal, agora é “notícia de ontem”.

Agora, na era do “tempo real”, essas contradições tendem a se agravar, e a se “resolver” pela eliminação de um dos termos do problema — a necessidade de veicular informações corretas e contextualizadas —, pois “qualquer explicação serve” para sustentar a notícia transmitida instantaneamente (MORETZSOHN, 2002, p. 128).

No jornalismo digital, a facilidade de se produzir qualquer coisa (porque há superabundância de informação, embora nem sempre proveitosas, e porque se exige do jornalista que ele produza) e, principalmente, de distribuir, já que o próprio profissional que produz, às vezes, é o mesmo que edita e publica, restringe o poder de decisão e o olhar sobre determinado fato ou assunto nas mãos de uma única pessoa. Uma estrutura diferente da do jornal impresso ou da televisão, por exemplo, quando a produção e publicação de uma notícia depende de uma equipe, que tem visões diferentes. Dentro de uma equipe, pode haver discordâncias e questionamentos que conduzem a uma melhor apuração ou a uma outra forma de dizer, diminuindo, talvez, os riscos de erros.

“Na era do tempo real, as fraudes se reproduzem com enorme facilidade entre os veículos que sempre apresentaram como princípio o zelo pela veracidade das informações divulgadas” (MORETZSOHN, 2002, p. 161). A autora reforça um pensamento que acompanha outros autores, inclusive já citados aqui, como Traquina e Figaro, o de que o jornalista vive “sem tempo para pensar” e isso o impede de questionar fatos e fontes. Ela lembra que esse ato de questionar pode significar adiar ou derrubar uma matéria e isso não é admissível, porque o sistema precisa ser alimentado com notícias, e, mais do que nunca, com notícias em tempo real.

Ramonet (2000, p. 15) destaca o “fascínio pelo direto, pelo "ao vivo", pelo “tempo real”, que leva os meios de comunicação a investir em estruturas que exibam conexões entre apresentadores, repórteres, correspondentes, que estão em vários lugares, se comunicando em tempo real, mas sem interação com a audiência. “Para o cidadão, isto conecta, isto liga, isto circula em redes, em suma, isto "comunica", mas ele sente confusamente que isto o exclui.” (RAMONET, 2000, p. 17). Talvez isso explique o porquê do sucesso das redes sociais digitais, que estão fragmentando a audiência que era apenas dos meios de comunicação. Nelas, o cidadão

não se sente excluído. Embora em suas bolhas, experimentam a interação, reagem, compartilham, comentam, participam e têm sua própria audiência.

A imprensa não pode e não está em todos os lugares, mas quer que a audiência pense que é ‘onipresente’. “E chega-se ao ponto de fazer crer que não pode haver acontecimento que não seja registrado e que não se possa acompanhar ao vivo e em tempo real” (RAMONET, 2000, p. 21). Mas, somente para fazer saber o que acha que é importante. Sim, porque o que não for registrado pelos jornalistas, faz-se acreditar que não era, de fato, importante.

Ramonet não credita todos os absurdos do jornalismo à pressão e à falta de tempo, ou ao simples direito de errar. Para ele, o jornalista como “cão de guarda”, defensor do direito à informação e outras funções cívicas que lhes são atribuídas, é substituído pela figura do profissional movido pelo dinheiro e pela fama, à caça do furo ou do que ele chama de ‘jornalismo de revelação’. Esse novo profissional provoca derrapagens e, estimulado pelas empresas de comunicação, mentem, exageram e fazem ‘linchamentos midiáticos’ os pré-julgamentos que geram consequências graves para pessoas, empresas, instituições e governos, em nome da “concorrência, da urgência e da corrida à audiência” (RAMONET, 2000, p. 32). Nesse sentido, o autor descreve uma série de *fake news* criadas ou compradas pela imprensa, que vão desde as mentiras dos EUA para justificar a ‘guerra do Golfo’ até consertar e branquear os dentes de uma entrevistada, para que não aparecesse tão ruim na foto. O tempo, sem dúvida, aparece como determinante, em muitas situações.

Uma das razões que levam a mídia a cometer tantos erros e a deixar-se seduzir pela mentira está na contradição permanente entre o tempo midiático e o tempo político. Assim como o tempo político – como quiseram os fundadores da democracia – deve ser lento para permitir que as paixões se apaziguem e que a razão se imponha, assim o tempo midiático atinge o limite extremo da velocidade: a instantaneidade. O choque destas duas temporalidades favorece derrapagens que podem revelar-se muito perigosas quando implicam considerações políticas, xenófobas e racistas. (RAMONET, 2000, p. 33).

A desinformação é uma forma de mentir e a verdade deixou de ser uma condição para o jornalismo existir ou “o elemento decisivo do valor da informação. Agora o critério é a instantaneidade” (RAMONET, 2000, p. 35). O autor defende que, mais do que nunca, a informação é uma mercadoria cada vez com menos “função cívica”. Ele também coloca o jornalista na encruzilhada de ter que analisar/chechar/pensar no que está produzindo ou atender simplesmente produzir para manter seu emprego.

[...] etimologicamente, o termo 'jornalista' significa exatamente "analista de um dia". Supõe-se, portanto, que ele analisa o que se passou no próprio dia, ainda que deva ser muito rápido para consegui-lo! Mas hoje, com a transmissão direta, e em tempo real,

é o instante que é preciso analisar. A instantaneidade tornou-se o ritmo normal da informação. Portanto, um jornalista deveria chamar-se um "instantaneista", ou um "imediatista". Ou, pelo menos, poderá ser chamado assim no dia em que se souber analisar o instante, o que não é o caso, uma vez que, com o momento imediato do evento, nenhuma distância – precisamente aquela distância indispensável à análise – é possível. Por ora, o jornalista tem afinal cada vez mais a tendência de tornar-se um simples vínculo. Ele é o fio que permite conectar o evento com sua difusão. Ele não tem tempo de filtrar, de verificar, de comparar, porque, se perder muito tempo para fazê-lo, outros colegas tratarão do assunto antes dele. E, com certeza, sua hierarquia não o perdoará (RAMONET, 2000, p. 35).

Já Alsina (2009, p.48) diz que o papel da mídia é “fazer saber”, mas, para isso, precisa gozar de credibilidade, ou seja, a sociedade precisa acreditar no que os jornalistas dizem. É preciso que o contrato de fé, o tal “contrato pragmático fiduciário”, ao qual se refere Alsina, esteja vigente. Os jornalistas, diferente do cidadão comum, tem a seu favor a legitimidade de produzir notícias, porque acredita-se que ele tem um método, uma *expertise* e uma dedicação que não se cobra de uma pessoa que não vive de notícia. Se as derrapagens se tornam comuns, se os erros se naturalizam, é natural que a credibilidade diminua. Se o jornalismo perde isso, se perde, porque não haverá mais nada que diferencie a prática. A credibilidade não é um amuleto que se consegue uma vez e se mantém para sempre. A confiança do público precisa ser alimentada. É preciso renová-la a cada notícia publicada.

Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação. [...] Nas democracias e apesar dessa institucionalização do papel do jornalista, a mídia precisa lutar dia após dia para ter sua credibilidade renovada e para renovar, também, esse contrato pragmático fiduciário (ALSINA, 2009, p. 48).

Canavilhas defende que a credibilidade deve ser a marca e o capital básico do jornalismo:

A falta de horizontes más claros, el futuro de los medios informativos en la cambiante industria del contenido digital pasa, en primer lugar, por una necesaria toma de conciencia de su condición de marca, con un capital básico (la credibilidad) y una estrategia centrada en dos pilares: la producción de contenido de calidad... e... la articulación de estrategias cross-platform basadas en la capacidad demostrada de los dispositivos móviles de generar nuevos escenarios de consumo y nuevas audiencias... (CANAVILHAS, 2013, p 25-26).

Assim, em tempos de jornalismo digital, não basta somente a boa vontade do jornalista para que possa produzir com credibilidade. Apesar de, em princípio, os autores aos quais recorreremos neste capítulo — especialmente Moretzsohn e Ramonet — parecerem pessimistas, críticos ferrenhos e apocalípticos, entendemos as colocações deles muito mais como uma tentativa de nos fazer refletir sobre nossa atuação, aquela *mea culpa* que, de vez em quando, é preciso fazer, em um caminho constante de olhar para si, de resgatar a credibilidade, de manter

o compromisso com a sociedade. É tanto que a própria Sylvia Moretzsohn, em uma entrevista ao *Communitas*, em Janeiro de 2018, afirmou que o jornalismo “é cada vez mais necessário exatamente para separar o joio do trigo” (SANTOS, 2018). E é dessa necessidade que trataremos a seguir.

1.5 O combate à *fake news* e o corte na própria carne

Acreditamos que mesmo um falso boato pode sobreviver por muito tempo, caso não haja um combate efetivo a ele. E, na era da pós-verdade onde é mais importante acreditar em “fatos alternativos” que reforçam crenças e emoções, mesmo os desmentidos podem sobreviver. E quando a *fake news*, intencional ou não, parte de um veículo de comunicação que tem um compromisso social de transmitir verdades, nem sempre a decisão é de “cortar na própria carne”. Às vezes, é mais cômodo deixar que esqueçam os erros. O problema é quando esse esquecimento não acontece, não sem deixar sequelas. A figura do *ombudsman* nos veículos de comunicação poderia facilitar essa autocrítica, mas é difícil emplacar a ideia de pagar a um profissional para ele expor suas limitações.

Sem falar que desmentir ou reconhecer erros não significa resolver a questão. Vejamos um exemplo: além dos boatos sobre Marielle, que ainda despertam comentários revanchistas, lembramos o caso do “*Kit gay*”, nas eleições presidenciais de 2018, no Brasil: embora o Tribunal Superior Eleitoral tenha determinado a retirada das *fake news* disseminadas pelo então candidato Bolsonaro da propaganda eleitoral¹⁰, até hoje encontramos pessoas do nosso ciclo social que acreditam que o tal kit existiu e algumas juram que já viram e estiveram com esse material diante dos seus olhos.

Então, vale a pena contestar um boato? Segundo DiFonzo, vale sim e muito, porque a refutação reduz o crédito nos boatos, mas é preciso ter argumentos e contar com uma rede de transmissão da refutação tão ou mais poderosa do que a que disseminou a mentira. “A falta de contestação, portanto, é outro fator que leva à crença em um boato” (DIFONSO, 2009, p. 149). Não espalhar, mas, ao mesmo tempo, não tomar uma atitude em relação ao boato pode ter consequências graves.

Vale a pena expor suas próprias vísceras no caso do reconhecimento do erro? Desmentir uma mentira exige coragem, principalmente, se, em algum momento se acreditou nela,

¹⁰ Disponível em <https://bit.ly/2pUOLMA>. Acesso em 15 set. 2019.

ajudando-o a disseminá-la. Gera, digamos, no mínimo, um embaraço. A *Folha*, por exemplo, é um dos poucos veículos de comunicação (o único dos observados nesta pesquisa) que mantém a figura do *ombudsman* — no jornalismo, o profissional contratado pelo jornal para criticá-lo e mediar o relacionamento do veículo com seu público — e uma coluna chamada ‘Erramos’ para dar o *feedback* aos leitores sobre os seus erros. Embora pareça embaraçoso, faz parte da construção da credibilidade do veículo, ou seja, é uma estratégia do veículo de comunicação na tentativa de manter o “contrato pragmático fiduciário”, tratado por Alsina, já citado algumas vezes aqui.

O caso da *fake news* potencializada pela matéria da jornalista Mônica Bergamo, objeto da nossa análise, foi alvo de uma reflexão da então *ombudsman* Paula Cesarino Costa, nove dias após a publicação da matéria. No texto “Das Responsabilidades”, publicado no dia 25 de março, a jornalista diz que a matéria da *Folha* foi estopim para a difusão de *fake news*: “O caso merece reflexão, especialmente porque a difusão das mentiras, em grande parte, teve como origem reportagem publicada pela *Folha* no dia seguinte ao assassinato da vereadora” (COSTA, 2018).

Figura 2 - Reprodução de trecho de opinião de ombudsman da Folha



Paula Cesarino Costa

OPINIÃO

Das responsabilidades

Título e organização do texto de reportagem da Folha foram combustível para notícia falsa sobre vereadora assassinada

f
t
6
...

25.mar.2018 às 5h20

EDIÇÃO IMPRESSA

A- A+

Paula Cesarino Costa

SÃO PAULO A disseminação incessante de notícias falsas, na semana que passou, levou a irmã e a viúva da vereadora [Marielle Franco](#) a entrarem com ação judicial, pedindo a retirada do ar de vídeos mentirosos, com base em mais de 16 mil emails que denunciavam informações falsas. O

Fonte: *Folha Online*

Só conseguimos entender bem o tamanho do desconforto de dizer que erramos, que divulgamos mentiras, que nos enganamos, quando passamos por isso. Esse desconforto é um sentimento comum em qualquer pessoa, em qualquer relação humana, onde seja necessário

admitir um erro, tanto que algumas relutam em fazê-lo. E, talvez, essa sensação desconfortável seja muito maior para os jornalistas que, durante muito tempo, construíram em volta da atividade uma muralha imaginária chamada “objetividade” e fizeram com que acreditassem que, realmente, eram apenas porta-vozes da sociedade e retratadores fiéis dos fatos. Para um jornalista, admitir erro de checagem, significa admitir uma incompetência (sim, é esse o sentimento!), admitir que não apurou como deveria, que não usou o método da checagem, que não foi 100% profissional (se é que alguém o é, todo o tempo), que agiu como um cidadão comum (que não tem a responsabilidade de apurar, embora todos devêssemos fazê-lo antes de reportar um fato), quando a sociedade o legitima a um papel de reproduzidor da realidade social.

Na nossa experiência como chefe de reportagem e editora de texto do *Jornal Correio da Paraíba*, passamos e vimos colegas passarem por isso, algumas vezes. O jornal já contou com a figura do ombudsman, mas, como outros, a experiência não perdurou. A coletânea “Ombudsman no Jornalismo Brasileiro”, organizada por Gadini e Javorski (2018), traz entrevistas e relatos sobre o trabalho desse crítico em seis jornais brasileiros, entre eles, a *Folha* e o *Jornal Correio*. Em 2019, completaram-se três décadas da atividade desse mediador no Brasil, sendo a *Folha* o jornal precursor, seguido do *Correio da Paraíba*, dois anos depois.

Carlos Eduardo Lins da Silva, que foi *ombudsman* da *Folha* entre 2008 e 2010, abre a série de capítulos sobre a experiência do Brasil, mostrando como é difícil para os jornalistas aceitar que erram “mesmo quando é impossível negá-lo” (GADINI; JAVORSKI, 2018, p. 27). Ele conta, principalmente, como é difícil para um jornalista exercer a função em um veículo, estando sujeito a ganhar inimizades dos colegas, por ser pago para criticar o trabalho feito por eles. A *Folha*, quase que milagrosamente, continua em fins do ano de 2019 mantendo o profissional em seus quadros. Alguns podem até dizer que o *ombudsman* critica, mas “pega muito leve” com a crítica. Pode ser. No caso específico do erro que estamos estudando nesta pesquisa, a *mea culpa* da *Folha* só foi feita através desse profissional, como veremos mais detalhadamente a seguir.

No capítulo seguinte da coletânea, a professora doutora Sandra Moura traz a experiência da Paraíba, em entrevista com os três profissionais que exerceram a atividade de críticos do jornal paraibano, na década de 1990: Rubens Nóbrega, Carmélio Reynaldo e Alarico Correia Neto. No *Correio*, esse exercício crítico era feito em uma coluna semanal, chamada “(Re)visão”, mas, numa época na qual não existia interação entre os leitores e os produtores de notícia, o *feedback* era mínimo. Os críticos do jornal contam na entrevista que sentiram mais na pele o ressentimento dos colegas, por terem seus trabalhos avaliados e criticados. Em um

dos trechos, Rubens Nóbrega esclarece como era a atividade do *ombudsman*, uma tentativa de autorregulação dos meios:

Não está fazendo propriamente o controle social, faz, na verdade um papel de amortecer as relações entre o público e a redação. dá a impressão para o público que está criticando, mas nem sempre a crítica é tão contundente, talvez porque você esteja convivendo com aquelas pessoas. Se eu não ganhei inimigo, perdi amigos, porque, realmente, depois de um certo tempo, a gente entrava na redação estava todo mundo assim com uma certa hostilidade do ar (GADINI; JAVORSKI, 2018, p. 38)

Infelizmente, ao contrário da *Folha*, a atividade durou pouco na Paraíba, restando algumas poucas tentativas de autoavaliação e acolhimento das críticas de leitores, dependendo da visão e boa vontade dos editores. Entre os anos de 2009 e 2014, houve uma determinação da direção do jornalismo para que os editores avaliassem e publicassem os pedidos de desculpas aos erros cometidos. Começamos a publicar uma coluna chamada “Erramos”, no jornal. Nem chegava a ser uma crítica, mas algo bem sucinto. Mesmo assim, não era, definitivamente, uma posição agradável nem para os profissionais, tampouco para o veículo. Somente a necessidade de restabelecer uma verdade (que nem sempre funciona), de se desculpar por uma falha poderia gerar a leitura de que éramos profissionais comprometidos com o nosso trabalho (penso que era meio marketing também. Na realidade, os veículos que têm a cultura de se autocriticar sempre se gabam por isso).

Mas, ao mesmo tempo, quando se dá espaço à autocrítica, mesmo de forma sutil como um “erramos”, se assina um atestado de que, naquele caso específico, faltou uma competência (seja no domínio da língua portuguesa, seja nas ferramentas de edição ou ainda no método de checagem de fatos e fontes). Conversávamos sobre isso na redação do *Correio* e dizíamos que estávamos no caminho de respeito aos leitores e às fontes, embora nem todos os colegas se engajassem. Era uma forma experimental, sem um profissional específico para criticar e sem o hábito de se autocriticar. Era uma tentativa de se autorregular, que também não vingou.

Não tem como relativizar, ninguém gosta de ter seu trabalho monitorado, escrutinado e, por fim, criticado, embora alguns aceitem como uma forma de alcançar qualidade, mas, definitivamente, não é uma sensação boa. Só existe uma forma de evitar que esse embaraço se torne comum: evitando errar. E, especificamente, em relação aos erros de informação, vale exercitar o método da checagem, observando os próprios manuais de redação e o bom senso quando se está realmente à procura da verdade.

Falando a qualquer pessoa interessada na verdade (não especificamente ao profissional de jornalismo), DiFonzo dá dicas básicas para a confirmação da veracidade de uma

mensagem/fato. Ele diz que isso pode ser feito com uma pesquisa na internet ou um telefonema para alguém que conhece a verdadeira história e lembra: “os jornalistas fazem esse tipo de checagem regularmente” (DIFONZO, 2009, p. 186). Essa compreensão de que os jornalistas fazem isso como parte da rotina nos mostra quão grande é a nossa responsabilidade de checar. Essa perspectiva do pesquisador de boatos nos remete ao fato de que a sociedade reconhece a checagem como algo que faz parte do trabalho do jornalista, do seu método de trabalho.

Nem sempre é fácil checar. O autor elenca três situações de dificuldade: 1. Quando a fonte de informações não é familiar; 2. Quando a pessoa tem pouquíssimos relacionamentos fora de seu ambiente social; 3. Quando existe a necessidade permanente de agir (DIFONZO, 2009, p. 187). Das três situações, a que mais induz os jornalistas ao erro, a nosso ver, é a terceira, afinal, um jornalista que se propõe a checar um fato deve construir sua rede de contatos e checar direto com as fontes o que, até antes da apuração, era apenas um boato. Mas, a terceira condição “a necessidade de agir” pode colocar todo o método em xeque.

Com a Internet, ficou mais fácil checar, mas as pessoas não estão preparadas para as consequências desse ato, principalmente, quando estão mais predispostas a usar o boato para respaldar suas crenças e atitudes do que procurar de fato saber a verdade sobre o fato. Para um jornalista, checar um boato pode significar não ter matéria, acabar com uma manchete em potencial, empreender um esforço em algo que não vai virar um produto final. E, assim, muitas vezes, prefere-se fazer o jornalismo declaratório, caça-cliques. Então, é mais fácil repassar uma informação creditada à fonte sem checar a confiabilidade dela ou sem verificar se o que ela falou faz sentido. Afinal, agindo assim, o jornalista, em tese, não mente, porque ele não está afirmando, apenas reproduzindo o discurso de uma fonte.

Em tempos de pós-verdade e *fake news*, o jornalismo deve empreender esforços em desmentir boatos falsos? As últimas iniciativas da imprensa brasileira indicam que sim. Se por “interesse humano”, “proximidade”, “identificação social” ou outro critério da lista dos valores-notícias que guiam o fazer jornalístico, um boato está tendo repercussão social, ele é um candidato a virar notícia. Dessa forma, além do dever moral e social que possa acompanhar a atividade do jornalista, desmentir boatos pode atender a um valor-notícia.

Paula Cesarino, ainda no texto que traz a mea-culpa da *Folha* em relação à matéria “combustível” de *fake news*, cita que o projeto editorial do jornal diz que o jornalismo profissional deve combater notícia falsa. Mesmo assim, a fala do editor-executivo do veículo, Sérgio Dávila, ressaltada pela *ombudsman* mostra o quão difícil ainda é a assimilação dessa função do jornalismo no dia a dia, quando ele avalia a impossibilidade de desmentir todas as

notícias falsas que surgem. “A missão principal do jornalismo profissional não deveria ser desmentir *fake news*, mas trazer ao leitor as '*true news*', relevantes e exclusivas”, é a fala de Dávila no texto de da *ombudsman*, mesmo informando que a *Folha* faria parte do projeto *First Draft*, que nasceu na Universidade Harvard, “para tentar atacar as *fake news* no momento em que comecem a ganhar tração na internet. A ideia é produzir apurações que desmintam textos de *fake news*, principalmente durante as eleições” (COSTA, 2018).

A contradição percebida na fala do editor talvez mostre um pouco da impotência de toda uma sociedade em relação a impedir que boatos se alastrem e mais ainda: a impossibilidade do jornalismo está em todos os lugares e de fazer todas as checagens. Mais ou menos nesse sentido, a então *ombudsman* da *Folha* enfatiza na conclusão de seu texto: “Cabe aos veículos jornalísticos adequar procedimentos e encontrar instrumentos e estratégias que possam evitar ou diminuir os danos causados por notícias falsas a pessoas, grupos, países” (COSTA, 2018).

Diante das ponderações, podemos dizer que é uma função do jornalismo desmentir notícias falsas, assim como é de qualquer cidadão que se vê diante de um falso boato. E mais: o jornalismo deve ter pressa em desmentir notícias falsas. Voltamos ao impasse já visto entre “rapidez e qualidade”. Neste trabalho, trataremos o caso da *Veja* que foi um dos primeiros veículos a replicar a reportagem da *Folha* que deu status de notícia à *fake news* sobre Marielle Franco, a partir da declaração da juíza Marília Castro Neves no *Facebook*. O veículo também não checou a fonte e o discurso da desembargadora antes de publicar, menos de duas horas depois de a *Folha* ter disparado a notícia, e o fez exatamente com o mesmo recorte, no título: o engajamento de Marielle com bandidos. Somente 24 dias depois, veio a retratação no subtítulo e no texto indicando que a desembargadora havia disseminado *fake news*. Uma pergunta cabe, mesmo que não tenhamos ferramenta para aferirmos a resposta: quantos dos leitores da *Veja* que leram e compartilharam a notícia original no dia 16 de março de 2018 voltaram a ela no dia 9 de abril para tomar ciência do desmentido?

No caso da matéria sobre as *fake news* envolvendo Marielle, por exemplo, caberia, não só restabelecer a “verdade dos fatos”, mas também – como foram feitas em matérias posteriores – fornecer um local para denúncias sobre informações falsas, como foi feito em reportagens posteriores. Boatos também podem ser combatidos quando a imprensa divulga a punição a quem cria e dissemina. Os jornalistas, mais do que qualquer outro grupo, precisam, sim, entender de boatos, precisam estar constantemente questionando os fatos e desconfiando de suas fontes. E o que significa entender de boatos?

Significa avaliar quão poderosos os boatos podem ser, e como eles contribuem para muitos resultados ou motivam esses resultados [...] Significa aceitar a tendência que o ser humano tem de esclarecer os fatos relativos a uma situação. Significa compreender a busca pela verdade, os desejos sociais, propagandistas, egocêntricos ou artísticos que podem repousar — e repousam — sob as discussões a respeito dos boatos. (...) Significa ler nas ‘entrelinhas’ de uma história para apreender preocupações, crenças, temores e compromissos prévios dos seres humanos em meio aos quais a narrativa se desenrola. Significa avaliar novamente como é ameaçador constatar que seu boato favorito está sendo destruído. Significa verificar cuidadosamente. Significa ter coragem de abster-se de passar adiante alguma coisa. Significa questionar a crença em uma história, particularmente, em momentos de medo e pânico. Significa conceder o benefício da dúvida a alguém, principalmente quando a confiança está minada. Significa procurar ajudar as pessoas exteriorizando o melhor de si quando se está interessado em entender a situação ou lidando com ameaças. Entender de boatos significa tornar-se mais bondoso, mais nobre, mais perspicaz, mais útil, mais humilde, mais sensível, e ser dono de um raciocínio mais sutil. Significa engajar-se na atividade básica de ser humano, ou seja, raciocinar em conjunto, de forma que a tarefa seja ao mesmo tempo mais difícil e mais intensamente gratificante. Significa ter mais apreço pela verdade (DIFONZO, 2009, p. 233-234).

Ter apreço pela verdade também pode significar, para o jornalismo, compreender que um fato pode ter várias faces. Mônica Bergamo não mentiu quando resolveu fazer sua matéria com base nas declarações falsas de uma desembargadora. Mas omitindo que as declarações eram falsas, ela aumentou a crença de seus leitores nos boatos. Foi construída uma verdade baseada em uma mentira, ou seja, a desembargadora falou (é verdade. Estava lá no post do Facebook para quem quisesse checar suas palavras), mas o que ela falou era falso e isso não foi dito em nenhum momento naquela matéria. A jornalista poderia não ter como checar todos os fatos em um curto tempo, mas um telefonema ao presidente do Psol, partido de Marielle, poderia ter mudado todo o rumo daquela matéria.

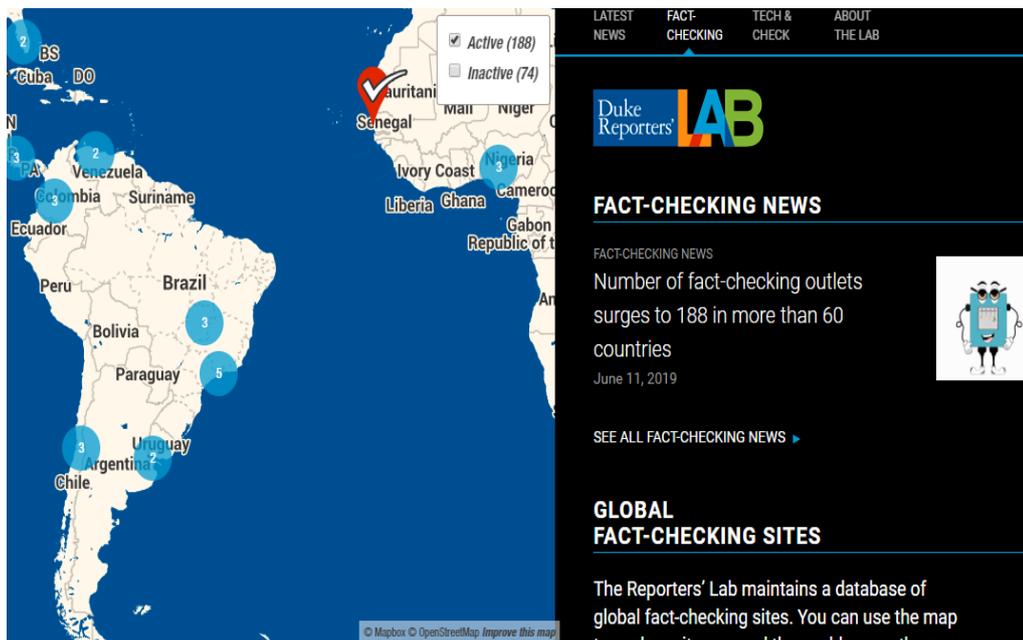
1.6 As plataformas de *fact-checking* e o “caso Marielle”

O crescimento de plataformas, agências e sites de verificação de fatos (*fact-checking*) nos mostra o quão necessário é o combate às notícias falsas. O mundo está preocupado com os estragos produzidos por notícias falsas. Um parêntese cabe aqui: talvez, precisássemos menos deste tipo de serviço se o jornalismo fosse o suficientemente fortalecido na sua atividade principal, que é justamente a checagem dos fatos. E, chegamos a essa hipótese, baseados em tudo o que autores consultados neste trabalho disseram e que mostraremos na terceira parte dele, quando analisamos as falhas da checagem de fatos e fontes nas notícias selecionadas nesta pesquisa.

Por hora, nos concentremos no trabalho das plataformas de verificação. Em nível mundial, se destaca a International Fact-Checking Network (IFCN), Rede Internacional de Verificação de Fatos, uma iniciativa do *Instituto Poynter* que reúne verificadores de fatos em todo o mundo. Segundo o site do *Poynter*, a IFCN foi lançada em setembro de 2015, pelo instituto que foi fundado em 1975 com a missão de defender a liberdade de expressão e o papel do jornalismo em democracias saudáveis, responsabilizando pessoas poderosas através da checagem de fatos¹¹. Agências e sites de *fact-checking* que cumprem princípios da IFCN podem se tornar membros, recebendo uma espécie de selo. No Brasil, a Lupa é uma delas.

O *Duke Reporters' Lab*¹², um centro de pesquisa de jornalismo da Universidade Duke (EUA), tem a verificação de fatos como um de seus principais projetos. O laboratório faz um monitoramento dos sites que trabalham com checagem de fatos, em todo o mundo. Quando começamos a pesquisar sobre a iniciativa, em junho de 2019, o Reporters' Lab tinha catalogado 188 sites, sendo oito ativos no Brasil.

Figura 3 - Agências de Fact-checking no mundo



Fonte: *Duke Reporters' Lab*

Em dezembro de 2019, quando concluíamos este trabalho, voltamos a consultar o portal do laboratório, e já eram 226 projetos em 73 países, incluindo os que a IFCN identificava como signatários de seu código de princípios. Desses, dez estavam no Brasil: *Empresa Brasil de*

¹¹ Disponível em <https://www.poynter.org/mission-vision/>. Acesso em 22 set. 2019.

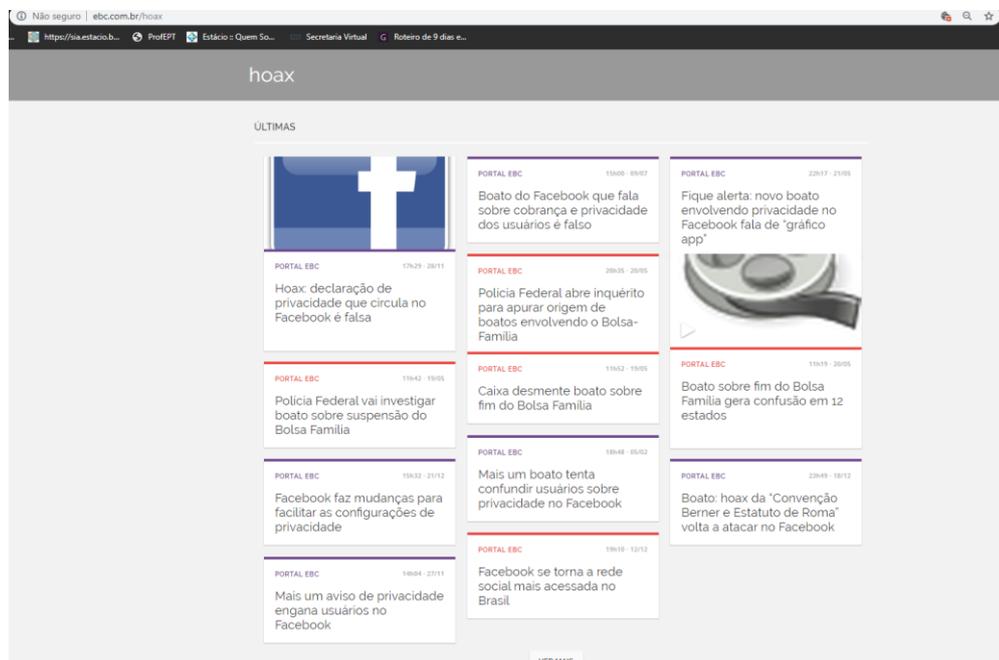
¹² Disponível em <https://reporterslab.org/fact-checking/>. Acesso em 22 set. 2019.

Comunicação (EBC), Aos Fatos, Boatos ("Rumors"), Estadão Verifica, E-farsas, UOL Confere, É Isso Mesmo ("Is That So"), Agência Lupa e os dois mais recentes: Comprova e o Checamos AFP. Utilizando as descrições do *Reporters' Lab* e dos próprios sites citados pelo órgão, trataremos um breve perfil de cada um e tentaremos identificar como cada um se posicionou em relação aos boatos envolvendo a vereadora Marielle Franco, em março de 2018.

1.6.1 Portal EBC's Hoax Reports

O Portal EBC's Hoax Reports¹³ é um produto da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, que agrega vários veículos de comunicação, entre TVs e rádios públicas, a Agência Brasil (notícias) e responsável por administrar a Rede Nacional de Comunicação Pública/RNCP.

Figura 4 - Capa do EBC's Hoax em 22/09/2019



Fonte: Portal EBC' Hoax Reports

Quando acessamos o portal para escrever este trecho do trabalho, observamos que não havia nas últimas notícias (de capa) nenhuma que pudesse gerar polêmicas políticas, apesar de

¹³ Disponível em <http://www.ebc.com.br/hoax>. Acesso em 22 set. 2019.

que declarações de políticos sejam alvos constantes de checagens. Compreendemos que isso se dava devido à ligação da EBC com a Presidência da República. Os *hoax* (enganos) postados tinham mais o caráter de notícias gerais, como desmentidos de boatos sobre o Bolsa Família e o Facebook. Também não havia uma preocupação de uso de etiquetas ou selos nas checagens, como verificamos nos outros sites que visitamos.

Não conseguimos localizar na busca do site matérias desmentindo as *fake news* propagadas sobre Marielle Franco, em março de 2018, usando as palavras-chaves: Marielle, Marília, vereadora. Pesquisa idêntica foi feita na ferramenta de busca do Google e não conseguimos localizar nenhum conteúdo por esse mecanismo. Talvez, realmente não tenha havido esse tipo de publicação e um dos motivos poderia ser a ordem da gerência da EBC para que os profissionais do veículo reduzissem a cobertura do “Caso Marielle”, como foi divulgado em vários canais, entre eles o Globo¹⁴.

1.6.2 Aos Fatos

*Aos Fatos*¹⁵ é outro projeto de checagem de informações no Brasil, com características diferentes do produto anterior, mirando discursos e acontecimentos políticos. Só para se ter uma ideia no em que visitávamos o site para escrever esse trecho do trabalho, das sete notícias principais da capa, quatro citavam o PT (Partido dos Trabalhadores), Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil, preso na Operação Lava Jato, questionada pelos métodos de execução) e Bolsonaro (Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018), servindo como um termômetro das questões políticas que dominavam a Internet no período.

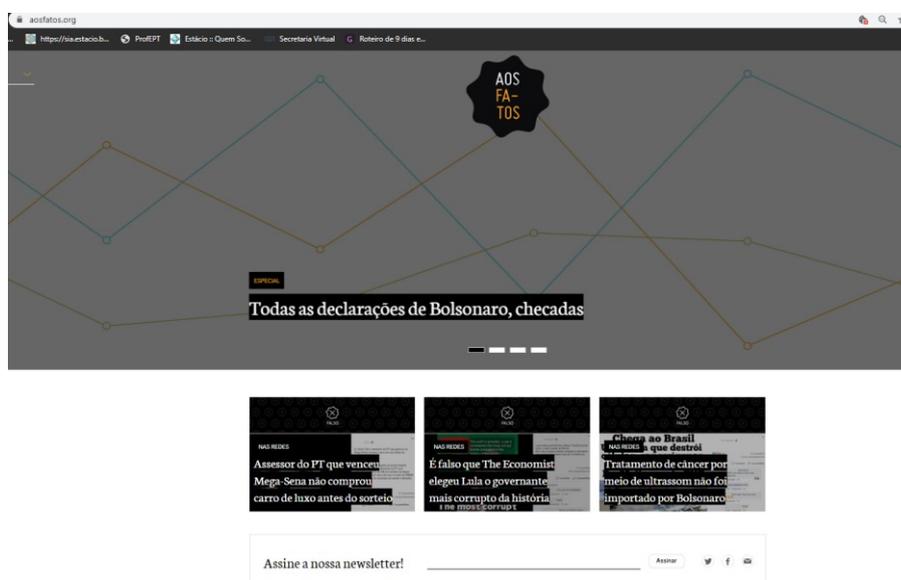
O *Aos Fatos*, segundo as informações do próprio site, é mantido por uma equipe de profissionais das áreas de jornalismo e tecnologia, que usam o método jornalístico de checagem de fatos, aplicando uma fórmula própria, com sete etapas: seleção por relevância; consulta à fonte original; consulta a fontes confiáveis; consulta a fontes oficiais; consulta a fontes alternativas; contextualização e classificação (verdadeiro, impreciso, exagerado, contraditório, insustentável, distorcido ou falso). Como podemos ver, a checagem anunciada não tem nada de especial e deveria ser aplicada em qualquer matéria jornalística sobre uma declaração ou fato que não estivesse totalmente esclarecido. O *Aos Fatos* também diz que a checagem passa pelas

¹⁴ Disponível em <https://glo.bo/2INAahy>. Acesso em 29 set. 2019.

¹⁵ Disponível em <https://aosfatos.org/>. Acesso em 22 set. 2019.

mãos, pelo menos, de um repórter e um editor, outra atitude que deveria ser regra nos veículos de comunicação, afinal, o outro sempre pode ver mais e diferente.

Figura 5 - Capa do Aos Fatos em 22/09/2019



Fonte: Site Aos Fatos

Aos Fatos, que se diz (está em seu site) a primeira plataforma brasileira a checar sistematicamente o discurso público, ao contar a história do *fact-checking* no Brasil diz que surgiu, em 7 de julho de 2015, “para preencher uma lacuna de cobertura jornalística prestigiada somente em época de eleições”¹⁶. Neste mesmo artigo, os editores do site definem a checagem de fatos como um método jornalístico:

Os melhores manuais de jornalismo defendem que uma boa reportagem deve se basear em mais de uma fonte de informação. As informações que subsidiam a história, por sua vez, devem ter origem confiável e verificada. A checagem de fatos é um método jornalístico por meio do qual é possível certificar se a informação apurada foi obtida por meio de fontes confiáveis e, então, avaliar se é verdadeira ou falsa, se é sustentável ou não (O QUE..., s.d.)

Buscamos nos arquivos do *Aos Fatos* a checagem sobre os boatos envolvendo Marielle Franco disseminados em março de 2018 e encontramos o texto com o título: “Não, Marielle não foi casada com Marcinho VP, não engravidou aos 16 e não foi eleita pelo Comando Vermelho”¹⁷, checando os principais pontos com pesquisa e entrevistas e mostrando que as informações eram falsas. O site publicou no dia seguinte a matéria da *Folha* (no dia 17 de março

¹⁶ Disponível em <https://bit.ly/2Z02ocL>. Acesso em 15 set. 2019.

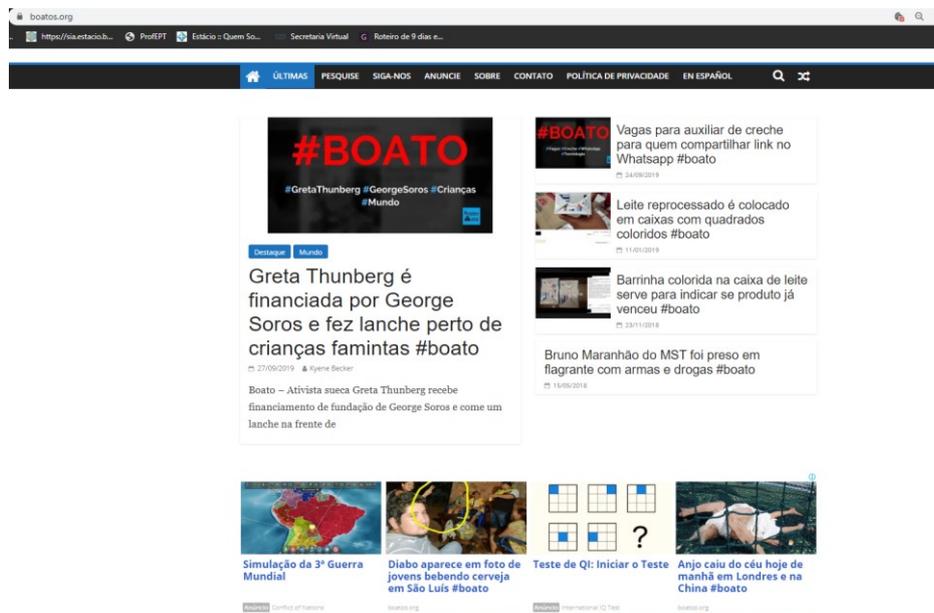
¹⁷ Disponível em <https://bit.ly/2FRnzVk>. Acesso em 28 set. 2019.

de 2018, às 13h20), ou seja, quando os boatos que já se disseminavam nos grupos de WhatsApp já haviam chegado à desembargadora acusada de disseminá-los e à imprensa.

1.6.3 Boatos.org

O site Boatos.org¹⁸ tem um perfil mais voltado a assuntos gerais e não só políticos. Também é feito por jornalistas, que viram na plataforma uma forma de desmascarar as mentiras que se proliferam com muita rapidez na Internet. Foi criado em 2013 para ter conteúdo diário e, realmente, no dia em que observamos o site, havia, pelo menos, uma notícia publicada nos dias anteriores.

Figura 6 - Capa do Boatos.org em 28/09/2019



Fonte: Boatos.org

Em relação às *fake news* envolvendo Marielle Franco, o *Boatos.org* publicou, pelo menos duas checagens, a primeira no dia 17 de março de 2018 (não consta a hora), com o título: “Marielle Franco era ex-mulher de Marcinho VP e engravidou dele aos 16 #boato”¹⁹; a segunda no dia seguinte, com o título: Assassinato de Marielle Franco gerou onda de fake news; confira

¹⁸ Disponível em <https://www.boatos.org/>. Acesso em 28 set. 2019.

¹⁹ Disponível em <https://bit.ly/3372YHR>. Acesso em 28 set. 2019.

7 boatos²⁰. O desmonte dos boatos é feito com base em pesquisa na própria Internet, inclusive em sites de notícias, em falas de fontes ligadas à vereadora assassinada, mostrando as contradições das próprias mensagens disseminadas na *fake*, no site do TRE-RJ, entre outros meios de checagem.

1.6.4 Estadão Verifica

O Estadão Verifica²¹ é um produto do Jornal *O Estado de S. Paulo, O Estadão*, reforçando o papel do jornalismo para desmontar a fábrica de boataria instalada, principalmente, na Internet. O blog editado por jornalistas é afiliado à Rede Internacional de Verificação de Fatos (IFCN) e usa como metodologia de checagem o método jornalístico, sem segredo: principalmente consulta a fontes oficiais e alternativas e entrevistas com especialistas.

Figura 7 - Capa do Estadão Verifica em 28/09/2019



Fonte: Blog Estadão Verifica

²⁰ Disponível em <https://bit.ly/2nslH18>. Acesso em 28 set. 2019.

²¹ Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/>. Acesso em 28 set. 2019.

O blog checa informações de forma geral, usando critérios de relevância e amplitude. Não usa selos, mas se baseia em algumas categorias usadas por pesquisadores, considerando que informações podem ser inventado, manipulado, enganoso, fora de contexto, sátira, entre outros.

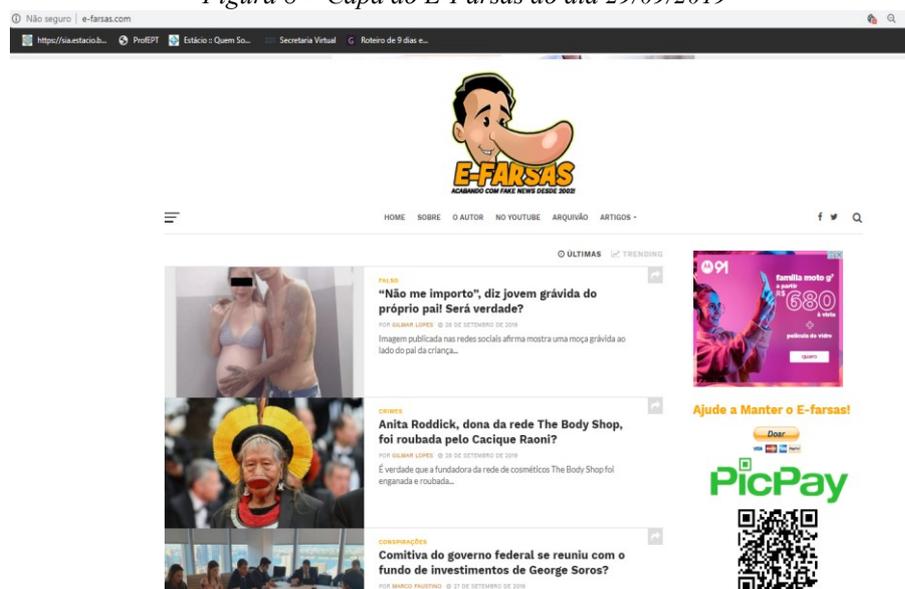
Buscamos no mês de março de 2018 alguma notícia no Estadão Verifica, usando o filtro da data e as palavras-chaves Marielle Franco, *fake news* e desembargadora, mas não localizamos nenhuma produção. Também não conseguimos achar material específico usando a ferramenta de busca do Google.

1.6.5 E-Farsas

Das dez plataformas de checagem de notícias elencadas pelo *Duke Reporters' Lab*, apenas o *E-Farsas*²² não é feito por jornalistas. E também seria o mais antigo, segundo informações do próprio site, criado em 1 de abril de 2002 (só um adendo: o 1º de abril se popularizou como o Dia da Mentira), por um ex-pedreiro, que hoje é analista de sistemas. Basicamente, usa duas categorias ao checar informações: verdadeiro ou falso, mas não deixa claro a metodologia usada para chegar a essas conclusões.

²² Disponível em <http://www.e-farsas.com/>. Acesso em 22 set. 2019.

Figura 8 - Capa do E-Farsas do dia 29/09/2019



Fonte: Site *E-Farsas*

Um detalhe importante que tivemos curiosidade de observar é que o site, embora não tendo uma equipe de jornalistas, foi um das plataformas de checagem reconhecidas internacionalmente que desmentiram os boatos sobre Marielle Franco. O *E-Farsas* fez isso um dia depois das mentiras terem sido disseminadas pela desembargadora Marília Castro Neves e ter virado matéria da *Folha*. Conforme texto publicado no dia 17 de março de 2018 (não consta a hora), com o título “Conspirações: Marielle Franco foi esposa do Marcinho VP? Era do Comando Vermelho?”²³, a checagem foi feita basicamente no ambiente da Internet. Dos sete hiperlinks usados no texto que desmente os boatos, três são de sites de notícias (Tribuna, Correio Braziliense e G1), três são da *Wikipedia* (um site colaborativo e, portanto, sujeito a equívocos) e o site do TRE-RJ. Não houve checagem direta às fontes.

1.6.6 Uol Confere

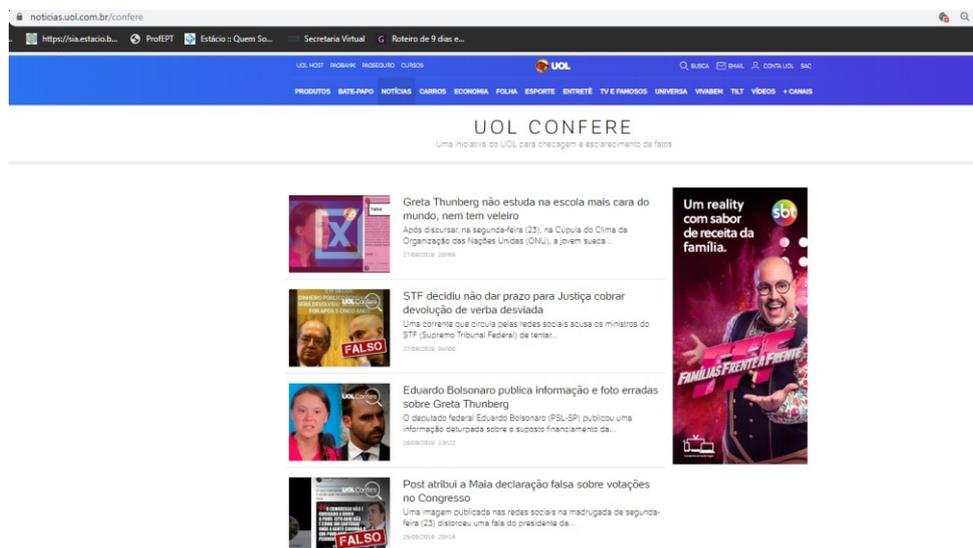
Não há muitas informações no site Uol Confere²⁴ sobre o produto. Apenas que é uma iniciativa para checagem e esclarecimento de fatos. Não há periodicidade indicada e não há uma predileção por nenhuma área específica, como política, por exemplo. O *Duque Lab's Reporters* diz que as checagens e explicações dos fatos no site se concentram em declarações

²³ Disponível em <https://bit.ly/2lyTuvs>. Acesso em 28 set. 2019.

²⁴ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/confere>. Acesso em 22 set. 2019.

de funcionários públicos no Brasil e que o material é produzido por jornalistas, que usam duas categorias de classificação das informações checadas: verdadeiro ou falso²⁵.

Figura 9 - Capa do Uol Confere em 29/09/2019



Fonte: Blog Uol Confere

Sobre a onda de *fake news* envolvendo a vereadora do Psol, Marielle Franco, em março de 2018, não achamos no mecanismo de busca do blog Uol confere o texto que desmonta a boataria, usando as palavras-chaves: Marielle Franco, desembargadora Marília. No entanto, na busca do Google, localizamos o material com o título: “Marielle não foi casada com Marcinho VP nem eleita pelo Comando Vermelho”, publicado no dia 18 de março de 2018, às 17h53²⁶. O texto diz que a desembargadora Marília Castro Neves reproduziu uma “corrente do WhatsApp”. O material cita a checagem do *Boatos.org*; matérias do *G1*, do *Extra* e do *Globo*; declarações das redes sociais de amigos e parentes de Marielle Franco e o *Twitter* da própria vereadora e dados do TRE-RJ. O blog está no ar desde janeiro de 2017.

1.6.7 É Isso Mesmo?

O *É Isso Mesmo?*²⁷ é um blog de acesso restrito a assinantes do jornal *O Globo*. No entanto, a partir da página do blog no *Facebook* é possível acessar alguns conteúdos, entre eles

²⁵ Disponível em <https://reporterslab.org/fact-checking/>. Acesso em 22 set. 2019.

²⁶ Disponível em <https://bit.ly/2FVSuQI>. Acesso em 22 set. 2019.

²⁷ Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/eissomesmo/>. Acesso em 29 set. 2019.

algumas informações sobre o blog, tais como: é feito por uma por uma equipe de jornalistas do *Globo* especializados em checagem de informações apresentadas por políticos, lideranças ou disseminadas por usuários de redes sociais.

O blog usa os seguintes selos para categorizar as informações checadas: Verdadeiro; falso; não há confirmação; não se sustenta, verdadeiro, mas...; não é bem assim e controverso. Também faz o monitoramento de discursos de autoridade, categorizando como: cumprido, cumprido parcialmente, em andamento, só na promessa.

Figura 10 - Capa do *É Isso Mesmo?* do dia 29/09/2019



Fonte: *Blog É Isso Mesmo?*

Através da ferramenta de busca do Google, localizamos o texto “As mentiras sobre a vereadora Marielle Franco que circulam nas rede”, publicado dia 19 de março de 2019, às 15h19²⁸. A checagem conclui que as declarações da desembargadora eram falsas, a partir de reportagens de veículos de comunicação, como o *Extra* (um dos estudados nesta pesquisa), Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (DCMRJ) e entrevistas.

²⁸ Disponível em: <https://glo.bo/2qkIbZV>. Acesso em 06 out 2019.

1.6.8 Lupa

A Lupa²⁹, também em seu site, se diz a primeira agência do Brasil especializada na técnica jornalística mundialmente conhecida como *fact-checking*, tendo sido fundada em 1º de novembro de 2015. A agência afirma que desenvolveu uma metodologia de trabalho própria, baseada em modelos internacionais, sendo, inclusive, é membro verificado da International Fact-checking Network (IFCN).

Figura 11 - Capa do site da Lupa em 29/09/2019



Fonte: Site da Lupa

A metodologia inclui: a observação diária do que é dito por políticos, líderes sociais e celebridades, em jornais, revistas, rádios, programas de TV e na Internet; pesquisa sobre tudo o que foi publicado de informações públicas; solicita, quando for necessário dados através da Lei de Acesso à Informação (LAI) e/ou às assessorias de imprensa; quando preciso, vai a campo apurar; recorre a especialistas; solicita posição oficial do checado, dando-lhe tempo e ampla oportunidade para se explicar e produz um texto o mais completo e acessível possível para o leitor. Suas etiquetas são: falso, contraditório, verdadeiro, ainda é cedo para dizer, exagerado, subestimado, insustentável, verdadeiro, mas e de olho.

Analisando as etapas seguidas pela plataforma de fact-checking, não poderíamos chegar a outra conclusão, senão a de que a *Lupa* faz jornalismo, ou seja, o que o jornalista em sua

²⁹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/quem-somoss/>. Acesso em 29 set. 2019.

apuração diária deveria fazer para entregar uma notícia completa. Mas, nem sempre faz. E, de novo, levantamos a questão “instantaneidade X profundidade”, discutida anteriormente. A própria *Lupa* reconhece que precisa de tempo para checar. Parece óbvio, mas, nem sempre é. A agência vê três riscos rondando o checador: a velocidade para dar o furo, o uso de dados imprecisos e desatualizados e o partidarismo ou falta de transparência.

O primeiro – e maior – deles é a pressa. Quando a velocidade e a busca pelo furo jornalístico é o que importa, o checador tende a publicar uma informação rasa. Pode etiquetar uma frase como sendo verdadeira ou falsa, sem ter levado em consideração o cenário mais amplo em que ela se encaixa. E a perda do contexto é sempre perigosa (QUAIS...2015).

Pesquisando na plataforma da *Lupa* sobre o tratamento que a agência deu ao caso da *fake news* replicada pela desembargadora Marília Castro Neves, não encontramos nenhum texto ou checagem. Fazendo a pesquisa na busca do *Google*, entre os dias 14 e 31 de março de 2018, encontramos apenas um texto com o seguinte título: “Marielle: desembargadora, deputado e pastor não checaram antes de postar. E era bem fácil...”, escrito por Leandro Resende, e publicado no dia 19 de março de 2018, às 20h27³⁰. O jornalista mostra que, na própria Internet, há mecanismos para a checagem de boatos disseminados no ambiente virtual e relembra dicas da *Lupa* para isso. O detalhe é que ele faz crítica à desembargadora, ao deputado e a um pastor por não ter checado os boatos que replicaram, mas não estende essa crítica aos meios de comunicação que apenas deram voz a essas pessoas, especialmente, à desembargadora.

1.6.9 Comprova

A plataforma Comprova³¹, segundo o próprio site, é um projeto que reúne jornalistas de 24 veículos de comunicação do Brasil, entre eles a *Folha*, que trabalham com checagem de informações, principalmente, declarações, especulações e rumores na Internet. O Comprova é coordenado pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) com *First Draft*, uma organização internacional e independente que apoia jornalistas checadores. Provavelmente, foi o penúltimo, dos dez sites de checagem destacados neste trabalho, a integrar o projeto *Duke Reporters’ Lab*, ao qual recorreremos para ter uma radiografia mínima das

³⁰ Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/03/19/marielle-fake-news/>. Acesso em 5 out 2019.

³¹ Disponível em <https://projetoconprova.com.br/>. Acesso em 5 out 2019.

plataformas especializadas em *fact-checking* no Brasil. Esse reconhecimento aconteceu entre julho e setembro de 2019, visto que, antes desse período, o site não aparecia na pesquisa que fizemos no laboratório da *Duke University*.

O Comprova afirma que usa as seguintes etiquetas para reforçar as conclusões de suas verificações: “Alterado digitalmente”, “Falso”, “Contexto errado”, “Enganoso”, “Sátira”, “Imagem legítima”, “Localização verificada”, “Evidência comprovada” e “Evento legítimo”.

Figura 12 - Capa do site Comprova, em 05/10/2019



Fonte: Site Comprova

A primeira verificação de informações publicada nesta segunda fase do projeto que está disponível no site é data de 16 de julho de 2019, portanto, mesmo se o blog oferecesse a ferramenta de busca de textos anteriores (o que não é o caso), não teríamos achado nenhuma checagem da *fake news* do caso Marielle, estudado neste trabalho de pesquisa.

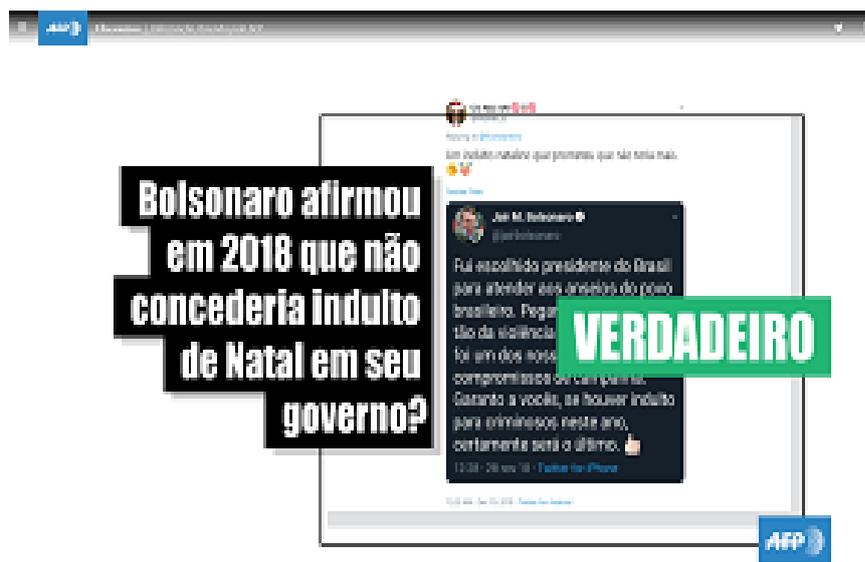
1.6.10 Checamos

O blog *Checamos*³² é mantido pela *Agence France-Presse (AFP)*, uma agência francesa de notícias, pioneira das agências de notícias mundiais, há mais de 180 anos, que possui

³² Disponível em <https://checamos.afp.com/>. Acesso em 25 dez. 2019.

escritórios no Brasil. Foi o último a entrar na lista do *Duke Reporters' Lab*. Como foi criado em junho de 2018 não trouxe verificação dos boatos que investigamos neste trabalho, estando aqui citado apenas como forma de atualizar a pesquisa.

Figura 13 - Capa do site Checamos, em 25/12/2019



Fonte: Site do Checamos

A plataforma é alimentada, segundo descrição no próprio site, por um jornalista especializado, que fica no escritório da AFP no Rio de Janeiro, sob a supervisão do chefe da redação.

1.7 O jornalismo diário correndo atrás do prejuízo

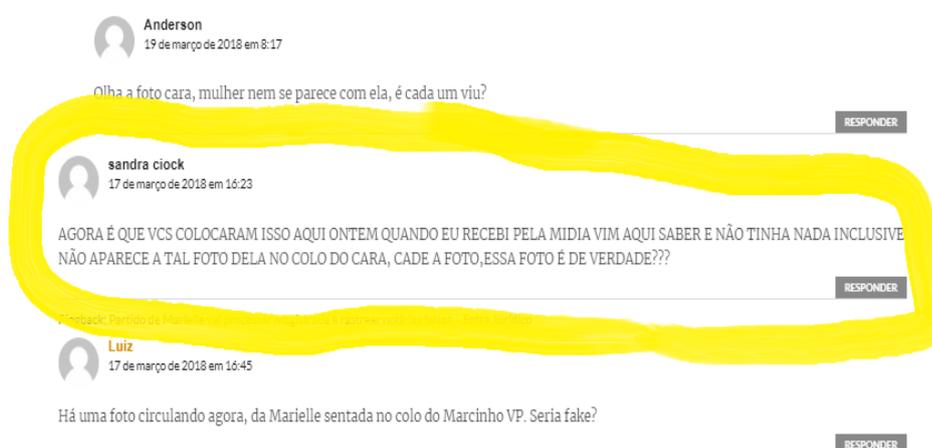
Dos dez sites especializados em *fact-checking* no Brasil que verificamos aqui, seis deles trouxeram alguma checagem sobre os boatos envolvendo Marielle Franco, embora que só após as *fake news* entrarem na pauta do jornalismo, especificamente com a descoberta do post da desembargadora Marília Castro Neves pela *Folha de S. Paulo*, no dia 16 de março de 2018. As checagens foram publicadas entre os dias 17 e 19 de março daquele ano, sendo os primeiros a publicarem os sites *Boatos*, *Aos Fatos* e o *E-Farsas*.

Vale ressaltar que um dos sites que primeiro desmentiu os boatos foi o *E-Farsas*, que não é produzido por jornalistas e fez uma busca razoavelmente simples na Internet mostrando

que não havia sustentação para o que a desembargadora dizia. Vale lembrar, ainda, que a *Lupa*, como foi colocado anteriormente diz que checar “era bem fácil”. E por que essa atitude básica de “checar” não foi tomada pela *Folha* e pelos outros veículos jornalísticos que deram voz à desembargadora? Analisando friamente, e em um gesto de interpretação, poderíamos dizer que os jornalistas deliberadamente não checaram para não perder o furo, o que nos leva a uma encruzilhada chamada “ética e moral”. Ou, propositalmente, não checaram para sustentar uma mentira contada nas redes digitais. Esta última opção, vai além da ética, passando à esfera da responsabilidade civil e criminal.

De uma forma geral, os projetos de *fact-checking* se apresentam como uma alternativa de checagem eficiente, que o jornalismo diário contemporâneo, muitas vezes (as matérias estudadas são a prova) não tem feito. A questão é que, como já foi dito, checar leva tempo e tempo é tudo o que os boatos precisam para proliferarem. É preciso para seu fluxo antes que ele cause destruição. Em um dos comentários da checagem do *E-Farsas* em relação aos boatos sobre Marielle, uma leitora (ver figura 13) se queixa da demora da checagem (que foi uma das primeiras, após as matérias disseminadoras da *fake news*). Ela diz: “Eu recebi pela mídia e vim aqui saber e não tinha nada”³³. É como se dissesse: “Agora é tarde, já está na ‘mídia’. Vocês demoraram muito” (lembrando que estamos condenados a ressignificar).

Figura 14 - Comentário de leitora do E-Farsas



Fonte: Site E-Farsas

Os boatos são mais ligeiros do que as tentativas para desmontá-los. Isso é fato! Então, não vale a pena o esforço para desmenti-los? É válido, mas não é garantia que todos que foram alcançados pelas mentiras também serão pelas tentativas de restabelecer as verdades. E o que

³³ Disponível em <https://bit.ly/2lyTuvs>. Ver nos comentários. Acesso em 28 set. 2019

resta ao jornalismo? Além de desmentir as notícias falsas que tenham potencial poder ofensivo (que deveria ser uma frente do jornalismo), que, pelo menos, os boatos não encontrem na imprensa um terreno perfeito para se disseminarem, por falta de rigor na apuração, de técnica e de ética.

No próximo capítulo, vamos mostrar o caminho percorrido nesta pesquisa e como a Análise de Discurso nos serve como método e como fundamentação teórica e como pode contribuir para entendermos melhor o ato de comunicar através do jornalismo.

2 O CAMINHO PERCORRIDO: MÉTODO E TEORIA SE COMPLETAM

“Somos vítimas da ideologia quando ignoramos que vemos o mundo por intermédio de nossas ideias e quando acreditamos ver o mundo em nossas ideias”.

(Edgar Morin)

Neste capítulo, detalhamos o passo a passo da nossa pesquisa, como os sentidos sobre os textos analisados foram identificados; como escolhemos o nosso objeto de estudo e por que decidimos olhá-lo a partir da teoria construcionista e usando a Análise de Discurso francesa (AD), como método e referencial teórico. Esta parte do trabalho também é uma continuidade da fundamentação teórica desta pesquisa, visto que a AD é, ao mesmo tempo, método e teoria. Aqui, aprendemos a olhar para o nosso objeto como analistas de discurso, embora ainda de forma contida, guardadas as limitações da pesquisa, da pesquisadora e tendo em vista as imensas possibilidades dessa disciplina.

Primeiro, precisamos registrar como chegamos aqui. Quando ingressamos no PPJ, nosso projeto tinha um outro objeto de pesquisa, mas não era totalmente desconexo com este, o pano de fundo sempre já era a discussão sobre credibilidade no jornalismo, que é algo que sempre nos moveu, porque, como já citamos anteriormente, lembrando Alsina, sem isso a prática jornalística perde sua razão de ser. No decorrer do primeiro ano do mestrado, um ano eleitoral, os brasileiros de uma forma geral, as instituições e a imprensa davam mais ênfase ao combate à *fake news* e a discussão ganhou corpo depois dos falsos boatos do “Caso Marielle” terem sido amplificados pela imprensa.

O objeto empírico desta pesquisa foi observado, pela primeira vez, no dia 17 de março de 2018, no auge das publicações jornalísticas sobre as declarações da desembargadora do Rio de Janeiro, Marília Castro Neves, sobre Marielle Franco. O primeiro contato foi através de um link da matéria publicada pela *Veja* (replicando a *Folha*), que recebemos de uma colega de profissão, que já havia recebido de um conhecido dela (ou seja, mais uma corrente do *WhatsApp* em pleno funcionamento).

A gravidade do que estava sendo dito nos chamou a atenção. Era um assassinato de uma vereadora em um acerto de contas, por ter descumprido acordos com criminosos. Mas a forma como a matéria foi construída (jornalismo declaratório, sem provas e sem origem dos fatos apontados) foi, sem dúvida, o que mais nos perturbou, como cidadã e como profissional do jornalismo. A partir daí, resolvemos monitorar as notícias sobre o caso, em princípio, só por curiosidade de saber a verdade.

Nosso interesse aumentou e nos levou a outros sites que replicavam a mesma matéria, até chegarmos à origem da notícia, a matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, já citada na primeira parte deste trabalho e que será analisada mais detidamente na terceira parte dele. Vimos, com surpresa, veículos confiáveis e sites sensacionalistas apoiarem-se na mesma origem da notícia (a *Folha*) para repassarem as informações. O detalhe era que nem a notícia original e nem as demais que partiram dela revelavam que a fonte da imprensa estava repercutindo mentiras. Assistimos com pesar, naquele momento, um típico caso da propagação de *fake news* pela imprensa.

Naquele instante, exercitamos o pensamento dialógico, nos perguntando: Por que ninguém esclarecia os fatos? Por que não se dava visibilidade ao fato de que a desembargadora propagava boatos? Quem era essa representante do sistema de Justiça do Brasil para afirmar que Marielle Franco “estava engajada com bandidos”? Por que os jornalistas, ao menos, não diziam que o que a desembargadora dizia não havia sido checado por eles? À medida em que a verdade vinha à tona (os desmentidos, principalmente, vindos de sites de checagem de notícias, como *Aos Fatos*, *E-Farsas* e *Boatos* (que desmentiram a notícia no dia seguinte, juntamente com outros veículos de comunicação), víamos que o jornalismo estava servindo como “veículo de *fake news*”. A única certeza ali era que não havia sido feita a devida checagem dos fatos e fontes, como manda o “bom e velho jornalismo”.

Foi naquele momento que decidimos investigar um pouco mais a fundo o que estava acontecendo com o jornalismo em relação àquele caso especificamente e, também, em relação à sua manutenção enquanto mediador da informação, detentor da legitimidade social para divulgar notícias. Naquele fim de semana de março de 2018, decidimos acompanhar a repercussão daquele caso. Vimos muitos veículos repercutirem a descoberta da *Folha de S. Paulo*. Era o objeto empírico da nossa pesquisa tomando forma. Percebemos que também se tornava humanamente impossível rastrear e estudar todas as matérias sobre o caso.

Diante disso, fizemos nosso recorte. A matéria da *Folha* entraria por ter sido a primeira; a *Veja* por ter repercutido pouco tempo depois o conteúdo original e ter alterado a notícia

original dias depois, avisando que se tratava de *fake news*; o *Extra* por ter replicado a *Folha*, cortando um trecho importante da matéria original que retratava um enunciado dissonante (o tímido “o outro lado”). Os três veículos de abrangência nacional serviriam para demonstrar o alcance dos boatos via jornalismo. Começamos a pesquisar se aquele assunto estava tendo repercussão naquele fim de semana (de 16 a 18 de março de 2018) nos veículos de comunicação locais. Achamos a notícia no Portal T5. Nos dias que se seguiram, estourou uma polêmica contra o site *Ceticismo Político*, que foi punido por replicar as mesmas informações (diremos como na terceira parte deste trabalho). Por que só ele se todos estavam disseminando *fake news*? Quisemos saber e acrescentamos o *Ceticismo* à nossa amostragem.

Chegamos a separar outros conteúdos de *O Globo*, por exemplo, mas vimos que não acrescentaria nenhum diferencial ao estudo. Também, inicialmente, julgamos importante ter um exemplo de site de notícias com uma cobertura mais completa sobre o fato, que já apontasse as declarações como *fake news* e chegamos a escolher uma matéria do *GI. Mas*, amadurecendo melhor, decidimos usá-la somente como exemplo e não como objeto de estudo, pois demandaria outros questionamentos, outros esforços, que avaliamos que não seriam alcançados dado o tempo reservado para a pesquisa. Assim, fechamos o nosso *corpus* de estudo em cinco textos publicados sobre o mesmo assunto nos seguintes veículos de jornalismo online: *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *Extra*, *Ceticismo Político* e *Portal T5*.

2.1 Por que Análise de Discurso?

A essa altura (ainda em março de 2018), para nós, o jornalismo havia publicado/disseminado *fake news*, mas, ao mesmo tempo, supondo que o texto jornalístico pudesse ser compreendido literalmente (a AD não considera que o discurso seja literal, devido à capacidade do homem de ressignificar), os jornalistas que replicaram o discurso da desembargadora não mentiram em nenhum momento, apenas reproduziram o discurso polêmico da fonte. Explicando melhor: a imprensa disseminou boatos falsos porque não disse com todas as letras que as declarações de Marília Castro Neves eram falsas, levando os leitores a considerarem como verdades (quem lesse as matérias sem o prévio conhecimento sobre as figuras de Marielle e da desembargadora, protagonistas dos textos, estava tendente a acreditar que Marielle tinha conchavos com a bandidagem).

Mas, ao mesmo tempo, como a imprensa poderia se calar diante de afirmativas tão fortes de que uma vereadora havia sido morta por causa de seu engajamento com bandidos? Estávamos diante de uma questão complexa que, de um lado, envolvia o método jornalístico de apuração (que na nossa observação foi violado), e, do outro, a capacidade que os sujeitos têm de ler/interpretar a partir de certas posições, baseadas na historicidade, na ideologia que os constituem. Só exemplificando: naquele momento político do Brasil, para muita gente era mais fácil/cômodo e natural ligar a pobreza/a favela e a esquerda (posição política) à “bandidagem”. E se um jornal, como a *Folha*, estava dizendo isso (baseado em um discurso de um representante da Justiça), era a chancela que grupos precisavam para disseminar o ódio.

Para entender melhor tudo isso, precisávamos de um método de pesquisa que saísse da literalidade do discurso, que levasse em conta as características e efeitos de sentidos no discurso jornalístico, que fizesse a ponte com o processo de construção da notícia (que já falamos na primeira parte desse trabalho) e que nos deixasse livres para interpretar considerando as formações discursivas dos sujeitos envolvidos. E assim, chegamos à AD, considerando a possibilidade de complementar a base teórica e de responder aos questionamentos postos.

Como entendemos a notícia a partir da teoria construcionista e da figura do jornalista como o *newsmaker* (o produtor de notícias), identificamos que a AD poderia contribuir na nossa pesquisa como método e também como fundamento teórico, pois nos ajuda a pensar o jogo entre “objetividade e ideologia”, “literalidade e sentidos”, na notícia ou no discurso jornalístico, a partir das posições dos sujeitos e das vozes. Se íamos estudar as interpretações do discurso jornalístico, precisaríamos nos despir da ideia positivista do determinismo, por exemplo, de uma Teoria do Espelho. Mais tarde, conseguimos apoio à nossa escolha, na reflexão de Benetti sobre método e teoria:

A Teoria Construcionista surge, nos estudos de jornalismo, nos anos 70 do século XX, em contraposição às visões filiadas ao paradigma positivista, segundo as quais o jornalismo seria capaz de refletir a realidade tal como ela é - vale pontuar que toda conclusão de que o jornalismo distorce a realidade tem, como pano de fundo, a crença positivista de que seria possível, desde que munido de boa intenção e ferramentas adequadas, retratá-la fielmente. Não há lugar para essa crença no Construcionismo, que se insere no paradigma construtivista, segundo o qual toda representação é uma construção subjetiva da realidade (BENETTI, 2018, p. 110).

Dessa forma, compreendendo que as notícias analisadas foram construídas, que tudo o que foi dito poderia ter sido dito de outra forma, que os sentidos poderiam ser outros... analisamos o discurso jornalístico produzido pela *Folha* e replicado pela *Veja*, pelo *Extra*, pelo *Ceticismo Político* e pelo *Portal T5* sob à luz da AD, tentando identificar: as vozes e os níveis de vozes (quem fala, de que posição/lugar fala) e também o silenciamento (o não dito) e os

sentidos produzidos além da camada discursiva (a partir do contexto histórico, da memória e do interdiscurso), buscando compreender a ideologia para explicar o processo de atribuição dos sentidos.

Não temos a pretensão de usar todos os recursos disponíveis na AD para dissecar o nosso objeto, devido a amplitude da disciplina e as limitações desta pesquisa. Mas, queremos nos deter aos princípios básicos do método, porque a nós interessa muito mais os sentidos que as matérias jornalísticas estudadas adquiriram (como elas significaram) do que mesmo sua pretensa literalidade (o que o texto diz). Para isso, nos apegamos, principalmente, aos argumentos de Eni Puccinelli Orlandi, precursora da AD no Brasil, que nos mostra o pensamento do francês Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso Francesa.

Lendo Orlandi, impossível não ecoar a premissa de Pêcheux, repetida quase que incansavelmente pela pesquisadora brasileira: “O discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2015, p.42), ou seja, o sentido não é único para todos (de novo, não existe literalidade no discurso). Por exemplo, para alguns, as *fake news* sobre Marielle, teve efeito de “verdade” porque consideraram a posição de quem dizia (uma desembargadora) ou porque já tinham seus “pré-conceitos” (ideologia) sobre o que se dizia), tanto que nem quiseram ver que a conduta e os argumentos da desembargadora Marília Castro Neves eram frágeis demais para sustentar o peso de suas declarações. Já para outros, que conheciam a história de Marielle e que sabiam da posição política (e preconceituosa) da desembargadora, as declarações foram “lidas” como criminosas (calúnias).

Uma das nossas maiores preocupações, enquanto analistas de discurso, é tentarmos evitar o uso do método apenas para legitimar o nosso pensamento, como bem nos alerta Orlandi (2015, p. 30), mesmo sabendo que o resultado dessa pesquisa será apenas um gesto de interpretação, procuraremos seguir o método, conscientes de que o discurso produzido aqui está, também, atravessado por outros discursos esquecidos (interdiscursos) e pela ideologia.

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com o simbólico e o político. Não temos como não interpretar (ORLANDI, 2015, p.7).

2.2 Análise de Discurso Francesa no Brasil ou AD Brasileira?

A Análise de Discurso Francesa (chamada AD) surgiu nos anos 60, tendo como figura central o filósofo Michel Pêcheux, que, segundo Eni Puccinelli Orlandi (sua principal seguidora no Brasil), não pensa a linguagem como um sistema fechado e frio, mas como “lugar de emoção, de debate, de opressão, mas também de resistência” (PÊCHEUX, 2014, p. 7). O pressuposto teórico da AD de que não existe discurso sem ideologia, e a relação “língua/sujeito /história” (ORLANDI, 2012, p. 11) casava com a época vivida no Brasil: a ditadura militar (1964/1984). Nesse contexto, onde o político não podia ser dito com todas as letras, a AD ganhou força no Brasil, através dos estudos de Orlandi e de outros pesquisadores:

Era 1969. Enfim o político, a ideologia, os sentidos, os sujeitos se reuniam à língua e podiam fazer parte do dia a dia da reflexão sobre a linguagem [...] A ditadura não dava trégua mas eu havia aprendido com a esquerda e com Pêcheux que para falar uma coisa pode-se falar outra” [...] A discursividade dominante suscitava a necessidade de desvirar os discursos, de mostrar outros sentidos. De aprender a ler outras palavras naquelas palavras. O que não podia ser dito fazia enorme pressão em nossos dizeres (ORLANDI, 2012, p. 17, 19).

Buscamos pesquisas e pesquisadores de AD na área de jornalismo, no Brasil. Começamos essa empreitada e ficamos por dois meses pesquisando sobre isso, selecionando trabalhos e tentando captar seus direcionamentos. Nessa atividade, nos deparamos com a complexidade da disciplina, que se torna mais ainda complexa, a nosso ver, para pesquisadores que não são da área da linguística. Em um dos trabalhos que tivemos acesso entendemos que, no Brasil, não há uma única corrente, pura e filiada a um determinado teórico; que, mesmo a AD pêcheutiana ganhou uma configuração própria no Brasil.

A pesquisadora Maria Eunice de Godoy Machado Teixeira (na tese que lhe deu o título de doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas) faz uma reflexão sobre a presença, nos últimos 40 anos, da Análise de Discurso no Brasil, a partir da análise do discurso de falas (entrevistas) de pesquisadores e professores da área. Teixeira (2014) diz que consultou mais de 900 currículos de professores pelo sistema CNPq-Lattes e chegou ao número de 369 pesquisadores de diferentes regiões do país, dos quais 146 responderam a questionamentos dela, por e-mail. Ela pesquisou em 317 cursos de Letras, Linguística, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Psicanálise, Psicologia e Comunicação, mestrado e/ou doutorado recomendados pela Capes, no início de 2011. Esses números e o conteúdo das entrevistas captadas pela pesquisadora mostram que a AD no Brasil tem sido trabalhada como disciplina e como método de pesquisa em diversas áreas.

Ainda segundo Teixeira (2014, p. 99), a teoria que fundamenta a AD percorreu espaços de circulação de sentidos, antes mesmo de a disciplina ser institucionalizada e teve seus

pressupostos teóricos reconfigurados no Brasil por Eni Orlandi e outros pesquisadores. A própria Orlandi fala em uma “Análise de Discurso Brasileira”, filiada a Pêcheux, porquanto mantém “princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação”, mas com as particularidades do território onde se desenvolve. No mesmo material ela esclarece sobre a AD que ela pratica (dando a entender que outros analistas de discurso no Brasil o fazem de outro modo): “A Análise de Discurso que pratico leva a sério a afirmação de Saussure de que a língua é fato social. Pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente” (ORLANDI, 2003, p. 3).

A AD Francesa fomentou um movimento de ideias, que, no Brasil, ganhou e vem ganhando contornos próprios, mesmo porque já se estudava linguagem e discurso no Brasil antes de Pêcheux, o que, de maneira nenhuma invalida sua contribuição aos estudos e a prática de AD no Brasil. Por isso, embora nós estejamos tentados e até cometamos o erro de colocar a AD no Brasil como continuidade/cópia da AD Francesa, Orlandi prefere falar “em filiação, em relações intelectuais e tradições localizadas, no tempo e no espaço, e não em “escolas”, em “influências” etc. que alimentam e desenvolvem um amplo domínio de pesquisas” (ORLANDI, 2003, p. 14).

Diante da profusão de pesquisas e de pesquisadores que não seguem um sistema teórico fechado, nos vimos impossibilitados de reunir em um “estado da arte” os trabalhos no campo do jornalismo, sem obrigatoriamente fazermos uma imersão nas filiações de cada um (seus fundadores e principais pressupostos teóricos). Seria como tentar fazer um trabalho semelhante ao de Teixeira (tese de doutorado), sendo que não era esse o objetivo da nossa pesquisa. Assim, decidimos, então, apoiarmo-nos em trabalhos de Orlandi, linguista e pioneira nos estudos sobre AD no Brasil, e de Márcia Benetti Machado, jornalista e pesquisadora de AD. A primeira nos deu a base teórica para entendermos esse funcionamento do discurso, enquanto a segunda nos mostrou como aplicar esse conhecimento analisando um texto jornalístico. Mas também observamos outros trabalhos de colegas, inclusive, no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Jornalismo (PPJ), da UFPB.

2.3 Contribuição da AD à pesquisa jornalística

Apesar da complexidade da AD e do fato de não sermos da área de linguística, o que conseguimos apreender da disciplina nos deu recursos para entendermos um pouco mais sobre o funcionamento do discurso jornalístico. Pelo que pesquisamos, assim como nós, outros pesquisadores da área de jornalismo têm recorrido à AD para compreender seus objetos de estudo. Consultamos o termo “análise de discurso francesa” no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)³⁴, para termos alguma ideia da produção acadêmica utilizando os conhecimentos e método da AD.

Encontramos, em princípio, 59 trabalhos de doutorado, 143 de mestrado e 11 de mestrado profissional, nos anos de 1998 a 2019. Restringindo a busca é possível encontrar duas teses de doutorado e 10 dissertações de mestrado, na área de conhecimento “comunicação” (não aparece a opção jornalismo), apresentadas no período de 2002 a 2019.

Refazendo a busca pelo termo “AD”, o número é bem maior: 6.988 trabalhos entre os anos de 1987 a 2016. Usando como filtro 20 áreas de concentração relacionadas à comunicação, chegamos ao número de 45 trabalhos. Restringindo ainda mais a pesquisa à área de concentração “Jornalismo e editoração” (única disponível com o termo “jornalismo”), nos aparece a dissertação da colega jornalista Valério Sinésio, que concluiu o mestrado de jornalismo na UFPB, no ano de 2016. Checamos o trabalho com o título “O lugar do crime no jornal, uma análise da cobertura policial do Jornal da Paraíba”³⁵, e vimos que Valéria utiliza-se do conceito de interdiscurso para mostrar como a cobertura jornalística diferencia mortos ilustres de vítimas invisíveis. A jornalista não se aprofunda no conceito de “luta de classes”, mas acaba citando isso como determinante para definição do viés da cobertura jornalística.

³⁴ Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 16 fev. 2020.

³⁵ Disponível em <https://bit.ly/31WZgBg>. Acesso em 16 fev. 2020.

Figura 15 - Print da pesquisa do termo "AD" na Capes

Catálogo de Teses e Dissertações

Busca

Panel de informações quantitativas (teses e dissertações)

Início > Busca

6988 resultados para "AD"
Exibindo 1-20 de 6988

Refinar meus resultados

Tipo: 4 opções

- Mestrado (Dissertação) 4695
- Doutorado (Tese) 1994

Ano: 33 opções

- 2017 742
- 2016 700
- 2015 563
- 2014 539
- 2013 507

1. BARBOSA, MARCIO RICARDO DA SILVA. **Adidas e o HipHop - Mediação cultural e performances através de videocliques e campanhas publicitárias** 05/04/2016 undefined f. Mestrado em COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: undefined Detalhes
2. REIS, VANESSA MASCHIO DOS. **O Patrimônio e os valores culturais do lugar. O caso do Pátio de São Pedro, Pátio do Terço e Pátio do Carmo em Recife-PE** 01/02/2010 123 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO URBANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE Biblioteca Depositária: CENTRAL AD UFPE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
3. Carvalho, Josiane Fernandes de. **Os assalariados rurais da agroindústria canieira na mesorregião Noroeste Paranaense.** 01/03/2008 199 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, MARINGÁ Biblioteca Depositária: Biblioteca Central ad UEM Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
4. Santos, Alyson Paulo. **Contribuições ao Estudo dos Efeitos da Topologia Não-trivial e da Curvatura, sobre as Interações Elétricas e Magnéticas** 01/10/2006 85 f. Mestrado em FÍSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca central ad UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
5. REGINATTO, ANDREA AD. **Atividade docente na modalidade EaD: um olhar a partir do enfoque dialógico e da abordagem ergológica** 21/01/2015 234 f. Doutorado em LINGÜÍSTICA E LETRAS Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCRS

Fonte: Portal da Capes

Ainda observando os resumos dos trabalhos que aparecem na plataforma Capes, visualizamos a contribuição da AD para a pesquisa do jornalismo e vislumbramos a possibilidade de crescimento do interesse dos jornalistas por essa disciplina, que tem tanto a nos ensinar sobre os sentidos dos textos que produzimos e que nos fogem ao controle.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2015, p. 28).

Sobre essas “condições de produção” citadas por Orlandi, podemos fazer um paralelo com o jornalismo. A pesquisadora diz que elas compreendem “os sujeitos e a situação” e que podemos considerá-las em um sentido estrito (o contexto imediato) e em um sentido amplo (o contexto socio-histórico, ideológico). Tentamos enxergar nosso objeto nesses dois contextos, na terceira parte deste trabalho.

Trazendo para o “Caso Marielle”, no contexto imediato, podemos considerar os critérios jornalísticos (como as notícias são selecionadas, como são checadas e produzidas); os sujeitos que falam, sendo o principal uma desembargadora; onde falam (numa rede social); quando

falam (em um momento de incerteza em relação aos motivos do assassinato de Marielle) etc. Já no contexto amplo, puxamos para a “memória discursiva”, que considera “sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes” (ORLANDI, 2015, p. 29), ou seja, no Caso Marielle, tudo o que foi dito e, de certa forma está cristalizado, em relação a “negros”, “favela” e “esquerda”, por exemplo, entram no campo do “interdiscurso”.

Já sobre a intersubjetividade e já numa visão do discurso jornalístico, Benetti diz o seguinte:

A intersubjetividade basta, na nossa opinião, para refutar a visão ingênua de que o discurso poderia conter uma verdade intrínseca ou uma literalidade. Ora, se o discurso depende dos sujeitos para existir, isso significa que é produzido por esses sujeitos – não apenas pelo autor da fala ou enunciador, mas também pelo sujeito que lê o discurso. O discurso é, assim, opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação e, no limite, indomável. Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a, obrigatoriamente, reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer (BENETTI, 2006, p. 3).

Desta forma, à luz dessa compreensão sobre interdiscursividade (entendendo a produção de sentidos) e da intersubjetividade (entendendo que não se faz discurso sem sujeitos, sem vozes), fomos construindo a base sobre a qual observaríamos nosso objeto. Essa é a contribuição da AD: ela “nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2015, 8). Em relação aos sentidos, entendemos que teríamos mais que, simplesmente, descrever, estávamos mesmo “condenados a interpretar”, não bastava parafrasear e tentar responder à questão “O que esse texto quer dizer?” (uma pergunta que se faz quando se está usando o método de análise de conteúdo), precisamos observar e tentar responder “Como esse texto significa?”.

Sobre os sujeitos, teríamos que considerar o que Orlandi aprendeu com Pêcheux, que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 15) e ainda que “...os polos, locutor e interlocutor, não são apenas um espírito emissor e um espírito receptor, são temperamentos, corpos, almas que *vibram*, com intensidades e graus diversos, no contato com a realidade comunicada” (DESSAINTEs, 1960, p. 152 apud PÊCHEUX, 2014, p. 54).

2.4 Ideologia e luta de classes

Percebi nesse caminho que não poderia analisar meu objeto de pesquisa sem entender um pouco da teoria do discurso de Pêcheux (2014), que mostra o homem como um “animal ideológico” (p. 138) e que o discurso é um lugar de luta de classes, lutas “econômicas, políticas e ideológicas” (p. 235). Precisamos voltar ao fundador da AD para entender um pouco como funciona a ideologia no discurso. Segundo Pêcheux, nas diversas esferas das relações de produções (na política, religião, conhecimento..), a ideologia pressupõe uma luta de classes e não é anterior a ela (não é assim: eu tenho uma ideia e vou lutar por ela). “As ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (PÊCHEUX, 2014, p. 130), ou seja, “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu” (p. 131). Ainda de acordo com o autor, através dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) “essa ideologia é realizada e se realiza” (p. 131).

Mas os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes “... este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes...”³⁶, o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução no sentido marxista-leninista) (PÊCHEUX, 2014, p. 131).

Não há pacificação dentro dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) e, sim, choques ideológicos. Observamos, por exemplo, que dentro do AIE religioso há diferentes igrejas, diferentes formas de crer, de alcançar o divino; dentro do AIE escolar estão incluídas diferentes escolas públicas e privadas; da mesma forma na família; na política (o sistema político e seus diversos partidos que fazem parte do jogo político); no aparelho ideológico de Estado da informação (imprensa, rádio, TV), entre outros. Em tudo, segundo Pêcheux, se pressupõe uma luta de classes, lembrando que, segundo Marx, “a luta de classes é o motor da história”.

E, hoje, compreendemos a “luta de classes” não apenas do ponto de vista da luta entre quem produz e quem detém a riqueza, mas também, no campo mais vasto, dos conflitos sociais, que incluem, por exemplo, o feminismo, a luta contra a dominação do homem contra a mulher; da ciência x religião, enfim, de todos os campos onde há conflitos de práticas ideológicas.

³⁶ Pêcheux cita Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, 2ª ed. Trad. Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 19b5, p. 106.

Aliás, a ideologia também está presente até na ciência. Segundo Pêcheux (2014, p. 182) “é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com a alguma ideologia”. Ele afirma ainda que “a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes” (PÊCHEUX, 2014, p. 172). Segundo Pêcheux (2014, p. 183), esse reconhecimento de que “toda ciência é sempre investida (circundada e ameaçada) pelo ‘ideológico’ é reconhecer [...] que a luta entre materialismo e idealismo é uma luta sem fim”.

Isso nos leva a um gesto de interpretação aplicando essa “verdade” ao jornalismo (sem querer aqui entrar na discussão se é ou não ciência, mas levando em consideração que produz conhecimento), com toda a sua pretensa objetividade, não passaria de um “mito idealista”, que não considera as condições próprias de sua aparição, nem sua problemática histórica. Por que os jornalistas fazem tanta questão de dizer que só estão reportando “a verdade dos fatos”? Que processos de luta tenta mascarar com o discurso da objetividade?

Invocando, novamente, Alsina (2009, p. 291) “para que o contrato pragmático fiduciário seja aceito pelo destinatário, o jornalista deve construir um discurso que pareça verídico”. De uma forma geral, sem querer entrar nas especificidades que uma ou outra notícia tem, o jornalismo, para se manter, precisa parecer verdade, precisa parecer que só, através dos jornalistas, a informação verdadeira virá. É uma luta contra outras formas de comunicação não especializadas, trazendo para a realidade contemporânea é uma luta contra as redes sociais e o poder de qualquer indivíduo de produzir conhecimento e publicá-lo.

Para explicar a presença da ideologia na ciência, tentamos apreender e resumir a explicação de Pêcheux em relação à aparição do materialismo histórico do filósofo e sociólogo alemão, Karl Marx, não como uma ideia que nasceu nele e se materializou para a classe proletariada, mas, ao contrário. Para Pêcheux, Marx partiu de uma situação objetiva vivida por uma classe para formar os fundamentos teóricos de sua ciência, que parte do lugar/ponto de vista do proletariado. Assim, os interesses teóricos do materialismo histórico são indissociáveis dos interesses práticos/políticos do movimento operário, mostrando que o discurso científico não está dissociado das práticas ideológicas (PÊCHEUX, 2014, 187-189).

2.5 Enxergando as formações discursivas

E assim compreendemos que precisávamos olhar para os textos que pretendíamos analisar, tentando enxergar as formações discursivas que podiam estar presentes no dito e que essas formações discursivas estavam ligadas às formações ideológicas dos sujeitos, ou seja, precisávamos identificar as formações discursivas que dominavam os sujeitos do discurso e poderíamos, então, imaginar em quais práticas ideológicas eles se inscreviam, de quais posições lutavam. Em *Semântica e Discurso* (2014), Pêcheux explica que a análise dos processos discursivos tem sua base no materialismo histórico, na teoria psicanalítica e na pesquisa linguística.

E nos perguntamos: como vamos ser analistas de discurso sabendo tão pouco sobre esses três campos do conhecimento? Mais uma vez, tivemos receio de enveredar por esse caminho, mas ao mesmo tempo total consciência de que o caminho não poderia ser outro, a partir do momento que compreendemos que não é só o que foi dito e está aparente que nos importa, mas também o interdiscurso, visto que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 2015, p. 45) e, portanto, não há discurso sem ideologia.

Seguindo adiante, se tornou essencial conceituar “formação discursiva”, que segundo Pêcheux (2014, p. 147) é: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Dito de outra forma, parafraseando, as formações discursivas representam as formações ideológicas, por meio da linguagem (PÊCHEUX, 2014, p. 198).

Pêcheux (2014, p. 146) explica que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. O autor confronta toda a ideia de literalidade do discurso quando diz que, assim como as mesmas palavras podem mudar de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, palavras diferentes podem ter o mesmo sentido no interior de uma determinada formação discursiva (2014, p. 148).

Ainda explicando o que seria uma formação discursiva, o filósofo francês que fundou a AD explica outro conceito, o de interdiscurso como sendo o “todo complexo dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes”, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, 149).

De uma forma bem didática, quando o locutor (o sujeito da enunciação) usa, no meio de um discurso, a expressão “todo mundo sabe”, por exemplo, estaria tentando legitimar o que diz, a partir da imposição de uma ideologia. Usando a explicação de Pêcheux, não estaria dizendo apenas “o que é”, mas também “o que deve ser”:

Desse modo é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e, isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Da mesma forma, em outro trecho, Pêcheux (2014, p. 199) explica que, em um discurso, o locutor ou o “sujeito da enunciação” pode se comportar de duas formas: se assujeitando ao “sujeito universal da Ideologia” (sujeito da ciência), ao interdiscurso à medida que se inscreve numa formação discursiva, causando uma superposição ou recobrimento (a este ele chama de “bom sujeito”) ou entrando em conflito, quando toma uma posição (se distancia, questiona, contesta ou se revolta) contra uma evidência ideológica (“mau sujeito”), ou seja, ele pode se contra-identificar com uma formação discursiva. Mais à frente, analisando nosso objeto, retomamos esse ponto quando analisamos se os jornalistas (locutores/sujeitos enunciadore) se inscrevem na formação discursiva na qual se apoia a desembargadora que disseminou *fake news* ou se a negam, a contestam.

2.6 É inútil perguntar o que o sujeito quis dizer

Apesar de tentarmos identificar as formações discursivas nas quais os sujeitos do discurso se inscrevem, temos em mente que é preciso ter cuidado com os gestos de interpretação, pois aprendemos com Orlandi, que no processo de análise de discurso não cabe

juízos. Temos que refletir que, no caso do nosso objeto, não nos cabe, por exemplo, interpretar “o que” Mônica Bergamo quis dizer quando ela escreveu a matéria que foi considerada “combustível” de *fake news* e sim entender “como” ela disse, de qual posição e os sentidos que o dito carrega em si mesmo.

Exatamente, por isso, não entraremos no mérito relacionado à intencionalidade do dito ou do “não dito”, ou seja, não nos interessa investigar se os jornalistas envolvidos na produção e replicação dos discursos analisados praticaram censura, autocensura ou interdição de vozes intencionalmente; se reproduziram o discurso da desembargadora deliberadamente por causa do viés políticos ou editoriais. Reafirmamos que o que nos move são os sentidos produzidos pelos discursos e refletir se o método de checagem dos fatos e o processo de construção da notícia poderiam ter atribuído diferentes sentidos. Sobre isso, invocamos, de novo, o pensamento de Orlandi:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua... O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos estão ali presentificados (ORLANDI, 2015, p. 30).

E porque, para a AD, o sujeito não tem total controle sobre os sentidos dos seus discursos e levando conta que o analista de discurso não está interessado “no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (ORLANDI, 2015, p. 70), nos desobrigamos, nesta pesquisa, de entrevistar os profissionais envolvidos no processo de construção e publicação das notícias (como inicialmente, planejamos), de perguntar-lhes o porquê de terem dito “x” ou de não terem dito “y”. Avaliamos que, independente, das condições reais de produção e publicação e das motivações pessoais e profissionais dos colegas, os sentidos e as interpretações foram gerados e são eles que nos interessam. Seja quais tenham sido as intenções (se é que houve intenções), ninguém garante que, em uma entrevista, elas seriam confessadas. Preferimos, então, nos arriscar pelo caminho da interpretação, ao qual estamos todos condenados a trilhar, como analistas de discurso.

Consideramos, também, que entrevistas com os profissionais nos levariam, invariavelmente, a outras análises, às análises das entrevistas, visto que, repetimos, esta pesquisa não pretende considerar a literalidade do discurso, mas seus sentidos. Isso demandaria menos tempo dedicado ao nosso objeto e ampliaria o *corpus* da nossa pesquisa de uma maneira que ela se tornaria inviável. “Por isso — repetindo Orlandi (2015, p.30) — é inútil, do ponto de

vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos estão ali presentificados”.

2.7 O silêncio também fala

Nesse mesmo fio, queremos também mostrar que o silêncio também fala. O texto jornalístico que deu origem à midiatização das *fake news* sobre Marielle Franco (no caso, a matéria da *Folha de S. Paulo*, objeto principal desta pesquisa) omitiu a informação importante e crucial da matéria que era dizer que a desembargadora disseminava *fake news*. É certo que houve um silenciamento em relação a isso, intencional ou não (uma atitude que foi seguida pelos veículos que replicaram a matéria). E lembramos que todo dizer apaga outros sentidos ou desloca-os. Se eu digo “x” e não digo “y” esse dizer tem um peso específico, do ponto de vista das formações discursivas, das práticas ideológicas. Orlandi (2007, p. 74), quando discorre sobre o silenciamento como uma “política do sentido”, diz o seguinte: “... a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mais indesejáveis, em uma situação discursiva dada”.

Mas, não há um controle sobre a interpretação do dito ou do silenciado. Orlandi cita como exemplo o caso do trecho da letra de “Jorge Maravilha”, música de Chico Buarque: “Você não gosta de mim, mas sua filha gosta”. Essa frase, na ditadura militar, passou a ser interpretada como um recado para o general Ernesto Geisel e, segundo Chico, não foi. Ele estaria se referindo a um episódio no qual policiais que iam prendê-lo lhes pediram autógrafos para suas filhas, no caminho. “No entanto, não importa o que ele queria dizer. Chico já não decide” (ORLANDI, 2007, p. 123). Isso porque: “O homem está ‘condenado’ a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à ‘interpretação’; tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 2007, p. 29). Ainda explicando de outro jeito:

O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário – com toda a complexidade e diversidade que esses campos pressupõem. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação. A AD está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que requer compreender os modos de funcionamento de um discurso (BENETTI, 2006, p. 4).

Assim como o “dizer”, o “não dizer” também significa independentemente da vontade dos sujeitos. Conforme Orlandi (2012), quando a AD começou a ser trabalhada no Brasil, vivíamos em um regime de ditadura militar, quando se dizia uma coisa para significar outra, porque não se podia dizer tudo abertamente. E hoje, podemos dizer tudo? A interdição do discurso não existe apenas em ditaduras. Neste momento no qual se desenrola a nossa pesquisa, por exemplo, está instalado no Brasil um regime democrático e, portanto, a censura não é imposta pelo governo, pelo menos, não diretamente. Mesmo assim, segundo Foucault (2014) – que também analisa o processo discursivo, embora sob outra perspectiva diferente da filiada em Pêcheux – os mecanismos de controle do discurso existem em qualquer sociedade, independente do regime de governo adotado:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2014, p. 8, 9).

Além de, mesmo em democracias, não se pode dizer tudo, pela pressão externa, também nos deparamos com a prática da autocensura. Ela existe, por exemplo, entre jornalistas que se habituam a fazer a autointerdição de seus discursos para se amoldarem às inclinações políticas e ideológicas dos veículos onde trabalham. “No atual ambiente democrático em que vivemos, a autocensura é geralmente aplicada para evitar demissões, processos judiciais ou por questões financeiras e éticas, principalmente entre os jornalistas” (FÍGARO; NONATO, 2016, p.74).

2.8 Questões de análise do objeto empírico

Assim, chegamos a um roteiro de como analisaremos o nosso objeto na terceira parte deste trabalho. Estamos considerando o percurso e as questões sugeridas por Benetti (2016, p. 247-251) para guiar nossa análise. Dessa forma, para buscarmos os sentidos do discurso jornalístico nas matérias estudadas, identificamos as “marcas discursivas” no texto de Mônica Bergamo (que é o que analisamos com mais atenção, visto que os demais foram replicações com algumas alterações), e tentamos responder a algumas questões relativas ao estudo das

vozes e dos sentidos, reconhecendo, no entanto, que não esgotamos as possibilidades de interpretação, pelo contrário, deixamos várias lacunas que poderão ser preenchidas em outros estudos (e quem sabe já não foram, até a conclusão deste trabalho).

Em relação ao **estudo das vozes**, tentamos identificar:

- a) Quem são os locutores e enunciadores das matérias jornalísticas analisadas?
- b) De que posições falam?
- c) Que falas foram interdidas?
- d) Quem são os delocutários (de quem se fala) e os alocutários (a quem se fala)?
- e) O discurso tende à monofonia ou à polifonia?

Para problematizarmos sobre o quanto o método jornalístico e as formações discursivas podem influenciar na **construção dos sentidos**, observamos como o ‘sujeitos-autor’ e o ‘sujeito-leitor’ recorrem ao interdiscursivo para significar o que é dito, a fim de enxergarmos o seguinte:

a) Que sentidos são construídos sobre os sujeitos no discurso (especialmente sobre a vereadora Marielle Franco e sobre a desembargadora Marília Castro Neves)?

b) Que sentidos são movimentados em relação à luta de classes (direita/esquerda, riqueza/favela, brancos/negros)?

c) Em que momento histórico/político o discurso é construído?

E, ainda tentamos identificar como o silenciamento político no discurso, interpretando como o “não dito” funciona no discurso jornalístico:

a) Que sentidos sobre Marielle Franco estão silenciados?

b) Que sentidos sobre Marília Castro Neves foram silenciados?

Seguindo esse roteiro, nos debruçamos sobre o nosso objeto, buscando, para isso, outros discursos, que nos respaldasse e apontasse a materialização dos sentidos, lembrando que “algo fala antes, em outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2012, p. 12). o resultado dessa análise, trazemos no próximo capítulo.

3 A PESQUISA: DO TEXTO AOS SENTIDOS

"Deve-se afastar de si o mau gosto de querer concordar com a maioria (...). Por fim, convém permanecer como se permanece e sempre se permaneceu: as coisas grandes ficam reservadas aos grandes; os abismos para os profundos, as ternuras e os calafrios para os refinados, e, no geral e no particular, toda a raridade para os raros".

(Friedrich Nietzsche)

Neste capítulo, pretendemos aprofundar a análise do nosso objeto, identificando as vozes e os sentidos movimentados nas cinco matérias que escolhemos como *corpus* deste trabalho, aplicando, nesta etapa, os fundamentos teóricos que nos trouxeram até aqui. Tendo como base a Análise de Discurso Francesa, nos permitiremos sair da pretensa literalidade do texto para buscarmos a memória discursiva, o interdiscurso, nas condições históricas, de espaço e de tempo, nas quais as matérias foram construídas. Nessa tarefa, por mais que nos distanciemos do nosso objeto para melhor nos aproximarmos dele, estamos cientes de que “estamos comprometidos com o simbólico e o político. Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2015, p. 7).

Antes de prosseguirmos, vale observar a seguinte linha do tempo, relacionada à fábrica de boataria no Caso Marielle, com base no monitoramento que fizemos das notícias selecionadas para a pesquisa e na Nota Técnica 2 do Monitor Digital (2018), para que fique mais claro o fio condutor que guia esta pesquisa.

14 de março de 2018

- ★ 21h30 - Assassinato de Marielle e seu motorista, Anderson.

15 de março de 2018

- ★ Começa disseminação de boatos em grupos de WhatsApp (a maioria grupos de família, com menos de 10 integrantes)
- ★ À noite, boatos chegam ao Twitter e ao Facebook

16 de março de 2018

- ★ **Manhã** - Deputado Alberto Fraga e Desembargadora Marília Castro neves replicam em seus perfis (o primeiro no Twitter a segunda no Facebook) as acusações contra Marielle;
- ★ **Noite** - Imprensa começa validação do comentário da desembargadora;
- ★ **21h05 - Folha de S. Paulo:** “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’” (53 mil compartilhamentos no Facebook);
- ★ **22h46 - Veja:** “Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos’” (251 mil compartilhamentos);
- ★ **? (hora incerta) - Ceticismo Político:** “Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é 'cadáver comum’” (360 mil compartilhamentos).

17 de março de 2018

- ★ **9h24 - Extra:** “Desembargadora acusa Marielle Franco de 'engajamento' com bandidos”;
- ★ **17h52 - Portal T5:** “Magistrada acusa vereadora Marielle Franco de ligação com o Comando Vermelho”.

Também, é importante ressaltar que, até o momento final dessa pesquisa não se sabia quem começou a disseminar as mentiras sobre a vereadora Marielle Franco (Psol), quem produziu o primeiro *post*, quem enviou a primeira mensagem pelo *WhatsApp*. Apenas se constatou que uma verdadeira “fábrica de boataria” foi montada para desqualificar a vida e a morte da parlamentar, assassinada no dia 14 de março de 2018, e se correu atrás do prejuízo para retirar da Internet as mentiras. Marielle foi vítima de uma emboscada que também vitimou o motorista Anderson Pedro Gomes, no Centro do Rio de Janeiro. O caso foi tão emblemático que despertou algumas pesquisas de laboratórios digitais, entre elas a do Monitor Digital (Monitor do Debate Político no Meio Digital), que analisou a difusão dos boatos e emitiu uma nota técnica, trazendo os seguintes resultados:

- Os boatos ligando Marielle Franco ao tráfico começaram a circular muito cedo, apenas algumas horas após sua morte;
- Os boatos circularam primeiro no WhatsApp, depois emergiram no Twitter e Facebook e ganharam ampla difusão quando foram relatados pela imprensa;
- No WhatsApp, os boatos circularam mais por grupos de familiares (51%) do que por grupos de amigos (32%) ou de colegas de trabalho (9%);
- A dinâmica de difusão no WhatsApp foi bastante lenta, tendo demorado entre 4 e 5 dias para se difundir amplamente;
- Entre todos os tipos de boatos, o que mais se difundiu era o mais simples. Os boatos que continham supostas evidências, como uma foto ou vídeo tiveram alcance muito inferior ao boato que continha apenas um texto simples;
- Embora o alcance da difusão no WhatsApp e depois nas redes sociais tenha sido ampla, a repercussão na imprensa também ajudou a difundir o boato porque as manchetes das matérias não indicavam que as informações sobre Marielle eram falsas (MONITOR, 2018).

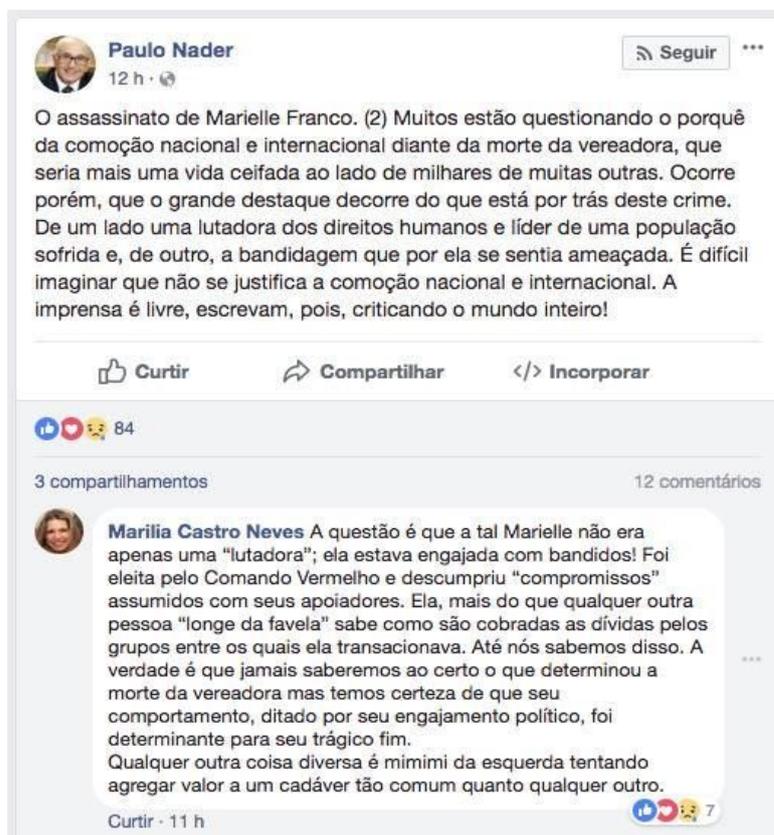
Esse trecho da nota, resume bem o que aconteceu entre os dias 14 e 17 de março de 2018 (o auge dos boatos). Mas, quem era Marielle? Hoje, nas cinco regiões do Brasil e fora O País conhece ou já se ouviu falar de Marielle. Mas, até a sua morte, muita gente nem sequer tinha ouvido falar dela, apesar de seu ativismo político e social. Talvez isso tenha sido determinante para a disseminação rápida dos boatos sobre ela. O sucesso da boataria sobre Marielle Franco foi, sem dúvida, o fato da identidade dos acusados do assassinato (o sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa, e o ex-PM Elcio Vieira de Queiroz³⁷) só ter sido revelada quase um ano depois, e até o momento da conclusão deste trabalho ainda não se saber ao certo quem foi/foram os mandantes e quais foram os motivos do assassinato.

Esse clima de mistério, foi o ambiente propício para especulações já que, seguindo a lógica de DiFonzo (2009, p. 46), “os boatos tendem a surgir em situações ambíguas... circunstâncias nas quais os significados são incertos, as dúvidas não são resolvidas, falta informação e/ou não há linhas de comunicação” (falamos disso na primeira parte deste trabalho). O fato é que, nem mesmo a desembargadora carioca Marília Castro Neves, que atuava no Tribunal de Justiça do mesmo estado no qual Marielle vivia e foi eleita, sabia nada sobre ela, quando resolveu escrever um comentário na postagem feita pelo professor emérito da UFJF e magistrado aposentado do Rio de Janeiro, Paulo Nader, às 9h11 do dia 16 de março de 2018, em sua página do Facebook³⁸. Um comentário que amplificou as *fake news* que tomavam contas da Internet e chegou à desembargadora através de “uma amiga”, conforme revelou mais tarde, na matéria da *Folha*, que observaremos adiante.

³⁷ Informação disponível em <https://glo.bo/2Q55yL5>. Acesso em 28 out. 2019.

³⁸ Disponível em <https://bit.ly/2qT4uzP>. Acesso em 28 out. 2019.

Figura 16 - Comentário da desembargadora Marília Castro Neves no Facebook



Fonte: Reprodução do *Facebook/Veja*. Disponível em <https://abr.ai/2GDuzXp>

Como se pode notar, Nader, em seu comentário, sai em defesa de Marielle Franco, que já estava sendo atacada na Internet. No dia anterior, ele já tinha feito comentário elogiando a atuação de Marielle e sua luta pelos direitos humanos e “por ser uma força emergente na favela”³⁹. Embora que, nenhuma das duas postagens do desembargador aposentado tenha tido o mesmo tratamento midiático que teve o simples comentário da desembargadora Marília Castro Neves, que foi deletado mais tarde.

Apesar de os boatos falsos sobre Marielle serem anteriores à postagem de Nader e ao comentário da desembargadora, nossa pesquisa começa exatamente nesse ponto, ou melhor, a partir do momento que as declarações de Marília Castro Neves sobre Marielle Franco são

³⁹ Disponível em https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1723715037650663&id=100000365507019. Acesso em 28 out. 2019.

“descobertas” pela jornalista Mônica Bergamo e viram notícia. É importante registrar aqui que, como já mostramos no trecho que falamos sobre as plataformas de *fact checking*, a fala da juíza foi, comprovadamente, reconhecida como falsos boatos, se tornando ela, inclusive, ré em processo judicial, por calúnia, em agosto de 2019⁴⁰.

Geralmente, quando alguém bem intencionado e preocupado em descobrir a verdade espalha um boato, ele vem acompanhado de expressões como: “eu ouvi dizer”, “não sei se é verdade, mas...”, “estão comentando que”. No post da desembargadora Marília Castro Neves, ela não usa nada parecido. Ela afirma como se tivesse propriedade sobre os fatos que comenta. Não diz ali que estava apenas replicando comentários de post “de uma amiga”, conforme revelou mais tarde, na matéria da *Folha* (aliás, essa é uma indicação de que há algo errado com as declarações da magistrada, que poderiam ter sido melhor esclarecidas pelo jornal). Essa pseudo autoridade pode ter levado jornalistas e leitores a acreditarem que os boatos eram verdadeiros. Ou talvez a única certeza que os disseminadores de boatos tinham era que o assunto iria trazer *likes*, comentários e audiência.

Para contextualizarmos, vamos mostrar alguns boatos desmentidos, mais tarde, pela imprensa e pela página “A verdade sobre Marielle”⁴¹, criada por apoiadores da vereadora: 1. Marielle Franco se relacionou e engravidou de Marcinho VP – Márcio Amaro de Oliveira, traficante do Morro Santa Marta, ou Márcio dos Santos Nepomuceno, traficante do Complexo do Alemão); 2. que foi eleita pelo Comando Vermelho, embora ela tenha sido eleita com 46,5 mil votos, a maior parte da Zona Norte do Rio (47%), seguidos da Zona Sul (34%), Zona Oeste (18%) e Centro (1%) e, na região de Bonsucesso, que abarca os eleitores da Maré, Marielle teve apenas 7% dos seus votos; 3. que Marielle Franco era usuária de maconha, negado pelos seus parentes e amigos, embora isso nunca a tenha impedido de lutar por uma nova política de drogas; 4. que engravidou aos 16 anos (Marielle foi morta aos 38 anos e sua filha tem 19 anos, logo tinha mais de 18 anos quando engravidou) e 5. que defendia bandidos (também falso, embora defendesse a Constituição e um julgamento baseado na lei para todos). Todos esses boatos circularam na Internet, foram e são alvos de constantes desmentidos da família, de amigos e de pessoas ligadas à rede de apoio à memória da vereadora.

Se observarmos o material difundido sobre Marielle, podemos perceber resquícios de verdades, como o fato de ela ter sido vereadora pelo Psol (um partido de esquerda); de ter nascido numa favela do Rio de Janeiro e ter relação de luta com essa comunidade, Complexo

⁴⁰ Disponível em <https://glo.bo/2yJKU9F>. Acesso em 24 set. 2019.

⁴¹ Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/averdade>. Acesso em 28 out. 2019.

da Maré. Enfim, a *fake news* sobre Marielle veio carregada de elementos reais e, talvez, isso tenha sido um colaborador para a sua fácil disseminação.

O site criado para divulgar as ações do mandato de Marielle Franco se transformou numa bandeira de luta e, nele, há uma seção para que pessoas denunciem “boatos”, “calúnias” e “acusações falsas” sobre Marielle e uma página dedicada a desfazer as “mentiras” criadas para manchar sua história e sua atuação. Os termos destacados com aspas são usados nas páginas como sinônimos, como nos propomos a fazer aqui, pois a nossa língua nos permite dizermos a mesma coisa, de forma diferente.

Como ficaria inviável à execução da pesquisa identificar e analisar todas as matérias feitas com base nesse comentário da desembargadora do RJ, escolhemos cinco delas, quatro publicadas em veículos de abrangência nacional (*Folha de S. Paulo*, identificada como origem da disseminação da *fake news*, na imprensa; o *Extra*, a *Veja* e o *Ceticismo Político*) e um de abrangência estadual (por causa do tipo de cobertura que faz, já que, no jornalismo digital, não é possível medir circulação): o *Portal T5*. Passamos a estudar cada uma delas, buscando interpretar os sentidos dos discursos, identificar suas vozes e a força do “não dito”, sempre tendo em vista que, ao contrário de outros discursos, o jornalismo se ampara em métodos e técnicas de escolha de fatos que devem virar notícia, checagem de fontes e fatos e critérios de produção e publicação.

3.1 A *Folha* e a notícia “combustível” de *fake news*

Às 21h05 do dia 16 de março de 2018, com o título “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’⁴²”, é publicada a primeira matéria que repercute os boatos falsos propagados pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Marília Castro Neves, sobre a vereadora carioca, Marielle Franco (Psol-RJ). A publicação foi feita na coluna da jornalista Mônica Bergamo, no site do jornal *Folha de S. Paulo*.

⁴² Disponível em <https://bit.ly/2G3lSaT>. Acesso em 18 mar. 2018.

Figura 17 - Manchete da Folha em 16 de março de 2018

mônica bergamo (/colunas/monicabergamo/)

monica.bergamo@grupofolha.com.br (mailto:monica.bergamo@grupofolha.com.br)



Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum'

Marília Castro Neves fez o comentário nesta sexta (16) no Facebook

16.mar.2018 às 21h05

Fonte: *Folha de São Paulo (Folha Online)*

Alguns esclarecimentos precisam ser dados antes de prosseguirmos. O primeiro é que, apesar de ter sido publicado em uma coluna, um espaço classificado como do gênero opinativo (ASSIS; MELO, 2016, p. 51), o texto é informativo, escrito em forma de reportagem, com título, subtítulo, lead e falas creditadas a fontes (embora escassas, como veremos adiante). Definitivamente, não é um texto opinativo. O segundo é: como sabemos que foi a primeira matéria publicada sobre o caso? Além pesquisa feita por nós na Internet, os demais veículos se reportam à *Folha* e a *ombudsman* do jornal (falaremos desse texto adiante) confirma que a matéria replicada por outros veículos partiu da coluna da jornalista Mônica Bergamo.

Diferentemente de outras dezenas de publicações, a matéria que deu origem à série publicada em relação ao comentário de Marília Castro Neves não traz o print do comentário da desembargadora. O que seria dispensável, porque, em compensação, o texto reproduz toda a fala da desembargadora, em forma de texto jornalístico. Como dissemos, a matéria tem nove parágrafos, sendo cinco deles descrevendo as condições de publicação do comentário e replicando-o.

Quatro dos nove parágrafos da reportagem são repetições do *post* da desembargadora no Facebook. No primeiro, ela repete as informações do título. No segundo, Marielle seria culpada por sua própria morte. O terceiro parágrafo, contextualiza a fala da desembargadora, informando que o comentário da magistrada foi feito em um *post* do desembargador aposentado, Paulo Nader, no *Facebook*, “em que afirmava entender a comoção gerada pela morte de uma “lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida”. A jornalista reproduz, rapidamente, o elogio à Marielle feito por Nader, para logo desconstruí-lo no quarto parágrafo da matéria, que reproduz *ipsis litteris* os ataques da desembargadora: “A questão é

que a tal Marielle não era apenas uma 'lutadora', ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa 'longe da favela' sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava”.

O parágrafo seguinte é a continuidade do post da desembargadora, percebendo-se que só se abriu outro parágrafo por uma questão de estilo, para que o anterior não ficasse longo demais. É, de novo, a mesma voz do mesmo sujeito que fala sobre Marielle: “A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”. O trecho do post da desembargadora revela seu posicionamento político, contrário ao de Marielle.

No sexto parágrafo, uma tímida tentativa de trazer uma voz dissonante para confrontar declarações tão agressivas contra Marielle Franco. A jornalista diz que “um grupo de advogados que leu o texto começou a fazer campanha nas redes para que Marília Castro Neves seja denunciada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por ter "ironizado" a morte de Marielle”. Não se diz neste trecho e em nenhum outro que as declarações são falsas. Para os advogados, conforme o texto, a desembargadora apenas agiu com “ironia” e não que teria cometido o crime de calúnia, ao disseminar notícias falsas.

Por fim, nos últimos três parágrafos da matéria, a jornalista dá, novamente, voz à magistrada, não para que ela se desculpe pelo *post* no Facebook, mas para que ela justifique suas declarações. Marília Castro diz nunca tinha ouvido falar de Marielle até a morte dela, mas essa confissão de, no mínimo, irresponsabilidade não é ressaltada pela jornalista. Marília diz, ainda, que deu somente sua opinião como "cidadã", pois não atua na área criminal, como se isso resolvesse a questão. A desembargadora continua dizendo que que postou “informações” que leu em um texto de uma amiga. Por último, ela justifica que não tinha nada pessoal contra Marielle, mas que apenas estava se “opondo à politização da morte dela”, citando que “outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção. E ela também lutava, trabalhava, salvava vidas”.

3.1.1 Falha na checagem e na construção da notícia

Não é preciso muito esforço para perceber que houve falha na aplicação do método jornalístico empregado na matéria da *Folha*, a partir até mesmo dos critérios de noticiabilidade que levaram à escolha do fato (um comentário no Facebook), passando pela apuração (ou falta dela), pela produção do texto, até a publicação com título sensacionalista. E isso não é esta pesquisa somente quem está dizendo. O próprio jornal faz essa *mea-culpa*, através do texto “Das responsabilidades”, escrito pela ombudsman do jornal, Paula Cesarino Costa, nove dias após a publicação da matéria, que ela mesmo afirma foi “combustível para notícia falsa”⁴³. O texto aponta os seguintes problemas na reportagem da *Folha*, que foi publicada também no jornal impresso, mas esse formato não foi analisado nesta pesquisa:

- a) **Origem da difusão das mentiras.** A jornalista começa o texto dizendo que a família de Marielle tinha pedido que a Justiça determinasse a retirada de mensagens mentirosas sobre a vereadora com base em 16 mil e-mails denunciando *fake news* e que a matéria da *Folha* foi usada para disseminar grande parte desses boatos. Mais adiante, mostraremos como o *Ceticismo Político*, um site apontado como sensacionalista e sem credibilidade usou o material da *Folha*. Apenas a matéria desse site teve, pelo menos, 360 mil compartilhamentos. Outros veículos, grandes e pequenos, repercutiram a matéria da *Folha*, além de grupos e perfis de redes sociais (foi dessa última forma que tivemos o primeiro contato com o nosso objeto de pesquisa).
- b) **Falta de critério noticioso.** Paula Cesarino Costa diz, em outras palavras, que faltou clareza na notícia e cita uma análise feita por outro jornalista, Pedro Burgos, que escreveu para o Observatório da Imprensa, no dia 28 de março de 2018⁴⁴. “A “informação” mais importante do caso, era óbvio no momento que as matérias foram publicadas, era que algo patentemente falso estava se espalhando pelas redes e um dos vetores era uma desembargadora que confiava demais em coisas do WhatsApp. Essa era a notícia” (BURGOS, 2018). Antes de termos contato com as análises de Burgos e Costa, tivemos essa imediata avaliação ao lermos a matéria da *Folha*, que se transformou numa aflição e imensa inquietação, levando a essa pesquisa. Nos perguntamos, naquele momento, o porquê de uma jornalista e um veículo que gozam de credibilidade e dominam a técnica jornalística omitirem a principal “verdade” diante do

⁴³ Disponível em <https://bit.ly/2CaPgby>. Acesso em 31 de maio 2018.

⁴⁴ Disponível em <https://bit.ly/2CrKA1c>. Acesso em 08 nov. 2019.

comentário da representante do TJRJ, no *Facebook*, que virou notícia. Nossa principal hipótese é a corrida pelo furo, o “nanotempo”, um critério de noticiabilidade de que se tornou mais importante do que o próprio fato, lembrando Traquina e Figaro, citados na primeira parte deste trabalho. Alguém poderia dizer que foi proposital e que o objetivo da jornalista e do jornal era engrossar o coro das *fake news*. No meu gesto de interpretação, não consigo ver isso, até porque Mônica Bergamo tem sido uma das vozes mais lúcidas em relação à polarização política que tomou conta do país desde as eleições de 2018 (isso também não deixa de ser um gesto de interpretação). Foi a pressa, só pode ter sido. Se tivesse parado para refletir, para pensar, ela poderia ter seguido o exemplo do *The Guardian* ou do *NYTimes*, citado ainda no artigo de Burgos:

Quando Trump disse que “milhões de pessoas votaram ilegalmente no Twitter”, a manchete do *Guardian* era “Trump afirma que ‘milhões votaram ilegalmente’, mas não oferece qualquer prova”. Depois de Trump citar dados falsos sobre o comércio com o Canadá, a manchete do *NYTimes* era “Trump repete notícia falsa sobre o Canadá depois de admitir incerteza sobre valores.” Quando Trump tentou capitalizar por empregos criados, a manchete da *Bloomberg* era “Trump quer ganhar crédito por 5.000 empregos da Sprint que já haviam sido anunciados”. Sei que há um risco de “editorializar demais”, mas é preciso escolher o lado da verdade, quando ela grita. E espero que a reação bastante negativa sobre a cobertura no fim de semana ajude a gente a achar formas melhores de não apenas dar a informação, mas saber o que é de fato “informar” as pessoas por aqui (BURGOS, 2018).

- c) **Faltou investigação mínima.** O texto da ombudsman diz que a “Folha deveria também ter investigado quem era a desembargadora, antes de publicar a notícia”. Isso, porque, na própria Internet, Marília Castro Neves já tinha dado sinais de que era afeita a polêmicas e a posicionamentos políticos questionáveis. “...a desembargadora já havia ironizado a primeira professora portadora de síndrome de Down, minimizado reclamações de assédio feitas por mulheres e chamado o CNJ de “órgão espúrio”” (COSTA, 2018). Além disso, poderíamos apontar outras falhas de checagem relacionada à própria vida e mandato político de Marielle. Naquele momento, os veículos de comunicação tinham contatos do Psol e da família de Marielle para ouvi-los. As ferramentas de busca na própria Internet poderiam ter clareado os fatos e uma consulta ao Tribunal Regional Eleitoral poderia ter sido usada para desmentir o falso argumento de que Marielle tinha sido eleita pelo Comando Vermelho, tendo em vista que a maior parte de sua votação não veio da favela (o que, se tivesse vindo, também não significaria ligação com bandidos. Vamos tratar disso adiante). Enfim, várias fontes poderiam ter servido para trazer luz ao texto jornalístico, tornando o discurso, se não

“editorializado demais”, pelo menos, mais polifônico, dando espaço a todos os sujeitos envolvidos. Falaremos mais sobre isso adiante, no “estudo das vozes do discurso”.

- d) **Título e subtítulo no estilo caça-cliques.** Esse, na visão da *ombudsman* da *Folha* foi o principal problema da matéria. As chamadas — que, no online, é “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum'; Marília Castro Neves fez o comentário nesta sexta (16) no Facebook”, e no papel era “Magistrada diz que Marielle tinha elo com bandidos” — foram criticadas também por Burgos (2018): Diz o manual de redação da *Folha de S. Paulo* que eu tenho aqui: “A maioria dos leitores de um jornal lê apenas o título da maior parte dos textos editados. (...) O título deve ser uma síntese precisa da informação mais importante do texto”. O jornalista segue mostrando que a matéria construída pelo jornal viola seus próprios princípios editoriais. E vamos mais adiante: talvez dando algum desconto aos “focas”, que era como os novatos no jornalismo eram chamados na Universidade Federal da Paraíba e no mercado de trabalho paraibano, a nenhum profissional é dado desconhecer esse fato, quanto mais se ele está dito no manual da empresa para a qual trabalha. Os títulos são feitos para chamar a atenção, mas eles não podem levar ao engano.

“Cito o novo Manual da Redação da Folha: “Títulos e subtítulos constituem o principal, quando não o único, ponto de contato de muitos leitores com a notícia. Sua formulação deve ser atraente e responsável, especialmente nas plataformas digitais, onde se perde a visão de conjunto.” E recomenda: “Evite truques para caçar cliques, como formulações sensacionalistas ou omissões destinadas a iludir o leitor” (COSTA, 2018).

O texto de Paula Cesarino Costa foi, talvez, a única *mea-culpa* da *Folha*, por ter espalhado uma notícia falsa. Não identificamos, ao longo de nossa pesquisa, nenhum texto da jornalista Mônica Bergamo relacionado à matéria em questão, não identificamos nenhuma retratação, nenhum pedido de desculpas e nenhuma modificação na matéria original desfazendo o “mal entendido”.

Figura 18 - Ombudsman da Folha faz autocrítica do jornal



Fonte: *Folha Online*

O fato que é importante destacar, sem julgamentos, é que a informação mais relevante, importante e de interesse público que a *Folha* poderia dar, na matéria analisada, não foi dada e a *ombudsman* do jornal também diz isso. Já no dia seguinte à publicação, a própria *Folha* e outros veículos disseram o que deveria ter sido dito na matéria de Mônica Bergamo: que uma desembargadora, que, em tese, tem informação e formação, reproduziu mentiras sobre uma mulher negra, lésbica, de esquerda e que nasceu na periferia. Interpretamos que, dessa vez e nesse caso específico, a *Folha* “rasgou” seu próprio manual para dar o furo. Não poderíamos entrar na análise de discurso sem fazer esses paralelos.

Samuel Lima, professor e pesquisador do Departamento de Jornalismo e do Posjor/UFSC e pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS)⁴⁵, também analisou a cobertura “palaciana” da *Folha* e concluiu que o jornal alimentou as *fake news* e que não apurou “minimamente”. Ele se referiu à matéria no impresso, que trouxe o mesmo conteúdo, com pouca alteração do título:

A opção pela cobertura “palaciana” (para usar uma expressão de Paula Cesarino) provocou outro impacto condenável no caso Marielle. Na edição de 17 de março (impressa), o jornal estampou o seguinte título: “Magistrada diz que Marielle tinha elo com bandidos”, com uma linha fina devastadora à memória e reputação da parlamentar assassinada: “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’”. O jornal repercutia, sem apurar minimamente, uma postagem feita pela desembargadora Marília Castro Neves (TJ/RJ) em rede social (LIMA, 2018).

A checagem dos fatos não foi feita como deveria (conforme descrevemos no item 1.7 deste trabalho, dos dez sites especializados em *fact-checking* no Brasil, seis deles trouxeram

⁴⁵ Disponível em <https://bit.ly/2COPJQX>. Acesso em 17 de nov. 2019.

alguma checagem sobre os boatos envolvendo Marielle Franco, no entanto só o fizeram após as *fake news* atingirem seu ápice, com a repercussão da matéria da *Folha*). Por outro lado, apurar melhor antes de postar poderia significar “ser furado com o material na casa”, como dizemos no dia a dia. E, no final das contas, a jornalista não mentiu em nenhum momento, ela apenas deu voz à sua principal (por que não dizer “única”?) fonte e é isso que os jornalistas fazem, diariamente, ignorando, a luz vermelha de “pare e pense”, porque não há tempo para análises mais profundas.

Consideramos que é muito fácil dizer aqui, depois de tudo desvendado e apurado, que a jornalista deveria ter checado, investigado, guardado a notícia para dar depois, e, de fato, era o certo a se fazer, mas somente os membros dessa tribo jornalística sabe como é difícil ter um “furo” nas mãos e um “nanotempo” para produzir e publicar.

3.1.2 Identificação das vozes e dos lugares de fala dos sujeitos

Feitas essas considerações sobre o método jornalístico usado na produção da reportagem da *Folha*, procuramos entrar propriamente no campo da análise de discurso, tentando identificar os sujeitos que aparecem, que falam e a quem se destina a comunicação: locutores/enunciadores, alocutários e delocutários, seguindo as definições citadas por Benetti (2006), considerando o nível simples de definição de vozes que ela pega de Helena Naganime Brandão e aprofundando com definições de Oswald Ducrot. Vejamos as definições do primeiro nível:

O locutor é aquele “que fala” – não apenas o falante, mas os sujeitos que falam por meio dele; temos um locutor autor, por assim dizer, e os locutores a quem ele dá voz por meio de sua fala. O alocutário é aquele “para quem o texto se dirige” – pode ser um interlocutor definido, em uma conversação, ou um alocutário anônimo, como geralmente ocorre na comunicação midiática. O delocutário é aquele “de quem se fala” – é o que se pode chamar de referente, ainda assim um sujeito (BENETTI, 2006, p. 7).

Nesse exercício, procuramos aprofundar o estudo das vozes ainda seguindo a argumentação de Benetti (2006) para acharmos os lugares de fala dos sujeitos e respondermos questões que os sujeitos do discurso (locutores/enunciadores e interlocutores) se fazem e fazem uns aos outros, como: “Quem sou eu para que lhe fale assim?” ou “Quem é ele para que me fale assim?”. Dessa forma, tentamos identificar não só “quem fala”, mas de “que posição fala”.

Benetti nos mostra como a AD nos ajuda a refletir sobre essas e outras questões e por que essas respostas são importantes para entendermos os sentidos atribuídos a um discurso:

Este é um grande jogo de relações imaginárias entre sujeitos concretos. Não há como pensar o funcionamento de qualquer discurso sem considerar que os sujeitos envolvidos se movimentam e ocupam posições que lhes são anteriores. Pêcheux conceitua a formação imaginária como uma antecipação da representação (de si e do outro). Quem enuncia o faz de uma posição de sujeito, enuncia para alguém e sobre algo. É a partir da posição de sujeito que ocupa que ele pergunta, sobre si: “Quem sou eu para lhe falar assim?”. E sobre o destinatário: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”. E sobre aquilo de que fala: “De que lhe falo assim?”. Na outra ponta, ao entrar em contato com o texto, o interlocutor também pergunta sobre si: “Quem sou eu para que ele me fale assim?”. E sobre o enunciador: “Quem é ele para que me fale assim?”. E sobre aquilo de que se fala: “De que ele me fala assim?”. Todas essas representações (de si, do outro e do referente) são antecipações que provêm de imagens construídas social e historicamente, além das imagens formadas ao longo da própria relação entre aqueles indivíduos específicos, caso eles já se conheçam (BENETTI, 2016, p 237-238).

Procuraremos, aqui, buscar essas imagens, a partir, principalmente, do que outros profissionais do jornalismo e pesquisadores disseram sobre essas pessoas e do que elas dizem sobre elas mesmas, através dos seus discursos.

3.1.2.1 Os locutores e enunciadores

Tendo em mente que locutores são as pessoas que falam, identificamos no texto em questão os seguintes sujeitos ocupando a posição de locutor: a *Folha*, a jornalista que assina a matéria (Mônica Bergamo) e as fontes ouvidas ou a quem se deu alguma voz, ou seja, a desembargadora Marília Castro Neves, o desembargador aposentado Paulo Nader e um “grupo de advogados”. Portanto, cinco locutores.

Figura 19 - Locutores da matéria da Folha



Fonte: Reprodução: *Folha*, Facebook, Prezi

Comecemos, então, pelo site noticioso www.folha.com.br do jornal *Folha de S. Paulo*. Qual a imagem que a *Folha online* passa de si para os outros? Fundado em 1921, o jornal é considerado o veículo de maior circulação e influência no Brasil. O próprio jornal se reconhece como parte do Grupo que é “um dos principais conglomerados de mídia do país”, que controla ainda o instituto de pesquisa *Datafolha*, a agência de notícias *Folhapress*, a empresa *Transfolha*, a gráfica *FolhaGráfica* e a SPDL, empresa de distribuição e logística estabelecida em associação com o jornal *O Estado de S. Paulo*⁴⁶. “Um jornal a serviço do Brasil” é o slogan da *Folha* bem visível no topo do seu site. cabeçalho do seu site.

Como não dar crédito a um veículo especializado e com esse poder de fogo? Quem não iria ao menos considerar que uma matéria com o título “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’” tinha alguma relevância? Parece contraditório, mas podemos dizer que a credibilidade da *Folha* contribuiu para que seus leitores e outros profissionais de jornalismo acreditasses em uma mentira. Apesar do absurdo dito sobre uma vereadora poderia ser verdade, porque tinha saído na *Folha*. A ombudsman do jornal identificou isso:

“Identifico alguns problemas. O primeiro no critério noticioso da postagem, o segundo na forma como o texto foi construído e o terceiro, e mais importante, os títulos que a *Folha* publicou a respeito. De qualquer ponto de vista, o jornal deve refletir sobre sua parcela de responsabilidade em ser a origem da disseminação de notícia falsa” (COSTA, 2018).

E essa credibilidade é transferida do veículo a seus colaboradores, automaticamente. Um jornalista da *Folha* não é qualquer um. No mínimo, se pensa que é um profissional tarimbado, que domina a técnica jornalística, que tem acesso a fontes, que segue o código de ética profissional, que conhece os princípios editoriais expressos no Manual da *Folha*... E quando a jornalista Mônica Bergamo, uma das profissionais mais influentes e respeitadas do País (o seu perfil no Twitter tinha mais de 1,3 milhão de seguidores, em outubro de 2019), colunista da *Folha*, escreveu no seu espaço uma matéria com manchete de destaque no site e no impresso, é preciso dar atenção ao que é dito. Quando o leitor geral da *Folha* pergunta “quem é Mônica Bergamo para que me diga isso?”, ele se depara com essa imagem e facilmente deduz: se Mônica Bergamo, jornalista da *Folha*, está dizendo, alguma relevância tem. Como imaginar que a matéria (como veremos adiante) seria considerada “combustível” de *fake news*? Não se supõe que Bergamo, nesse caso específico, abriria mão da única razão de ser do jornalismo (de novo, invocamos Alsina e sua menção ao contrato pragmático fiduciário), de sua credibilidade.

⁴⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em 02 nov. 2019.

Mesmo sendo autor de um texto, o jornalista quase sempre não assume essa posição de autor que Orlandi (2015. P. 74) chama de “assunção da autoria”, enquanto responsável assumido do que se diz. Assim, ela conclui que “não basta falar para ser autor”. O autor deve ser o “sujeito visível”. Se exige isso dele na forma como organiza seu texto para que se saiba “suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável”. Uma função complicada já que, Orlandi mesmo diz que o “sujeito é opaco e o discurso não é transparente”. Se já é assim em qualquer discurso, avaliemos o discurso construído pelo jornalista-autor no dia a dia. O mito da objetividade, da imparcialidade, muitas vezes, impede que o jornalista se torne visível como sujeito, dificilmente assume uma opinião, quase sempre se vale do discurso de uma fonte. Na matéria em análise, Bergamo não deixa claro se acredita na desembargadora ou não, ela apenas parafraseia as opiniões de sua principal fonte. A função-autor no texto é praticamente anulada em nome do “bom jornalismo”. Embora, que, na nossa avaliação, esse distanciamento só reforça o discurso da desembargadora que calunia uma vereadora.

Vamos ao terceiro locutor e não menos importante no discurso: a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: Marília Castro Neves. Um dia depois da morte de Marielle Franco os boatos revanchistas e criminosos sobre Marielle Franco já se espalharam nos grupos de *WhatsApp* e em perfis de redes sociais e sites da Internet. Mas, até então, eram pessoas anônimas que espalhavam as mentiras, ninguém assinava, ninguém assumia as “informações”. E foi isso que fez a desembargadora, uma integrante do sistema de Justiça de um estado que vivenciava mais uma tragédia, mas, desta vez, contra uma política. Era uma desembargadora afirmando que “Marielle estava engajada com bandidos” e que isso motivou o seu assassinato.

Esse mesmo peso de “não ser qualquer pessoa que fala” contribuiu para que as pessoas, de uma forma geral, acreditassem no comentário da desembargadora, logicamente, pessoas que não sabiam ou não procuraram saber quem era a desembargadora ou quem era, na verdade, a vereadora de quem ela falava. A força do “cargo”, o que ele representa exerce um sentido, por si só, no discurso. Apesar de a desembargadora dizer à jornalista, após seu comentário no Facebook, que “apenas deu a sua opinião como "cidadã" na página de um colega”, ela não representa apenas uma cidadã, mas uma autoridade do sistema de justiça brasileiro, uma integrante do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estado onde Marielle vivia e foi assassinada.

Na figura abaixo, uma reprodução dos comentários de leitores da *Folha*, percebemos exatamente a imagem que o leitor médio tem de um membro do Judiciário: “Se uma

desembargadora afirma que o motivo da morte da vereadora pode ter sido... ela conhece as leis com propriedade...”, diz trecho do comentário reproduzido abaixo. Para muita gente, o discurso da desembargadora passava credibilidade, ainda mais depois de ter sido reproduzido pela mídia nacional.

Figura 20 - Reprodução de comentários de matéria

CLARILTON RIBAS 18.mar.2018 às 14h18

Uma profusão de sentimentos causa a fala de Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), além de engulhos. Em mim prevalece pena deste país capaz só não de formar um aleijão moral como este entre seus filhos como ainda coloca-lo na função de distribuir justiça.

RESPONDA 3 DENUNCIE

EDIELSON PEDREIRA 16.mar.2018 às 21h53

Se uma Desembargadora afirma que o motivo da morte da Vereadora pode ter sido encomendada pelo Comando Vermelho uma das maiores facções criminosas do País, ela conhece as Leis com propriedade e afirmar dessa forma requer um olhar mais atencioso ainda para o caso.

RESPONDA 1 DENUNCIE

HERMANN KLEINHEISTERKAMP 18.mar.2018 às 14h10

Certo! Porque a vida de uns deveria valer mais do que a vida de outros?

1 DENUNCIE

Fonte: *Folha Online*

As declarações chamaram a atenção das pessoas que se relacionavam naquela rede social. Mônica Bergamo enxergou um valor-notícia naquela declaração. Não era mais um anônimo que compartilhava um *post* sem fonte na Internet, disseminando *fake news* contra a vereadora assassinada há dois dias. Era uma desembargadora, uma integrante do sistema de Justiça de um estado que vivenciava mais uma tragédia, mas, desta vez, contra uma política. Assim, a opinião da desembargadora, antes restrita a um grupo de pessoas do *Facebook*, se transformou em assunto da mídia nacional.

Na matéria, há uma relação de forças desigual, que leva o cidadão comum a acreditar no discurso da desembargadora, pelo que seu cargo representa no imaginário das pessoas. Bastava que a jornalista fizesse uma busca nas redes sociais da desembargadora, antes de publicar a matéria, para compreender que ela era afeita a opiniões polêmicas e preconceituosas.

Paula Cesarino, ombudsman da *Folha*, diz expressamente em artigo publicado no periódico, nove dias depois da divulgação dessa matéria, que “título e organização do texto da reportagem da Folha foram combustível para notícia falsa sobre vereadora assassinada” e que a “Folha deveria também ter investigado quem era a desembargadora, antes de publicar a notícia. Poderia mudar sua avaliação. Ela (a desembargadora) já havia ironizado a primeira professora portadora de síndrome de Down, minimizando reclamações de assédio feitas por mulheres e chamado o CNJ de “órgão espúrio”” (COSTA, 2018).

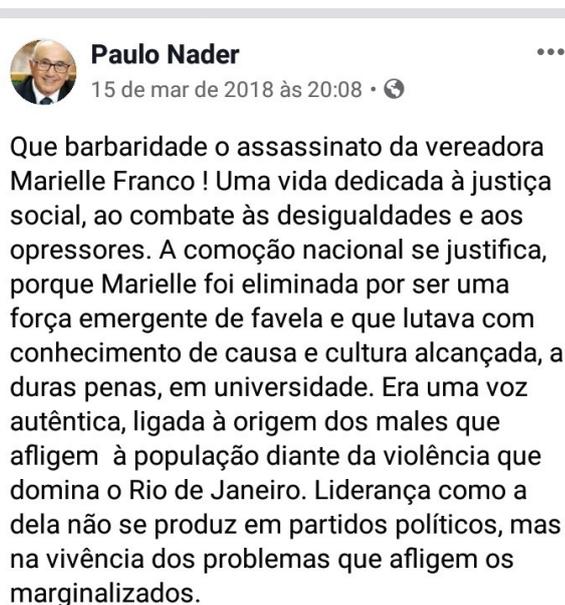
O quarto locutor que aparece na matéria da *Folha* também é do sistema de Justiça. Na matéria, Mônica apresenta esse locutor como “o advogado Paulo Nader”. Na apresentação do seu perfil no Facebook, onde ele publicou o post defendendo Marielle que recebeu o comentário caluniador da desembargadora Marília Castro Neves, o sujeito se apresenta como professor emérito da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora/MG), magistrado aposentado do Rio de Janeiro, especialista de Notório Saber pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e membro da ABLJ (Associação Brasileira de Letras Jurídicas).

Não podemos precisar se, quando Mônica Bergamo visitou o perfil do magistrado (supondo que ela tenha visitado para fazer a matéria) essa apresentação tão completa e que mostra que também não era qualquer pessoa que descrevia Marielle como “uma lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida”. Mas, isso não foi evidenciado na matéria. O magistrado foi apresentado como “advogado”.

Não estamos querendo dizer que a opinião de um advogado “vale” menos do que a de um magistrado, apenas tentando materializar o sentido de um e de outro, que, queiramos ou não, não diferentes. Um advogado é a figura acessada para defender ou acusar um lado (sua opinião é parcial). Já no imaginário popular (e também o que se espera juridicamente), um magistrado é aquele que ouve os dois lados e julga, conforme as provas e baseado na lei (invoca uma imparcialidade). Percebemos, com isso, que o enunciado trazido ao discurso por Paulo Nader, que deveria contrabalancear o enunciado dos outros três locutores, além de ser interditado (não foi dado o mesmo espaço de fala e veremos isso mais adiante), foi prejudicado pela imagem representada por um “advogado” ao lado da de um “desembargador”. Orlandi (2015, p. 37) fala dessa “relação de forças” nas “formações imaginárias”: “Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno”.

O fato é que Nader tinha muito a dizer sobre Marielle, mas o discurso dele não pareceu reunir os critérios jornalísticos de noticiabilidade, conforme a avaliação da jornalista Mônica Bergamo (o que levantaria outra discussão e outra pesquisa sobre a subjetividade deles). Vejamos o que o magistrado aposentado já tinha dito sobre Marielle e não virou notícia:

Figura 21 - Comentário de Paulo Nader que não virou notícia



Fonte: Facebook (<https://bit.ly/2PTna1y>). Acesso em 15/12/2019)

O comentário da figura acima fala sobre a trajetória de Marielle; justifica a comoção nacional tão criticada por Marília Castro Neves, fala sobre a luta da classe à qual Marielle pertencia. Mas, foi ignorado pela grande mídia, que preferiu outras vozes.

Por último, temos o quinto locutor: “um grupo de advogados” que leu o texto e fazia “campanha nas redes” para que a desembargadora fosse denunciada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por ter “ironizado” a morte de Marielle. Esses sujeitos anônimos não ganharam sequer três linhas na matéria de Mônica, somente para que essa informação fosse dada. Se um sujeito com nome e sobrenome (como é Nader) já não teve tanta força na produção de sentido diante do discurso de uma desembargadora, avalie um grupo sem nome, sem identidade, somente carregando o peso do sentido de ser formados por “advogados”, defensores ou acusadores de uma determinada partes.

Diante do que foi colocado, vemos que os cinco locutores identificados na matéria da *Folha* resumem-se a três enunciadores. De um lado, há o enunciado repetido pelo jornal, pela

jornalista e pela desembargadora, “gritando” que Marielle estava engajada com bandidos. Do outro tímidas citações do “advogado” (na verdade magistrado aposentado) Paulo Nader, dizendo que Marielle era uma lutadora dos direitos humanos, e do “grupo de advogados” sugerindo um “erro” da desembargadora. Por que não consideramos o jornal e a jornalista como também enunciadores em defesa de Marielle (junto à declaração de Nader) e contra Marília (pedindo punição de Marília)? Porque o espaço que se deu a esses últimos foi tão ínfimo, que não interpretamos como algo que tivesse chancela do jornal ou da autora da matéria. Vemos o primeiro como apenas uma contextualização e o segundo uma tentativa tímida de dar alguma polifonia ao discurso.

Entre as grandes problematizações a serem feitas sobre o jornalismo está a relação entre a sua natureza pública e a exigência de que seja um lugar de circulação de diferentes saberes sobre os fatos e o mundo. Assim, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social. Muitos locutores não significam, necessariamente, muitos enunciadores. Por trás de aparentes polifonias, muitas vezes escondem-se textos em essência monofônicos. Revelar este funcionamento discursivo é uma das contribuições que a Análise de Discurso pode oferecer aos estudos de jornalismo (BENETTI, 2010, p. 120).

De fato, pela repercussão que a matéria teve em outros veículos, não se ouviu outra voz, senão a da desembargadora dizendo que “Marielle estava engajada com bandidos”. Quem deu destaque ou repercutiu a fala de Nader dizendo que a vereadora era “uma lutadora dos direitos humanos”? A monofonia do discurso foi patente.

Um adendo interessante a fazer é que a mesma ferramenta que a jornalista usou para achar o gancho da sua matéria (Internet) poderia ter sido usada para desconstruir a fake news disseminada pela desembargadora. Em vez disso, a matéria termina sem a voz desse enunciador importante, de alguém a favor de Marielle, sem a crítica à irresponsabilidade de uma desembargadora, sem concluir que ela foi disseminadora de *fake news*. Da forma como foi dito, os três locutores (a *Folha*, a autora da matéria e a desembargadora) trazem o mesmo enunciado: “Marielle estava engajada com bandidos”. Esse enunciado prevaleceu sobre o de Nader ou do “grupo de advogados” e outras declarações revanchistas.

3.1.2.2 Os alocutários: a quem se destinou o discurso

O alocutário (ou destinatário) imediato da matéria produzida por Mônica Bergamo para o site (não tratamos aqui do texto veiculado no impresso) é o leitor da *Folha*, o assinante do jornal, já que essa é uma das matérias que, para ter acesso, é necessário ser assinante ou, no mínimo, ter um cadastro no site para leitura de um número limitado de notícias, por mês. De acordo com pesquisa exibida no site da *Folha* em 2016, os leitores da *Folha* são 50% mulheres e 50% homens; 80% tem nível superior, 15% o médio e 5% fundamental; 48% têm renda igual ou superior a R\$ 8,8 mil⁴⁷.

O perfil do alocutário seria, no geral, uma pessoa instruída e “de posses”, que tem como pagar por informação e que pode acessar de um dispositivo digital. Mas, como vimos na primeira parte deste trabalho, pessoas instruídas e com acesso à educação também acreditam e compartilham informações duvidosas, e até absurdas, ainda mais quando, como já dissemos, elas partem de uma fonte com credibilidade. Mas temos que considerar a massa de leitores que tiveram acesso ao texto de Mônica Bergamo a partir de outras fontes, de outros sites que reproduziram o material, citando a *Folha* e que não restringem a leitora a assinantes (eles foram muitos. Trazemos neste estudo quatro exemplos). Considerando isso, o público que teve acesso às *fake news* sobre o caso Marielle depois que ela virou notícia na imprensa é heterogêneo (homens e mulheres; jovens e velhos; de esquerda, de centro e direita, instruídos ou não...). Percebemos isso nos comentários das matérias, que podem ser consultados nos anexos desta pesquisa.

Mas, podemos imaginar o leitor da matéria da *Folha* e das demais que replicaram e citaram o texto produzido por Mônica Bergamo é uma pessoa à procura de respostas para mais um episódio de extrema violência no Rio de Janeiro, que, dessa vez, havia vitimado uma vereadora de esquerda e seu motorista. Havia, e ainda há neste momento da escrita deste trabalho (novembro de 2019), um clima de mistério em torno da morte de Marielle. Duas pessoas foram presas acusadas da execução, mas não houve uma explicação plausível para as perguntas: quem mandou matar? E por quê?

Lembremos que, segundo DiFonso (2009, p. 86), “esperar por notícias pode ser, na verdade, pior do que recebê-las - e as pessoas se agarram a boatos na tentativa de colocar um fim a ansiedade”. Os destinatários da matéria considerada “combustível” de *fake news* eram leitores ansiosos por informação para matar a curiosidade, para restabelecer a verdade, para se fazer Justiça ou para achar culpados políticos (lembrando que, naquele 2018, integrantes dos

⁴⁷ Disponível em <https://bit.ly/2K77mQg>. Acesso em 10 nov. 2019.

dois grupos políticos que se polarizaram no Brasil ensaiavam a guerra política, cujas uma das armas mais poderosas foram boatos, usados para desconstruir o rival).

Conforme podemos observar na Figura 18, reproduzida anteriormente, quando se trata de posição política e ideológica, não há um única leitor. Pelos comentários, podemos ver, no mínimo, uma polarização de duas formas de ver o texto, que “pode ser afetado por distintas formações discursivas” (ORLANDI, 2015, p. 72). Há o sujeito-leitor que comunga com a opinião da desembargadora, pelo fato de ela falar da posição de autoridade do sistema de Justiça, e há o sujeito-leitor mais crítico que diz que a fala de Marília Castro Neves lhe causa “engulhos”. O texto é o mesmo, mas a historicidade, as formações discursivas nas quais os diferentes leitores se inscrevem determinam a forma como ele interpreta o discurso.

3.1.2.3 Delocutários: a voz de quem se falava não foi ouvida

Por último, nessa tentativa de reconhecer as vozes do discurso analisado, tentamos identificar os delocutários (de quem se fala). Se consideramos o texto a partir da jornalista-autora, podemos dizer que ela fala do “advogado” Paulo Nader, da desembargadora Marília Castro Neves, do grupo de advogados e da vereadora Marielle Franco. Mas todos falam de um só sujeito: a vereadora Marielle Franco, que não é identificada entre os locutores/sujeitos que falam, um problema identificado em um texto jornalístico, que, por natureza, deve ser dialógico e polifônico (BENETTI, 2018, p. 107).

Chegamos, de novo, à falha no método de produção do texto jornalístico. Todo estudante de jornalismo sabe (na verdade, toda a sociedade deveria saber) que o texto jornalístico se diferencia de um texto qualquer pela sua obrigação de ser o mais polifônico possível. No texto de Mônica Bergamo, a pessoa de quem se fala (Marielle Franco) não teve voz, de fato, na matéria.

Alguns defensores mais apaixonados ou mais ingênuos podem fechar os olhos, achar que a linguagem jornalística é transparente e dizer que a voz de Marielle não poderia constar, pois a vereadora estava morta. E aí cabe observar que, naquele momento, o partido (Psol) e a família de Marielle eram suas vozes mais representativas e estavam ali para falar e não foram procurados pela jornalista. Como podemos ter certeza que não foram? Há também uma regrinha no jornalismo (que é amplamente usada) de citar no texto jornalístico quando o “outro lado” foi

procurado e não foi encontrado. Essa informação não existe no texto da *Folha*, nem ao menos foi defendida após as críticas nesse sentido, portanto, imaginamos que o “outro lado” não foi sequer procurado.

É tanto que nas matérias feitas nos dias seguintes, tanto a família, quanto os membros do Psol manifestaram-se contra os boatos, denunciaram a desembargadora ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também a processaram na Justiça, tanto que se tornou ré por calúnia, embora mais de um ano depois; criaram uma página na Internet para divulgar o perfil de Marielle; confrontaram os boatos e abriram canais para receber denúncias de posts e vídeos mentirosos para pedirem que a Justiça determinasse a retirada deles de perfis e sites... Tudo isso foi feito na tentativa de se restabelecer a verdade sobre a vereadora e a sua morte, após os boatos revanchistas.

3.1.3 Estudo dos sentidos: o que foi silenciado e o que foi movimentado

Identificadas as vozes, seguimos na tentativa de refletir e problematizar sobre os sentidos que foram movimentados e silenciados pelos sujeitos no discurso em questão. Para isso, nos apoiamos na afirmativa de que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2015, p.19-20).

Seguindo as orientações de Orlandi a analistas de discurso (2015, p.80), aqui, vamos procurar compreender os sentidos movimentados a partir da observação das posições dos sujeitos (social, política, acadêmica, partidária..) materiais/reais desses sujeitos. Que efeitos de sentido são aí produzidos? Que propriedades estão sendo constituídas para os leitores? Isso levando em conta que não existe um sentido literal nos discursos, ou seja, as palavras dependem do interdiscurso para significar:

Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas (ORLANDI, 2015, p. 78).

Ao buscarmos os sentidos que foram movimentados no texto da *Folha*, analisado nessa pesquisa, lembramos que o texto tem duas camadas: a discursiva (visível, que, no caso estudado, já é bastante polêmica) e a ideológica (que não está dita claramente, mas está presente no dizer e no não dito, por causa do interdiscurso).

De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência [...] O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em *outro lugar*: na sociedade, na ideologia, no imaginário (BENETTI, 2010, p. 110, 111).

Poderíamos explorar várias formações discursivas no texto que escolhemos, mas não há tempo para uma investigação dessa envergadura. Então, escolhemos marcas discursivas que escondem uma “luta de classes”, determinada por posições sociais e políticas e “pré-conceitos” relacionadas à favela, à esquerda, ao julgamento que fazemos sobre pessoas baseadas no “comportamento” delas. Para isso, buscamos outros discursos, em muitas situações de jornalistas e de críticos e pesquisadores sobre os efeitos do dito. Temos a clareza que estamos na superficialidade e que outros estudos futuros poderão trazer mais luz a essas interpretações.

3.1.3.1 O que não foi dito sobre “Marielle” e sobre “Marília”

No discurso da matéria da *Folha*, o silenciamento de vozes (especialmente do partido e dos familiares da vereadora acusada de “engajamento com bandidos”, no tribunal das redes sociais) restringiu os sentidos dos leitores sobre a vereadora. Quem não conhecia a luta de Marielle pelos direitos humanos ficou com a impressão que a luta dela era pela impunidade e pela bandidagem. Da mesma forma, como a falta de informações sobre a principal fonte da matéria, a desembargadora Marília Castro Neves, teria também restringido os sentidos sobre ela, fazendo com que o seu cargo/posição significasse por si só.

A página criada pelo mandato de Marielle para tentar restabelecer a verdade, depois da enxurrada de *fake news* O que poderia ter sido dito sobre Marielle para esclarecer, pelo menos, dois enganos criados em torno da trajetória da vereadora, que foi reforçado com a repetição dos discursos da desembargadora primeira na *Folha* e, posteriormente, em outros veículos de comunicação que replicaram as informações:1. Que não havia motivos para relacionar sua eleição a ao tráfico, já que foi eleita com 46,5 mil votos e a maior parte dos votos vieram da Zona Norte, cerca de 47% do total e, na região de Bonsucesso, que abarca os eleitores da Maré,

Marielle teve apenas 7% dos seus votos (a própria *Folha* publicou matéria no dia 19 de março de 2018, três dias após a divulgação da *fake news*, dizendo que “Marielle foi mais bem votada nos bairros nobres do rio de Janeiro⁴⁸” ; 2. Que Marielle Franco nunca defendeu o crime, mas os direitos humanos para todos, inclusive os privados de liberdade, que estão garantidos por lei (contidos na Constituição Federal e regulamentados por outros dispositivos legais) e em instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos.

E o que a matéria da *Folha* objeto dessa análise não disse sobre Marília Castro Neves? Pesquisando sobre isso, encontramos um artigo no UOL que resume bem os sentidos silenciados naquele momento de fala da desembargadora sobre uma pessoa que, hoje se sabe, ela não tinha nenhum conhecimento. Em resumo, a matéria publicada em 20 de março de 2018, com o título “5 momentos em que a desembargadora Marília Castro Neves criou polêmica”⁴⁹, mostra que a desembargadora 1. Disse que não aguentava mais ler sobre assédio sexual, direitos das minorias e inclusão social; 2. Afirmou que Zumbi dos Palmares era um mito histórico inventado; 3. Mostrou falta de imparcialidade ao revelar suas preferências partidárias; 4. Reproduziu notícia falsa de que Marielle Franco estava engajada com bandidos e que tinha sido eleita pelo Comando Vermelho e 5. Sugeriu que o deputado federal Jean Wyllys deveria ser executado num paredão. O detalhe é que com exceção da polêmica “número 4”, todas as outras foram antes da matéria da *Folha* ter sido publicada.

E ainda teve o fato de ter questionado “o que uma professora com síndrome de Down teria a ensinar a alguém”. Isso, segundo a desembargadora, foi dito três anos antes do comentário sobre Marielle que “a deixou famosa”, embora só tenha vindo à tona depois da matéria da *Folha*⁵⁰. Estava lá em sua rede social, a maioria foi postagem e comentário “público” (não estava restrito aos amigos dela no *Facebook*), bastava pesquisar minimamente. Como não foi feito, não se criou o sentido de que a desembargadora era afeita a opiniões polêmicas e sem embasamento.

3.1.3.2 Favela, esquerda, negros e bandidagem

⁴⁸ Disponível em <https://bit.ly/2KNZHH0>. Acesso em 23 nov. 2019.

⁴⁹ Disponível em <https://bit.ly/35xiiir>. Acesso em 23 nov. 2019.

⁵⁰ Disponível em <https://glo.bo/34cD1YA>. Acesso em 23 nov. 2019.

Para Marx e Engels, autores de “O Manifesto do Partido Comunista”, publicado em Londres em fevereiro de 1948, a luta de classes é tão antiga quanto a história das sociedades, embora a polarização “burguesia-proletariado” tivesse facilitado o reconhecimento dessa luta. Não era o nosso objetivo chegar até aqui, mas a AD e sua filiação no Materialismo Histórico nos conduziu por esse caminho e nos fez enxergar a luta de classes nas linhas e entrelinhas do discurso analisado. A luta da direita contra a esquerda, da classe média/alta contra a favela, do branco contra o preto... Na nossa interpretação, a *Folha de S. Paulo* e os demais veículos de comunicação, na condição de aparelhos ideológicos do Estado (AIE) foram palcos dessas lutas.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e ser, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (COGGIOLA, 2005, p. 40)

Althusser (1985) mostra que as ideologias não nascem com os AIE — igrejas, escolas, família, partidos, sindicatos, meios de comunicação... — mas da luta das classes sociais:

Apenas do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, pode-se dar conta das ideologias existentes numa formação social [...] Porque se é verdade que os AIE representam a forma pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta etc. (ALTHUSSER, 1985, p. 107).

Se a ideologia não é uma ideia, mas uma vivência apoiada em uma luta. Nada mais natural que o discurso seja, como diz Pêcheux, um lugar de luta de classes, lutas “econômicas, políticas e ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 235). Então, quando falamos e interpretamos, não o fazemos apenas pelo conhecimento de mundo que temos, mas da posição que ocupamos, da classe na qual nos reconhecemos, das formações discursivas nas quais estamos inscritos.

Dessa forma, achamos pertinente fazer esse caminho para tentarmos, nesta análise, identificar as formações discursivas (o interdiscurso) que movimentam sentidos no texto objeto desta pesquisa, principalmente, duas delas, ligadas à condição social e à política. O discurso da desembargadora replicado na matéria jornalística invoca outros discursos que estão no imaginário das pessoas, como: 1. Que há uma relação direta entre “favela e bandidagem”; 2. Que a ideologia política da esquerda está alinhada à defesa de bandidos. Sem falar em outras lutas ideológicas que são travadas “no silêncio”, como o fato do discurso da desembargadora ser um discurso da classe dominante contra a classe pobre, negra e LGBT representada por

Marielle. Isso, aliás, outras matérias e análises captaram, mas não estão problematizadas na matéria da *Folha*.

Figura 22 - Formação discursiva na Folha: favela e bandidagem

A desembargadora então postou o seguinte texto: "A questão é que a tal Marielle não era apenas uma 'lutadora' ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa 'longe da favela' sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava."

E seguiu: "Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao

Fonte: *Folha Online*

“A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’ ela estava engajada com **bandidos!** Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa ‘longe da **favela**’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso” (grifos nossos).

O que a desembargadora diz é que Marielle **estava engajada com bandidos**. Qual a memória que ela invoca para justificar isso? O fato de a vereadora ter nascido na **favela**. Não houve nenhuma prova jurídica, nenhuma investigação policial, nenhuma denúncia do Ministério Público, apenas a ideia de que **o favelado ou é bandido ou está do lado de bandidos**. Mesmo sem plausibilidade, mesmo sem prova alguma, foi fácil movimentar o sentido de que uma mulher negra e favelada havia sido morta porque estava engajada com bandidos. A invocação a uma memória levou pessoas a verem “verdade” em um boato sobre um fato pouco provável. É o que Goffman (2008) chama de “identidade social”, para não usar a palavra mais apropriada, tratada pelo autor, que seria “estigma”.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação" (GOFFMAN, 2008).

A desembargadora, nesse trecho do seu discurso, leva a um interdiscurso que é a separação imediata entre a posição de Marielle (perto da favela) e a dela (longe da favela). o sentido movimentado foi que, na cabeça da desembargadora e de outras pessoas da sua posição social, duas classes antagônicas estavam em luta: a *dela*/Marielle (que é da favela) X a *nossa*/classes média e alta (que estamos longe da favela e, conseqüentemente, longe da bandidagem). Assim, no trecho da matéria em análise, a desembargadora Marília Castro Neves evoca uma memória do sujeito-leitor para a ligação entre as palavras “favela” e “bandidos”. E esse interdiscurso é reforçado pela jornalista-autora e pela *Folha*, à medida que não refutam o discurso e aprendemos que quando se diz alguma coisa, sempre deixamos de dizer outra e essa restrição dos sentidos exerce um poder desequilibrante na produção de sentidos no discurso, especialmente, para nós, no discurso jornalístico.

Um detalhe importante deve ser observado no discurso: a desembargadora Marília Castro Neves e o magistrado aposentado Paulo Nader, embora de classes sociais semelhantes, falam de posições diferentes, ou seja, estão inscritos em formações discursivas diversas, ainda que pertençam “ao mesmo mundo”. Enquanto Marília, em seu discurso, tenta mostrar que a condições social faz dos favelados pessoas piores, Nader mostra que o que ocorre com pobres e negros é a segregação e a não garantia dos direitos humanos, pelos quais Marielle luta. É muito interessante perceber, aqui, que nem todo pobre/negro tem consciência de classe (o que explica a existência de negros racistas e ‘escravizados’ que abrem mão de seus direitos trabalhistas porque eles são uma sobrecarga ao patrão). Vale ressaltar, também, pegando o exemplo de Nader, que nem todo rico/branco defende os interesses da classe dominante, em detrimento de direitos humanos.

A luta de classes está tão patente no discurso analisado, pelo menos, enquanto sentido movimentado, que isso foi objeto de artigos de opinião e análises no meio jornalístico. Uma das análises mais contundentes que tivemos a oportunidade de “visitar” durante o percurso de pesquisa foi a publicada pela *Carta Capital*, no dia 19 de março de 2018 (três dias depois da publicação da matéria da *Folha de S. Paulo*, considerada “combustível” de *fake news*), escrita por André Pasti, Eduardo Amorim, e Mônica Mourão, integrantes do Intervozes, uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, com o título “Assassinato de Marielle na mídia: a descontextualização de uma luta”⁵¹. Um dos trechos mais significativos, que mostra como nós, jornalistas, estamos tendentes a nos posicionarmos (na escolha das pautas, das fontes e da angulação das nossas matérias) do lugar da classe

⁵¹ Disponível em <https://bit.ly/37UqMlt>. Acesso em 30 nov. 2019.

dominante, nos distanciando dos direitos dos pobres, dos negros dos LGBTQI+..., enfim, das questões sociais e de direitos humanos, diz o seguinte:

Marielle Franco era uma mulher negra e favelada, lésbica defensora dos direitos LGBT e ativista contra o genocídio negro nas favelas cariocas, contra a violência policial e a intervenção militar, vereadora anticapitalista, socióloga crítica da política de segurança do estado e defensora dos direitos humanos. Em todas essas pautas, a grande mídia se coloca, cotidianamente, no lado oposto do que ela defendia (AMORIM; MOURÃO, PASTI, 2018).

E, numa tentativa de afastar o argumento de que a *Carta Capital* só repercutiu uma opinião sobre a *Folha*, numa estratégia de mercado (concorrência), podemos citar a análise da própria *Folha*, sobre a cobertura da morte de Marielle Franco, aliás, a opinião da *ombudsman* do jornal, Paula Cesarino Costa, no artigo intitulado “O estampido das ruas”⁵², publicado quatro dias depois do assassinato de Marielle Franco. Ela fala da dimensão “palaciana”, entre outras, assumidas na cobertura:

São diversas as dimensões da morte de Marielle Franco: a dimensão palaciana, a dimensão política, a dimensão institucional da democracia, a dimensão policial, a dimensão dos moradores da favela, a dimensão movimento negro, a dimensão LGBT, a dimensão da mulher na política. A *Folha* parece estar distante de várias delas. Perdeu a dimensão das comunidades, das manifestações, do que se convencionou chamar de voz das ruas. Sem essa voz, ficou — como sempre — no aspecto palaciano, na modorrenta narrativa dos gabinetes de Brasília (COSTA, 2018).

Um dia antes da publicação da *Folha*, o editorial de *O Globo*, diante das discussões suscitadas em torno do assassinato de Marielle — não só nos veículos de comunicação, mas nas tribunas das casas legislativas, nos perfis e grupos de redes sociais e em rodas de amigos (não temos como quantificar isso, pois parte da sensação da pesquisadora a partir da observação simples do que ocorria ao seu redor) — critica a sectarização da morte. Há, pelo menos duas formas de interpretar o editorial do jornal e não desprezamos nenhuma delas. A primeira é uma tentativa de chamar à razão de que a criminalidade no Brasil deveria ser combatida a despeito das classes sociais ou posições políticas das vítimas. Um argumento sem dúvida sóbrio, lúcido diante da polarização política que tomava conta do Brasil representada pelas forças políticas antagônicas de direita e de esquerda. Mas, por outro lado, o editorial com o título “Sectarizar morte de Marielle é um desserviço”⁵³ pode ser usado como um reforço a outro discurso da desembargadora Marília Castro Neves, replicado na matéria da *Folha* ora estudada. Explicaremos diante. Vamos, antes, ao trecho do editorial de *O Globo*:

⁵² Disponível em <https://bit.ly/2rDJehO>. Acesso em 30/11/2019.

⁵³ Disponível em <https://glo.bo/2Lny5s>. Acesso em 30 nov. 2019.

Também precisa ser relativizada a questão de a vereadora representar o trinômio “preta, mulher, favelada”, tão usado em proselitismos. Importa é que bandidos, com esse assassinato, buscam sinalizar que o poder é deles. Fosse Marielle “branca e rica”, a execução precisaria provocar a mesma reação do Estado e na sociedade. A morte de Marielle não pode ser apropriada por interesses partidários ou sectários. À esquerda e à direita. Será impedir que o crime possa mesmo ser um divisor de águas no confronto que Estado e sociedade travam contra o banditismo, a corrupção, contra todas as formas de delitos que solapam a cidadania e os direitos humanos em sentido amplo (SECTARIZAR..., 2018)

Não há nada de errado com o editorial de O Globo, pelo contrário, pelo menos, analisando apenas a literalidade do texto. Mas, como já vimos, na AD, o discurso não é literal. O jornal defende exatamente o que a desembargadora Marília Castro Alves defendia: a despolitização da morte de Marielle Franco. Vejamos na figura abaixo o trecho da matéria da *Folha*, no qual isso é feito:

Figura 23 - Formação discursiva na *Folha*: tentativa de despolitizar morte

"A minha questão não é pessoal. Eu só estava me opondo à politização da morte dela. Outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção. E ela também lutava, trabalhava, salvava vidas", afirma.

Fonte: *Folha Online*

É preciso voltarmos ao artigo publicado na *Carta Capital*, citado algumas linhas acima, para entendermos o sentido que os discursos da desembargadora e do editorial de *O Globo* movimentam, que é negar os aspectos político e simbólico da morte de Marielle. O artigo da *Carta* diz que os principais veículos de comunicação tentaram conduzir uma interpretação pró-intervenção militar, oposta ao que a vereadora defendia, ao mesmo tempo em que havia uma tentativa “de despolitizar a morte – e como tudo indica até o momento, execução – de Marielle Franco, colocando-a como apenas **mais uma vítima da violência urbana no Rio de Janeiro**” (AMORIM; MOURÃO; PASTI, 2018, grifo nosso). Vale refletir: tirando o político e o simbólico da morte de Marielle sobraria alguma coisa ou a tragédia seria somente esquecida como tantas outras? A quem interessa esse esquecimento? Afinal, era só uma negra de esquerda, favelada e lésbica. Para que tanta comoção? Esse argumento e o ato de comparar outras mortes para concluir que houve “excesso de comoção” pela morte de Marielle, inclusive, foi muito usado por pessoas que eram contra o partido ou as ideias da vereadora.

É lógico que Marielle e seu motorista Anderson Pedro Gomes (de quem quase não falamos nesta pesquisa, cuja vida e morte foi bem menos explorada pela imprensa pela natureza

dos acontecimentos, principalmente, por ele ter morrido, até onde as investigações alcançaram, unicamente por ser o motorista de Marielle) também foram vítimas da violência urbana, da insegurança a qual os cidadãos estão expostos nas ruas, devido à facilidade de ação do crime organizado (o discurso é legítimo), mas a morte de Marielle significou mais do que isso. É essa dimensão política e simbólica que se tentou negar. E nessa tentativa que se replica em vários discursos se nega que: 1. os pobres favelados têm mais risco de morrer de uma bala perdida, por exemplo, do que os ricos em seus condomínios fechados; 2. que os pretos morrem mais do que os brancos, porque aqueles são mais facilmente confundidos com bandidos por causa da cor/aparência do que estes e 3. que, por causa dos comportamentos reprovados pela sociedade conservadora, os gays e as feministas **se colocam** em situações de risco (a velha tática de culpar a vítima). Apenas para exemplificarmos essa formação discursiva, voltemos a mais dois trechos do texto da desembargadora:

Figura 24 - Formação discursiva na Folha: tentativa de culpar a vítima

E seguiu: "Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

[...]

Afirmou ainda que o "comportamento" dela, "ditado por seu engajamento político", foi determinante para a morte. E que há uma tentativa da esquerda de "agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

Fonte: *Folha Online*

Em dois dos nove parágrafos da matéria da *Folha* é reforçada a opinião de que o **“comportamento e o engajamento político”** da vereadora determinaram a sua morte. A afirmação nos lembra o dito popular: **“ela cavou sua própria cova”** ou **ela morreu porque se meteu onde não devia**, ou seja, é culpar a vítima. Nós, mulheres, compreendemos bem esse artifício machista, conservador e desprovido de empatia: a culpa é pelo seu gênero, pela sua cor, pela sua “identidade social”. Infelizmente, os meios de comunicação, como AIEs, “como palco de uma dura e ininterrupta luta de classes” (ALTHUSSER, 1985, p.106), tem se prestado,

na maioria das vezes, a reproduzir o pensamento da classe dominante, do racismo, do machismo, do “cidadão de bem”, do “estigma”.

A imprensa é um dos lugares de produção e reprodução do racismo. A análise do discurso jornalístico contribui, então, para entender a manifestação do racismo como forma de dominação social, expressando, justificando e reforçando a desigualdade social e a concentração de poder. [...] Nós (brancos, ingleses, respeitadores das leis...) e eles (negros, estrangeiros, costumes bárbaros...). A partir desta perspectiva, haverá uma ênfase nas estruturas da notícia das nossas coisas boas e igualmente uma ênfase das coisas más deles. Obscurece as coisas boas deles como também as nossas coisas más. Todos estes aspectos se tornam observáveis nos temas publicados, nas formas retóricas, nas metáforas e outras figuras de linguagem. (FERREIRA, 2002)

O que nos levou até aqui foi a AD e sua filiação no materialismo histórico (luta de classes) e na psicanálise (inconsciente/esquecimento). Por mais que ainda persista a equivocada ideia da neutralidade, objetividade no jornalismo, vale a pena repetir e repetir: “estamos comprometidos com o simbólico e o político. Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2015, p.7).

Sem polifonia e servindo como palco para o discurso da classe dominante, a matéria da *Folha* funcionou, essencialmente, como uma repetição do dito, uma paráfrase do boato sobre Marielle Franco, replicado pela desembargadora Marília Castro Neves.

A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 2015, p. 34).

Justamente, faltou a “jogada do outro lado”, a ruptura com o que já estava dito. Faltou a essência do jornalismo e, por isso, a matéria da *Folha*, que deu o *status* de notícia a um boato foi considerada “combustível” de *fake news*. Doravante, discutiremos como essa mesma matéria foi tratada pelos outros quatro veículos que escolhemos para analisar nessa pesquisa.

3.2 Ceticismo Político: punição para blog sensacionalista

O *Ceticismo Político* foi um dos primeiros a replicar a *Folha de S. Paulo*, mas não temos como precisar exatamente o horário. O *copy* (ou copidescagem como, no jornal impresso, chamamos o ato de modificar um texto feito por outra pessoa) da matéria foi publicado no dia 16 de março de 2018, portanto, na mesma noite da publicação original da *Folha*, com o título

“Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é “cadáver comum”⁵⁴.

Antes de tentarmos analisar o material é importante destacar que ele não está mais disponível na Internet e que a análise só foi possível porque salvamos a publicação no formato pdf (disponível no anexo 2) ainda em novembro de 2018. A matéria do *Ceticismo*, apesar de ser basicamente uma reprodução da publicação da *Folha*, foi a única, nas palavras dos responsáveis pelo site, “alvo de censura”, sendo a única retirada da Internet por ser enquadrada como *fake news*. Esse detalhe foi o que nos chamou mais atenção e nos levou a selecionar o texto como objeto dessa pesquisa.

Figura 25 - Manchete do *Ceticismo Político* em 16 de março de 2018

03/11/2018 Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é “cadáver comum” | ceticismopolitico

Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é “cadáver comum”

Por **Ceticismo Político** - 16 de março de 2018



Fonte: Site *Ceticismo Político*

A matéria copidescada tem oito parágrafos, um a menos do que a da *Folha*, trazendo, também em forma de texto jornalístico, o conteúdo da postagem da desembargadora Marília Castro Neves, na página do magistrado aposentado Paulo Nader, no *Facebook*, mas não o cita. Em resumo, parafraseia a *Folha*, citando o jornal logo no primeiro parágrafo como origem da informação. A diferença entre as duas matérias é que o discurso do *Ceticismo Político* explora com mais ênfase a dimensão política das declarações da desembargadora, movimentando o sentido principal de que o Psol estaria tentando politizar a morte da vereadora e que as palavras da magistrada teriam o poder de desconstruir essa narrativa.

⁵⁴ O texto estava disponível em <https://bit.ly/34FjoIJ>. Acesso em 3 nov. 2018.

Para a imprensa, o conteúdo publicado pelo Ceticismo foi “subvertido”. Nisso, identificamos um grau de corporativismo, já que a informação principal e que deu origem à disseminação de mentiras nos meios de comunicação foi mantida. Vejamos o que disse *O Globo* em relação ao *Ceticismo*.

Em sua postagem, o Ceticismo Político subverteu o conteúdo original e fez um novo título: “Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é cadáver comum”. De acordo com o pesquisador Fábio Malini, coordenador do Labic, a publicação do site foi a que teve maior influência no debate sobre o tema nas redes sociais (BACELAR; RODRIGUES, 2018).

Houve mudança no título e no texto, mas a mensagem continuou sendo a que Marielle estava envolvida com bandidos. Identificamos os mesmos enunciadores (com acréscimo do editor do site) e os problemas da matéria original (da *Folha*), como a monofonia (falta a voz de Marielle, que seria dos seus familiares e do seu partido), estão presentes. A luta de classes (com mais ênfase na polarização esquerda X direita) pode ser identificada nas mesmas formações discursivas. Se notam esses posicionamentos em três parágrafos, conforme figura abaixo:

Figura 26 - Formações discursivas no Ceticismo Político

★ 1º PARÁGRAFO:

Conforme coluna de Mônica Bérgamo, a desembargadora Marília Castro Neves, do Rio de Janeiro, escreveu nesta sexta (16) no Facebook que a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada nesta semana, “estava engajada com bandidos”.

★ 3º PARÁGRAFO:

Marília combatia a narrativa da extrema esquerda de que Marielle era uma “lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sotrida”.

★ 6º PARÁGRAFO

Agora, a militância da extrema esquerda começou a fazer campanha nas redes para que Marília Castro Neves seja denunciada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por ter “ironizado” a morte de Marielle. Ou seja, decidiram também criar o crime de “ironia”, o que não existe no código penal.

Fonte: Site *Ceticismo Político*

Há uma tentativa de desacreditar a esquerda e de acusar o partido Psol de usar a morte da vereadora para se projetar politicamente, principalmente, no trecho: “**a militância da extrema esquerda**” e “**decidiram criar o crime de 'ironia'**”. Na matéria de Mônica Bergamo, não há menção à militância da extrema esquerda, mas a “um grupo de advogados”, como vimos anteriormente. Quanto à atividade desse grupo de advogados, não conseguimos, para esta

pesquisa, rastreá-la (a jornalista não deixa na matéria as pistas de como teve acesso à informação), e não fica claro na matéria da jornalista o contexto da palavra “ironizado”. O fato é que a menção foi usada pelo *Ceticismo Político* para desqualificar a atuação dos advogados, quando destaca que eles “**decidiram criar o crime de ironia**”.

Para entendermos o porquê do interesse do site na matéria da *Folha* e o gancho dado a ela, precisamos pesquisar quem eram as pessoas que estavam por trás dessa publicação à época. Para isso, vamos nos reportar, principalmente, a três publicações.

A primeira é a matéria publicada pelo *O Globo*, com o título “Como ganhou corpo a onda de *'fake news'* sobre Marielle Franco⁵⁵”, publicada em 23 de março de 2018, na qual o jornal diz que investigou e usou dados do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para traçar o caminho das *fake news*. A segunda é a Nota Técnica nº 2 do *Monitor Digital*⁵⁶, um projeto que busca mapear, mensurar e analisar o debate político no meio digital, publicada em 24 de abril de 2018. A terceira e não menos importante foi o artigo escrito pelo autor da página, Carlos Augusto de Moraes Afonso que usa o pseudônimo de “Luciano Ayan” nas redes sociais, sob o título “Roteirista do Greg News tenta aplicar estratégias censórias e recebe resposta”⁵⁷, publicado em 3 de julho de 2018, que não está mais disponível no endereço, mas as duas primeiras das 14 páginas podem ser conferidas no anexo G, desta pesquisa.

O que é o *Ceticismo Político*? Apesar de ser chamado de site, da forma como se apresenta no momento da escrita dessa pesquisa, é um blog que trata sobre temas políticos. Não há nenhuma página ou descrição que diga claramente quem faz e os objetivos do blog, ou quando foi fundado e por quais razões. Aliás, o site original tinha como domínio “.org” (terminação usada por ONGs e outras atividades sem fins lucrativos) e, no momento desta pesquisa, o site está sob o domínio “.com” (comercial). Enfim, é um veículo que não se autodefine, mas que esteve conectado com os interesses do Movimento Brasil Livre, que se diz responsável pelas manifestações que culminaram com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, e apoiou a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Para o MBL, o petismo é “o inimigo do Brasil” e os petistas estão infiltrados em várias instituições, como universidades e veículos de comunicação. Isso e mais está dito em três vídeos publicados na sua página⁵⁸.

⁵⁵ Disponível em <https://glo.bo/2OB0Kw6>. Acesso em 1 nov. 2019.

⁵⁶ Disponível em <https://bit.ly/33wG0da>. Acesso em 01 nov. 2019.

⁵⁷ O artigo estava disponível em <https://bit.ly/37RcpOR>. Acesso em 13 jul. 2019.

⁵⁸ Disponível em <http://mbl.org.br/>. Acesso em 1 dez. 2019.

O Globo faz a ligação entre o MBL e o *Ceticismo*: “Em maio de 2016, o MBL publicou no *Facebook* um *link* para um texto escrito por Luciano Henrique Ayan no blog do grupo. O texto já foi apagado, mas é uma evidência da relação entre o MBL e Ayan” (CARIELLO; GRILLO, 2018).

Nessa mesma matéria, é publicado é enfatizado em um infográfico o caminho da *fake news* envolvendo a vereadora Marielle Franco, inclusive com um erro em relação à hora em que a matéria do *Ceticismo* foi publicada. *O Globo* diz que foi às 18h23 (tomando como base a hora que aparece em um print de post no *Facebook*), mas nessa hora a matéria da *Folha*, origem da publicação, ainda não havia sido publicada (isso aconteceu às 21h05). Enfim, horários que não batem ou inexistem, *links* quebrados e páginas não encontradas são comuns no material publicado pelo *Ceticismo Político* (não entramos no mérito dos motivos que levam a isso, se por vontade do administrador da página, falha técnica ou alguma determinação judicial para a retirada). O destaque é que a mesma publicação foi feita no perfil do MBL.

Figura 27 - O Globo traça caminho de fake news



Fonte: O Globo

O Monitor Digital faz a correção, em relação ao caminho da *fake news*, dizendo, inclusive, que a divulgação das informações falsas aconteceu em dois atos: primeiro como boatos nas redes sociais (*WhatsApp* e *Facebook*) e depois como notícia. Nesse segundo ato, inclui a *Folha* e a *Veja*, além do *Ceticismo Político*, como meios de difusão de boatos:

A coluna de Mônica Bergamo repercutir a postagem da desembargadora na noite do dia 16 e foi seguida pelo site Ceticismo Político, replicado pelo MBL e pela Revista Veja. Junto, somaram, em menos de um dia, mais de 650 mil compartilhamentos no Facebook. Como as manchetes dos três sites mais compartilhados não mencionavam que os boatos eram falsos, as matérias serviram como meio adicional de difusão das informações falsas (MONITOR, 2018).

Curiosamente, a notícia que teve mais audiência nas redes sociais não foi a original, publicada pela *Folha*, mas a do *Ceticismo*, seguida pela da *Veja*. Conforme análise do *Monitor Digital*, somente as três notícias tiveram mais de **650 mil compartilhamentos** em perfis do *Facebook*, sendo a maior parte, 360 mil, a partir do perfil do *Ceticismo*, que foi o único a ser retirado do ar, após estourar na página do site no *Facebook*. E só para não restar dúvidas sobre o fluxo da boataria na imprensa, vale a citação de parte da nota técnica, como reforço:

A coluna de Mônica Bergamo repercutiu a postagem da desembargadora na noite do dia 16 e foi seguida pelo site Ceticismo Político, replicado pelo MBL e pela revista Veja. Juntos, somaram, em menos de uma dia, mais de 650 mil compartilhamentos no Facebook. Como as manchetes dos três sites mais compartilhados não mencionavam que os boatos eram falsos, as matérias serviram como meio adicional de difusão das informações falsas (MONITOR, 2018).

Quem editou a matéria da *Folha* publicada pelo *Ceticismo*? Carlos Augusto de Moraes Afonso revelou, depois da repercussão negativa da matéria copidescada, que usa o pseudônimo “Luciano Ayan” nas redes sociais e que ele editou a matéria, é o autor do blog. Luciano Ayan ou Carlos Afonso se identifica como consultor de tecnologia da informação e “analista de guerra política”, portanto não tem formação jornalística.

Figura 28 - Identificação de editor do *Ceticismo Político*



Fonte: Twitter

Luciano Ayan sustenta que o *Ceticismo Político* não publicou mentira, que apenas repercutiu informação da *Folha* e **culpa a esquerda** (a presença da luta de classe no discurso) pela punição que teve (o *Facebook* apagou a página do *Ceticismo* e o perfil de Luciano Ayan): “Como os leitores sabem, decidi participar de um projeto de desmascaramento de censores após a **extrema esquerda** ter feito um teatro no mês de março para fingir que o site *Ceticismo Político* havia publicado uma “notícia falsa” sobre Marielle”. E, em outro trecho, apela para a literalidade do discurso, sem reconhecer os sentidos movimentados pela matéria: “A notícia somente seria falsa se a desembargadora dissesse que jamais deu aquelas declarações” (ROTEIRISTA..., 2018, grifo nosso).

O autor do *Ceticismo Político* ainda questiona o porquê do produto da jornalista da *Folha*, que descobriu o comentário da desembargadora e o transformou em notícia, não ter tido o mesmo tratamento pelos meios de comunicação. A um jornalista que lhe dirigia uma entrevista para o programa *Greg News (HBO)* sobre a matéria que espalhou mentiras sobre Marielle, o dono do *Ceticismo Político* questiona: “Poderia me dizer se você vai questionar a Mônica Bergamo por ter citado a declaração da desembargadora ou vai deixar claro que o processo é seletivo?” (ROTEIRISTA..., 2018).

Apesar de ser autor de um site/blog considerado sensacionalista e não confiável, nas matérias e monitoramentos relacionadas ao Caso Marielle, a pergunta de Carlos Afonso é pertinente: Por que a grande imprensa restringiu as críticas à *Folha* de São Paulo, que foi a origem da matéria amplificadora de boato? A falta de credibilidade e o fato de o veículo não pertencer à “tribo jornalística” (TRAQUINA, 2013), corporativismo ou pura defesa do jornalismo profissional em tempos de *fake news*, podem ser explicações válidas.

Enquanto *O Globo* e outros veículos da imprensa tradicional acusam o *Ceticismo Político* de ter deturpado a matéria da *Folha*, isentando o veículo de uma responsabilidade assumida pela própria *ombudsman* do jornal, a pesquisa do *Monitor Digital* coloca o *Ceticismo Político*, a *Folha* e a *Veja* no mesmo patamar: “Embora o alcance da difusão no WhatsApp e depois nas redes sociais tenha sido ampla, a repercussão na imprensa também ajudou a difundir o boato porque as manchetes das matérias não indicavam que as informações sobre Marielle eram falsas” (MONITOR, 2018).

O *Ceticismo Político* não é um veículo jornalístico (não é feito por jornalistas, não reúne suas principais características: periodicidade, universalidade, publicidade...), mas o público em geral não faz essa diferenciação. Além do que, no decorrer dessa pesquisa, como já foi dito, nos deparamos com a constatação de que alguns conteúdos anteriormente publicados pelo blog

foram retirados e, ao clicarmos no endereço correspondente aparece a mensagem “página não encontrada (erro 404)”. Os chamados “links quebrados” estão relacionados à perda de credibilidade. Um detalhe que precisa ser citado é que, embora a matéria do *Ceticismo* tenha sido retirada da Internet, não foi feito um monitoramento de outros sites e páginas que replicaram a matéria para que o texto considerado *fake news* fosse banido da Internet. Um dos exemplos é o do site *Exata News*⁵⁹, que continuava ativo em dezembro de 2019, no momento da escrita deste trecho da pesquisa.

Trabalhamos, então, com a premissa de que o *Ceticismo Político* foi punido (sendo citado em pesquisas e reportagens como fonte de *fake news* e teve a página banida pelo *Facebook*) muito mais por causa desse contexto e do seu viés político e sensacionalista, do que propriamente pelo conteúdo (que afora algumas nuances próprias já identificadas anteriormente) que foi replicado da *Folha*, um veículo reconhecidamente jornalístico, que goza de credibilidade no meio e na sociedade em geral.

3.3 A *Veja* e o efeito do desmentido no jornalismo, uma checagem tardia

O site da revista *Veja* foi um dos primeiros a replicar a matéria de Bergamo, o fez exatamente às 22h46 do dia 16 de março de 2018. A matéria com o título “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos” foi a segunda mais replicada na rede social *Facebook*, com 251 mil compartilhamentos, só perdendo para o *Ceticismo Político*. Mas, esse não foi o principal motivo da escolha desse texto entre os cinco que nos propomos a analisar. A *Veja*, até onde esta pesquisa pôde checar, foi o único dos textos que selecionamos para esta análise que voltou à publicação original para fazer a correção, alterando-o, para registrar que a desembargadora havia replicado boatos. A questão é que isso não foi feito imediatamente, apenas no 9 abril de 2018, às 17h01.

⁵⁹ Disponível em <https://bit.ly/2XZRDay>. Acesso em 7 dez. 2019.

Figura 29 - Manchete da *Veja* em 16 de março de 2018 (matéria original e modificada)



Fontes: *Google News Archive* e site da *Veja*

Poderíamos dizer, sendo demasiadamente complacente que houve uma “checagem tardia”, embora que não tenha sido exatamente isso que a alteração feita no texto nos passa. Não houve pedido de desculpa ou referência ao erro cometido na matéria publicada em 16 de março, que foi não estar dito que a desembargadora disseminava mentiras, apenas uma atualização da matéria, acrescentado ao subtítulo: “Com base em fake news”, e ao segundo parágrafo a frase: “Ao fazer o post, a desembargadora se baseou inadvertidamente em *fake news* (notícias falsas) que correm pela web”. Além disso, apenas alguns arranjos, como mudar um parágrafo de lugar. Essencialmente, a matéria conta com as mesmas informações contidas no texto da *Folha*, com exceção da informação sobre a replicação do falso boato, visto que a *Folha* não alterou seu texto, até este momento.

Os locutores são semelhantes: a desembargadora Marília Castro Neves, cuja fala está presente em presente em três dos quatro parágrafos da matéria e mais no print do comentário dela no *Facebook*; a *Folha* e sua jornalista Mônica Bergamo, a quem são reputadas a descoberta do comentário e uma fala pós-comentário de Marília; o magistrado aposentado Paulo Nader, que é citado como autor da página do *Facebook* na qual Marília comentou, em uma frase: “O comentário foi feito como resposta a uma postagem do advogado Paulo Nader, que chamou a parlamentar de “lutadora dos direitos humanos”. Também a presença de um novo locutor: a *Veja*, mais um veículo de comunicação, com alcance nacional, portanto um reforço do jornalismo às declarações da desembargadora, pelo menos, antes da alteração na matéria. Eles se inscrevem nas mesmas formações discursivas analisadas na matéria da *Folha*.

Não há menção ao “grupo de advogados”, presente nas matérias da *Folha* e do *Ceticismo*, mas não enxergamos isso como um prejuízo à polifonia, no caso da *Veja* (diferentemente do que ocorre com o *Extra*, o próximo veículo a ser analisado), justamente porque, na nossa interpretação, o texto da *Veja*, apesar de tão problemático quanto os demais analisados, diz (em um enunciado identificado como de autoria da *Veja*, pois não cita fonte) reforça uma posição positiva, no quanto parágrafo, em relação à vereadora Marielle Franco: “Ativista dos direitos dos negros e das mulheres, Marielle foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, em um ataque que também vitimou o motorista Anderson Gomes, que dirigia o carro em que ela estava” (DESEMBARGADORA..., 2018, grifo nosso).

O mesmo parágrafo traz uma informação truncada e que foi alvo de desmentidos baseada em uma nota do Ministério da Segurança Pública, que dizia que a munição no assassinato havia sido roubada: “As investigações já determinaram que a munição usada no crime pertence a um lote destinado à Polícia Federal de Brasília em 2006 e que foi roubado. Balas do mesmo lote também foram usadas na chacina que deixou 17 mortos na Grande São Paulo, em 2015” (DESEMBARGADORA..., 2018). Na verdade, a investigação até aquele momento não determinava nada, tudo era muito obscuro e ainda continua sendo, 20 meses depois quando escrevemos esse trabalho. O G1⁶⁰, no dia 19 de março, traz um esclarecimento em relação a esse suposto roubo de arma dizendo que a PF havia intervindo em um roubo que ocorrera os Correios da Paraíba e que, no local, achou cápsulas de munições diversas, dentre elas do lote investigado, do qual teria saído também os projeteis que matou Marielle e Anderson. Longe de querer resolver esse assunto (precisaríamos de outras pesquisa para isso), toda essa explicação é para mostrar que as falhas de checagem estão presentes na matéria e que a pressa (característica do jornalismo diário) promove textos incompletos e até mentirosos (mesmo quando não há intenção de mentir).

Em relação aos delocutários, fala-se das mesmas pessoas, sendo Marielle e Marília as figuras centrais, tendo a primeira ampla voz e a segunda não foi ouvida (familiares e partidos), restringindo também os sentidos. O alocutário (a quem o discurso se dirige) é o leitor da *Veja*, primeiramente, mas à medida que o texto foi compartilhado 251 mil vezes, amplia-se esse raio de alcance. A partir dos comentário feitos na matéria, é possível ver a luta de classe, as posições diferenciadas dos leitores, embora os comentários em favor de Marielle ou ao menos que tentam ponderar para a possibilidade de erro da informação da desembargadora estão em menor número.

⁶⁰ Disponível em <https://glo.bo/38gl8KC>. Acesso em 7 dez. 2019.

Figura 30 - Recorte de comentários de leitores da *Veja*

 **Bruno Vieira** 17 mar 2018 - 21h09
A mídia 'imparcial' prefere dar audiência para um partido de extrema esquerda terrorista, que usa suspeitas ainda não confirmada dessa morte para fazer palanque político e pedir o que sempre defenderam "o fim da policia militar" assistam ao video do velório e vejam essa tremenda barbarie desses canalhas, cretinos e desonestos. Quem é contra policia sem dúvida defende bandido ou é age como tal!

 **Eduardo** 17 mar 2018 - 21h54
A norte dessa vereadora serviu para trazer a tona a vergonha que toma conta desses grupos "humanitários", e desmascarar o PSOL. O Brasil precisa evoluir, e não será com esse lixo.

 **sinesio gimene** 17 mar 2018 - 22h18
é muita babaquice, a mídia bandida , a esquerda ordinaria toda junta pra promover as parcarias que esta militante da esquerda fazia, dividia, ajudava quem? os negros, os favelados? por acaso nao existem brancos nos morros, só negros? ela nao defendia , ela dividia , queria votos , assim que vive políticos , explorando a desgraça alheia

 **Gabriela Reis** 18 mar 2018 - 01h05
Como pode uma desembargadora fazer um comentário tão esdrúxulo assim?! Lamentável... Creio que a Marielle não estava envolvida com o tráfico, e sim com comunidades, pessoas com baixa renda ou nenhuma renda ! Pessoas que não são ouvidas nessa sociedade burguesa hipócrita. E daí que ela protegia mulheres negras? Que bom que tinha alguém para lutar por elas.. e tenho certeza que se fosse para lutar por mulheres no geral, ela lutaria! Independente da causa do assassinato, como essa " desembargadora" pode trata lá com.k um cadáver comum ? Não existem cadáveres comuns!! Existem pessoas com histórias de vida, com família, amigos, filhos ..e que estão morrendo, assassinadas, perseguidas e baleadas. E por acaso isso é comum ? ... Gostaria de saber se fosse um parente dela que tivesse sido morto nessas condições. Ainda sim seria um cadáver comum Sra desembargadora?!
Mais respeito ao ser humano.

Fonte: site da *Veja*

Como nem todos os leitores voltam às matérias já lidas, queremos refletir que, embora a atitude da *Veja* seja a mais correta, à medida que ficará registrada a matéria com o esclarecimento de que a desembargadora disseminou mentira e não mais o sentido restrito que a matéria sem essa informação gerava, a correção não desfaz todos os prejuízos gerados em se tratando da disseminação de *fake news*. A não ser com um objetivo específico (tirar um dúvida que ficou no texto, analisar, tentar mostrar a alguém), dificilmente quem leu essa matéria durante os 23 dias em que ela esteve exibida sem a correção vai voltar a ela novamente. Então, a alteração, no nosso entendimento, é importante mas seus efeitos não desfazem os causados pelos falso boatos disseminados, antes do ajuste.

3.4 O *Extra* e seu discurso intensificador da monofonia

O site do jornal *Extra* reproduziu a *Folha* no dia seguinte à sua publicação, às 9h24 do dia 17 de março de 2018, com o título “Desembargadora acusa Marielle Franco de ‘engajamento’ com bandidos”⁶¹. Além da obrigação de conhecer e seguir o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros⁶², os profissionais dos grandes veículos de comunicação se guiam

⁶¹ Disponível em <https://glo.bo/2P0accM>. Acesso em 7 dez. 2019.

⁶² Disponível em <https://bit.ly/350Lzlx>. Acesso em 7 dez. 2019.

por manuais, normas e princípios próprios editados pelos veículos. O *Extra*, um veículo integrante do *Grupo Globo* tem exposto, inclusive, em seu site esses princípios e, no entanto, neste caso particular (sem fazer juízo de valor da conduta geral do veículo) não os observou, no tocante à checagem de fontes e fatos. Apenas replicou garantiu que não seria furado, em um caso tão importante, não priorizou sua própria checagem e replicou a *Folha*.

Figura 31 - Manchete do *Extra* no dia 17 de março de 2018

Casos de Polícia

17/03/18 09:24

Curtir 10 mil

Tweetar

Desembargadora acusa Marielle Franco de 'engajamento' com bandidos



Fonte: site do *Extra*

Os mesmos locutores (com o acréscimo da validação de mais um veículos jornalístico, o próprio *Extra*), falavam da mesma delocutária (Marielle Franco), dando voz única ao discurso da desembargadora Marília Castro Neves, cortando o trecho que ensaiava uma resistência ao que esta dizia: a voz já fraca do “grupo de advogados” que queriam denunciar a representante do TJRJ, por “ironizar” (não por caluniar ou por disseminar mentiras) a morte de Marielle.

O *Extra* não diz que a desembargadora havia replicado *fake news* e não houve atualização posterior da matéria. Pelo produto apresentado, não checkou o que foi dito pela desembargadora e se era uma fonte confiável. Silenciou a voz que podia ter algum viés dissonante, que podia esclarecer os fatos e equilibrar a luta de classes no discurso. À luz dos Princípios Editoriais do Grupo Globo falhou na checagem:

Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem priorizar sempre suas próprias investigações e publicar o que resultar delas apenas se houver convicção formada de que a reportagem é legítima. Dessa forma, não é automática a publicação de repercussões sobre reportagens de outros veículos. Isso só deve ocorrer se o exame da reportagem produzir, de imediato, a convicção de que nela há elementos de verdade. Do contrário, é imperioso que haja investigação própria e, somente depois, se for o caso, repercutir a reportagem. Há ocasiões em que a mera publicação de uma

reportagem produz efeitos instantâneos. Quando for assim, publicam-se os efeitos, descreve-se a reportagem, mas ressaltando-se a sua origem e, de modo algum, acolhendo-a como verdadeira. Tudo dependerá do caso, do assunto, do momento e dos efeitos que ela produzir. Mas pode-se dizer, de modo geral e a título de exemplo, que um ministro emitir uma nota respondendo a uma reportagem não é motivo suficiente para que um veículo do Grupo Globo a repercuta, antes de investigação própria; a queda do ministro, porém, sim, justifica a publicação (PRINCÍPIOS..., 2011).

Usando o mesmo argumento do *Ceticismo Político*, o *Extra* não mentiu, apenas, ao reportar a matéria da *Folha*, replicou o que a fonte havia dito, em oito parágrafos. Neles, teve o cuidado de consertar o cargo do magistrado aposentado Paulo Nader, que a *Folha* chama de advogado; acrescentou que a desembargadora estava no cargo desde 11 de dezembro de 2016 e trouxe as informações de que a vereadora tinha 38 anos e foi morta com dois tiros na cabeça). Afora isso, nenhuma informação que pudesse ampliar os sentidos do discurso de ódio que tomava conta da Internet. Foi paráfrase e não polifonia. Acontece que jornalismo é mais do que isso. Como sugere o trecho dos Princípios Editoriais do Globo, que devem ser seguidos por todos os profissionais dos veículos que o integram, jornalismo é checagem de fatos e fontes, porque reportar qualquer cidadão pode fazer, e faz.

A matéria que o *Extra* poderia ter esperado para fazer foi publicada um dia depois, em 18 de março de 2018, às 14h23, com o título “Mentiras sobre Marielle Franco se espalham nas redes sociais: EXTRA faz a checagem”⁶³. Aliás, no mesmo dia da replicação da matéria que foi considerada “combustível” de *fake news*, às 16h32, o *Extra* publicou outra matéria que poderia ter feito toda a diferença se a informação tivesse sido atrelado a que só dava voz à desembargadora, com o título: “Irmã de Marielle afirma que tomará providências contra difamações e calúnias sobre a vereadora”⁶⁴. A voz que faltou no texto anterior lançava luz a todo um discurso de uma desembargadora afeita a polêmicas, inscrita em formações ideológicas de sua classe social e alheia à vida fora do ambiente que frequentava, que se achava no direito de estigmatizar uma pessoa, por ela ter nascido na favela.

O *Extra* seguiu acompanhando o caso, publicando outras matérias que reforçavam que existia uma fábrica de boataria contra Marielle Franco, assim como fez a *Folha* também nos dias que se seguiram à matéria monofônica. Ambos os veículos preferiram não alterar as matérias mal apuradas e incompletas, mas investiram em outras que foram esclarecedoras e devem ter tido um papel importante para a refutação dos boatos. Nesta pesquisa, não temos

⁶³ Disponível em <https://glo.bo/2P0xajW>. Acesso em 7 dez. 2019.

⁶⁴ Disponível em <https://glo.bo/2PnV2wJ>. Acesso em 7 dez. 2019.

como aferir se essa atitude foi suficiente para eliminar os danos gerados pela primeira matérias, mas, com certeza, atenuaram o mal.

3.5 Portal T5: informação no texto, mas título caça-cliques

O Portal T5, da Rede Tambaú de Comunicação, foi o único veículo paraibano que identificamos ter repercutido a notícia da *Folha*, embora não cite o jornal como fizeram os demais, publicando o texto às 17h52 de 17 de março de 2018, com o título “Magistrada acusa vereadora Marielle Franco de ligação com o Comando Vermelho” e subtítulo “Desembargadora Marília Castro Neves afirma que vereadora foi morta por "descumprir acordos firmados". PSOL promete ação na justiça”⁶⁵. Àquela altura já era certo que se tratava de boato falso, mas o veículo preferiu manter o título sensacionalista, que gerando tráfego em sites e compartilhamentos nas redes sociais.

Figura 32 - Manchete do Portal T5 em 17 de março de 2018

TV TAMBAÚ (HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/VIDEOS/TV-TAMBAU) ESPECIAIS

BRASIL

Magistrada acusa vereadora Marielle Franco de ligação com o Comando Vermelho

Desembargadora Marília Castro Neves afirma que vereadora foi morta por "descumprir acordos firmados". PSOL promete ação na justiça.

Por Redação Portal T5
17/03/2018 17h53 - Atualizado 17/03/2018 às 17h52

f () t 0

O Partido da Solidariedade (PSOL) estuda entrar com uma ação contra a desembargadora Marília Castro Neves, por calúnia e difamação, por conta das declarações dadas pela magistrada em relação a vereadora Marielle Franco, morta na última quarta-feira (14), no Rio de Janeiro.

Em postagem feita numa rede social, a desembargadora afirmou que Marielle fora eleita pelo "Comando Vermelho", facção criminosa que atua nas comunidades do Rio de Janeiro, e foi executada por "descumprir compromissos assumidos" com eles:

Fonte: *Portal T5*

O texto da matéria assinada por “Redação” é totalmente diferente dos outros quatro que foram analisados anteriormente. De fato, não podiam dar o crédito à *Folha*, a não ser pelo título,

⁶⁵ Disponível em <https://bit.ly/2DWMJTU>. Acesso em 7 dez. 2019.

que vinha sendo replicado com versões diferentes, mas com o mesmo sentido, desde a noite do dia 16 de março de 2018. Neste caso, a ligação dessa matéria foi feita com as demais pelo título que se remete ao comentário da desembargadora Marília Castro Neves no Facebook, que, como já vimos, foi “descoberto” (pela imprensa) pela jornalista da *Folha de S. Paulo*, Mônica Bergamo.

Por causa do texto diferenciado, vamos nos deter um pouco mais na estrutura da matéria. São sete parágrafos, distribuídos da seguinte forma, com os seguintes enunciados (grifos nossos): 1. O Partido da solidariedade (Psol) estuda entrar com uma ação contra a desembargadora por calúnia e difamação (a responsabilização dos caluniadores ainda aparece como uma possibilidade e não como uma certeza); 2. Marília Castro Neves afirma que Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho, facção criminosa que atua nas comunidades do RJ, e que foi executada porque descumpriu compromissos assumidos (o enunciado que dá origem ao título); 3. O vereador Tarcísio Motta (Psol-RJ), afirma que as declarações da desembargadora são absurdas e que serão tomadas medidas legais contra elas (o termo “declarações” bastante usado na matéria, deveria ter sido substituído por mentiras ou falsos boatos, visto que, ao tempo em que a matéria foi divulgada sites de checagem, como o *Boatos.com*, *Aos Fatos* e *E-Farsas*, como vimos no item 1.6 desta pesquisa, já haviam desmontado a fábrica de boataria); 4. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Marcelo Chalhó, diz que está reunindo material referente à declaração para entregar ao vice-presidente da Comissão (o enunciado é bem confuso. Por que o presidente vai reunir material para o vice? Qual seria o destino desse material?) 5. O Ministério Público do Rio de Janeiro afirma que desembargadora tem foro no STJ por prerrogativa da função (ou seja, o MP estadual não tem competência no caso e nem deveria aparecer como fonte); 6. O jurídico do Psol fez postagem pedindo que todas as acusações sejam enviadas para um e-mail, pois a ideia era processar os autores (não passa uma certeza quanto à possibilidade de punição dos disseminadores de calúnias contra Marielle); 7. Psol estuda ações contra o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), que também postou acusações contra Marielle (de novo, não há certeza sobre a responsabilização dos agressores).

Além dos sete parágrafos de texto, a matéria traz uma foto e o post da desembargadora no *Facebook*, que reforça o discurso de ódio contra Marielle, presente no título e subtítulo e também no segundo parágrafo da matéria. A disposição e o tamanho da fotografia e do post da desembargadora, na tela do computador, aparecem desproporcionais ao texto, levando o leitor a dar mais atenção às imagens. Já o post do Psol, fazendo um apelo às pessoas para denunciar aparece pequeno, no fim do texto, no canto direito. Na tela do celular, as imagens aparecem da largura da tela, reforçando o texto.

Em relação aos locutores, primeiro destacamos o *Portal T5*, que assume o discurso quando assina “Da Redação”. O site integra um dos cinco grupos de comunicação do Estado (RTC), que conta com a TV Tambaú, afiliada do SBT, no Estado e, portanto, tem audiência, mesmo não liderando os primeiros lugares das pesquisas. Os demais locutores são: o Psol

(partido de Marielle, que se torna sua voz), a Comissão de Direitos Humanos da OAB (que também representa os interesses de Marielle, o Ministério Público (que, por não ter atribuição, se torna uma figura neutra) e a desembargadora (que faz antagonismo a Marielle e, embora estando em desvantagem entre os locutores, tem seu discurso projetado no título da notícia, levando a uma leitura equivocada sobre o assunto).

Uma outra análise precisa ser feita. Além de sabermos que muita gente lê apenas o título das matérias e, quando muito os primeiros parágrafos, o título faz com que você já vá para o texto com uma certa expectativa. Por isso, os manuais dos principais veículos de comunicação, incluindo a *Folha* e o *Globo* (citados neste trabalho), orientam os profissionais a não fazerem uso dos títulos caça-cliques, que são chamadas criadas unicamente para gerar tráfego que não têm sustentação no texto. É assim que interpretamos a manchete do *T5*, que poderia ter sido: “Desembargadora **dissemina boatos** contra Marielle Franco” (escolhendo este teria que fazer ajuste no texto, deixando clara esse enunciado que fica nas entrelinhas) ou “Psol **vai processar** desembargadora por calúnia e difamação contra Marielle” (que está dito “estuda entrar com ação” no texto).

Enfim, não podemos especificar o motivo que levou o profissional que editou a matéria a escolher o título “Magistrada acusa vereadora Marielle Franco de ligação com o Comando Vermelho” (nem ele mesmo pode saber), quando já se sabia que a representante do TJ-RJ estava disseminando *fake news*. O fato é que, fazendo isso, ele se inscreveu nas mesmas formações discursivas da desembargadora, que, como já vimos, na análise das outras notícias, estigmatiza o pobre favelado e a esquerda e impõe um padrão, uma “identidade social” conforme seus pré-conceitos, às pessoas que nascem ou moram em favelas e estão ligadas a partidos de esquerda.

Fazendo uma rápida memória das matérias analisadas, podemos dizer que os sujeitos dos discursos (os locutores e enunciadores e os alocutários) interpretaram os boatos falsos sobre a vereadora carioca, Marielle Franco, não só pelas suas visões de mundo, mas pelas posições que ocupavam enquanto sujeitos do discurso. Em todas as matérias analisadas, os acusadores de Marielle Franco tiveram mais representatividade no texto (seja pelo cargo/posição que ocupam, seja pelo espaço dado para que pudessem expressar suas ideologias e mostrar suas armas nesse campo de luta, que é a linguagem, seja ainda pela própria construção e hierarquização das informações nas reportagens, representada nos títulos, subtítulos, *leads* e imagens) do que os defensores da vereadora (estes tiveram seus discursos interditados, suas vozes silenciadas e suas falas ridicularizadas). Chegando até aqui, já fazendo uma leitura sobre a contribuição da AD para a nossa pesquisa, que “nos coloca em estado de reflexão e, sem

cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2015, p, 8). Explicaremos melhor as nossas impressões nas considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Enquanto todo mundo / Espera a cura do mal / E a loucura finge / Que isso tudo é normal / Eu finjo ter paciência / O mundo vai girando / Cada vez mais veloz / A gente espera do mundo / E o mundo espera de nós / Um pouco mais de paciência”.

(Lenine)

Chegamos ao fim desta pesquisa com a sensação que sempre temos que voltar, que rever, que consertar, melhorar. Iniciamos esse processo revoltados com a constatação de que o jornalismo dissemina *fake news*. Essa questão nos inquietou, nos angustiou. Decidimos explorar o assunto e, ao longo desse processo, fomos “aceitando” (assim mesmo, entre aspas) que a engrenagem da fábrica de notícias também pode ser usada para produzir boatos e isso não acontece apenas no jornalismo “mal intencionado”. Basta um vacilo, uma peça que não funciona, uma falta de cuidado no “setor de qualidade” para que o produto saia com falhas e comprometa não só a saúde e a segurança dos consumidores de notícias, mas também a credibilidade da instituição chamada “jornalismo”. Mesmo compreendendo isso, nos conscientizamos que não podemos nos acomodar com “uma Escola Base, a cada dia”⁶⁶.

Neste trabalho, decidimos interpretar e pressupor que a notícia que deu origem ao tratamento midiático das *fake news* contra a vereadora Marielle Franco, escrita pela jornalista da *Folha de S. Paulo*, Mônica Bergamo, foi um erro na “linha de produção”, principalmente, em razão da pressa para publicar, da instantaneidade, que é uma característica do jornalismo digital. Aqui, não consideramos a possibilidade de ter havido deliberada vontade de propagar de falsos boatos. Se fôssemos levar em consideração essa última hipótese (que não descartamos), caberiam outros estudos com outros direcionamentos, outras bases de pesquisa, outras interpretações.

⁶⁶ Referência ao título de artigo da jornalista Nereida Beirão, que aborda o caso de destruição da reputação de uma escola em São Paulo, após uma falsa suspeita de abuso sexual de crianças, em 1994. Tratamos disso na primeira parte deste trabalho.

Nossa pesquisa problematizou sobre a capacidade do discurso jornalístico de movimentar sentidos e sobre a possibilidade do método de checagem de fontes e fatos evitar a produção e disseminação de boatos. Analisamos que a capacidade profissional dos jornalistas de desbancarem *fake news* esbarra, muitas vezes, na rotina produtiva, sujeita às limitações de tempo e às condições de produção.

Nesse caminho, procuramos identificar o fluxo percorrido pelos falsos boatos, a partir do comentário da desembargadora Marília Castro Neves no *Facebook*, no dia 16 de março de 2018, endossando informações caluniosas que estavam sendo disseminadas nas redes sociais, desde o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes. Nos detemos mais especificamente no processo de midiaticização desses boatos, a partir da reportagem da *Folha de S. Paulo* e de sua repercussão em mais quatro veículos de comunicação online: *Veja*, *Ceticismo Político*, *Extra* e *Portal T5*.

Analisando o funcionamento do discurso nos cinco textos selecionados, reconhecemos as vozes, os lugares de fala dos sujeitos, o silenciamento e os sentidos movimentados (restringidos e produzidos), a partir das formações discursivas. Nessa tentativa, com base na *mea culpa* da *Folha*, registrada pela *ombudsman* Paula Cesarino Costa, e em outras análises de jornalistas e pesquisadores de jornalismo e de tecnologia da informação, que consideraram que o jornalismo amplificou os boatos, levantamos a hipótese que os sentidos poderiam ter sido outros, caso o método jornalístico de checagem de fatos e fontes tivesse sido seguido com rigor. Apesar de as cinco notícias terem, aparentemente, a mesma base, que foi o texto produzido pela *Folha*, o veículo que descobriu o comentário da desembargadora e o transformou em notícia, procuramos ver cada um dos discursos sob uma ótica diferente. Enxergamos, em cada um, as vozes amplificadas e silenciadas e os sentidos movimentados.

Na *Folha*, destacamos, além de ter sido a descobridora do comentário calunioso da representante do Judiciário, o fato do texto ter sido produzido por uma das jornalistas mais influentes e experientes do jornal e em um dos maiores veículos de comunicação do Brasil, e, mesmo assim, ter falhado na checagem do fato noticiado (boatos sobre a vereadora carioca) e da fonte considerada (a desembargadora que mantinha uma atitude polêmica nas redes sociais) e na construção do discurso. Registramos que, em nenhum momento, a notícia citou que se tratava de um falso boato; concluímos que houve silenciamento das vozes pró-Marielle e que o poder construído a partir das posições dos sujeitos falantes contribuíram para que os boatos fossem tidos como verdadeiros por milhares de leitores.

O *Ceticismo Político*, segundo veículo que teve texto analisado, acabou entrando no nosso *corpus* por não ser um meio jornalístico (não ser feito por jornalistas), embora tenha sido usado naquele momento para informar a um grande número de pessoas, levando em consideração que a matéria copidescada da *Folha* e publicada no blog teve mais de 360 mil compartilhamentos somente no *Facebook*. Foi o único veículo que, segundo nossa pesquisa, teve alguma punição, seja no “tribunal da Internet”, sendo apontado como foco de mentira, ou mesmo com punição administrativa, como foi a retirada da página do blog pelo *Facebook* da rede social. A imprensa considerou que o conteúdo publicado pelo *Ceticismo*, com base no texto de Bergamo foi “subvertido”, mas, conforme analisamos aqui, a informação principal e que resultou na repercussão foi a mesma dada pela *Folha*.

A *Veja* foi o único veículos dos que analisamos que voltou ao texto para fazer o registro de que a desembargadora estava replicando falsos boatos. O fez de forma tímida e atrasada (mais de 20 dias depois da notícia ter sido publicada), como atualização no mesmo texto. Não identificamos nem da *Veja* nem dos demais veículos estudados um pedido de desculpa formal, a não ser a crítica da *ombudsman* da *Folha*. Concluímos que a “checagem” tardia gera prejuízos irreparáveis, à medida que nem todos os leitores voltam às notícias já lidas ou têm acesso aos “erramos”. Também reconhecemos, essencialmente, as mesmas vozes e o mesmo sentido no texto publicado pela *Veja*, que, no geral, marginalizava a figura da vereadora Marielle Franco.

Já o *Extra*, veículo do grupo *Globo*, se contradisse quando replicou a matéria da *Folha* sem fazer a devida checagem, como prevê os “Princípios Editoriais” publicado pelo próprio veículo em seu site. Além disso, tornou o discurso menos polifônico quando, ao “enxugar” o texto da *Folha*, eliminou um parágrafo considerado importante e acabou calando o fio de voz que ensaiava um “outro lado”, que era a menção a uma crítica de um grupo de advogados às declarações da desembargadora. Os demais locutores continuaram exercendo o poder de seus lugares de fala, fazendo com que a interpretação mais forte fosse realmente de que Marielle estava “engajada com bandidos” e, por isso, foi morta.

Por último, analisamos o texto do *Portal T5*, sendo o único veículo do nosso *corpus* com conteúdo e audiência, majoritariamente, locais. Identificamos um conteúdo diferenciado, mais afastado do texto original da *Folha*, inclusive com outras vozes e mais atualizado (foi produzido na tarde do dia seguinte ao da *Folha*) em relação ao fato, já citando que o partido de Marielle, o Psol, estudava entrar com uma ação contra a desembargadora que havia caluniado a vereadora. No entanto, o título continuou passando a mesma mensagem das outras notícias

analisadas, que a desembargadora acusava Marielle de estar engajada com o Comando Vermelho, facção carioca. O típico caso do título caça-cliques e sensacionalista.

Além da identificação das vozes e da posição dos sujeitos que falam, consideramos que as formações discursivas presentes no discurso adotado pelo jornalismo, nesse caso da *fake news* sobre Marielle Franco, revelam preconceitos e estigmas contra pobres, negros e esquerdistas. Identificamos, a partir dos lugares de fala dos locutores, do interdiscurso e da interação dos veículos com seus leitores, através dos comentários feitos às matérias, a luta de classes. Enxergamos a tentativa da classe economicamente dominante de culpar as vítimas que moram na favela ou as pessoas engajadas politicamente nos partidos de esquerda pela violência na sociedade e por todo tipo de mazela a que são assujeitados e assujeitam os outros cidadãos que não vivem na favela. Destacamos o discurso da desembargadora dizendo que o comportamento de Marielle havia sido determinante para o seu fim, a velha tática de culpar as vítimas.

Durante esta pesquisa, notamos que as postagens que reproduziam *fake news* contra a vereadora do Psol, Marielle Franco, e que povoavam a Internet em março de 2018, muitas decorrentes do *Facebook* e do *WhatsApp*, realmente foram tiradas do ar, depois de intenso combate contra elas. No entanto, o mesmo não é observado em relação às mesmas informações que assumiram formato jornalístico, mas que trazem as mesmas mentiras e que levantam as mesmas suspeitas. Como exemplo estão quatro (a exceção é a do *Ceticismo* que não está mais disponível no site) das cinco matérias que analisamos aqui (cada uma com suas especificidades, embora todas tenham a mesma origem e produzam sentidos semelhantes). Essas “notícias falseadas” continuam na rede, embalando narrativas contra a esquerda, contra a favela, contra os negros e contra a comunidade LGBTQI+, pois Marielle se identificava com todas essas bandeiras.

Um dos pontos que mais nos chamou atenção nas matérias que se tornaram nosso objeto de estudo, nos textos originais publicados nos dias 16 e 17 de março de 2018, é que não houve sequer um alerta de que aquelas informações não tinham sido checadas. Avaliamos que faltou honestidade no texto. Quando dissemos que faltou honestidade não estamos nos referindo às intenções do jornalista envolvidos no processo de produção e publicação das notícias, pois, como explicamos, neste trabalho, não nos interessa analisar “o que” eles queriam dizer, mas tão somente “como” os discursos se apresentaram e como produziram sentidos. Nos referimos a, pelo menos, esclarecer no discurso que aquelas informações creditadas à desembargadora não tinham amparo, que a fonte não tinha provas.

Isso nos faz pensar o quanto precisamos falar sobre a qualidade dos nossos textos, no nosso ambiente de trabalho, nas nossas rodas de conversa com os colegas jornalistas, nas salas de aula. Precisamos falar sobre a produção de sentidos no jornalismo, principalmente, a partir de notícias incompletas, monofônicas e mal construídas, porque somos mais do que produtores de conteúdo, somos legitimados pela sociedade para construir a “realidade” em forma de notícia. E, se por um lado, não temos total controle sobre os sentidos movimentados, por outro temos a obrigação ética de oferecer aos leitores, ouvintes e telespectadores textos mais honestos, com mais qualidade, mais “transparentes” (no sentido de serem completos, porque o discurso em si é opaco).

Para analisarmos as notícias selecionadas, nos voltamos, na primeira parte deste trabalho, para alguns conceitos que precisavam estar claros para nós, antes de percorrermos o caminho da pesquisa, e que devem ser considerados no processo de produção da notícia, como: verdade, jornalismo, credibilidade, boato e *fake news*. Concordamos que, mais do que nunca (essa é a visão de quem vive a realidade contemporânea), na chamada “era da pós-verdade”, nós jornalistas precisamos entender de boatos — conforme DiFonso (2009) todos que desejam combater *fake news*, precisam, e, muito mais, nós, fazedores de notícias — no sentido, de saber lutar contra eles e ter “apreço pela verdade”.

Isso pode significar abrir mão daquele título sensacionalista e caça-cliques que a gente sabe que vai resultar em mais tráfego para o nosso site e em milhares de compartilhamentos nas redes sociais; que vai nos deixar mais conhecidos e que pode alavancar nossa carreira. Abrir mão de tudo isso pela ética, no exercício da honestidade, quando não tivermos apurado bem, quando notarmos que há mais sensacionalismo do que realismo nesses artifícios para alavancar nossas notícias. Também precisamos fazer jus à polifonia, tendo em mente que o discurso jornalístico precisa manter essa essência. Isso significa ter que ouvir aquela fonte, antes de publicar, mesmo sabendo que ela (a fonte) pode tornar nossas “verdades biodegradáveis” e acabar com a manchete do dia.

Ainda nessa busca por alicerçar nossa análise com referências teóricas, tivemos a oportunidade de repensar nossa prática, de tentar compreender os fatores que pode nos fazer errar — como os que abordamos durante esta pesquisa, em especial, o fetiche pelo tempo ou pelo “nanotempo”, tratado aqui por meio dos conceitos e reflexões trazidos por Traquina (2013, 2018), Ramonet (2000), Moretzsohn (2002) e Figaro (2013) —, e de considerar, nessa análise, as etapas da produção de uma notícia, sendo sensíveis às possibilidades, às limitações e às dificuldades impostas pela prática profissional dos *newsmakers*. Essa tentativa de empatia não

foi para desculpar os erros identificados, mas para não construirmos neste trabalho redações “de faz de conta”, quando a realidade do cotidiano é outra.

Também consideramos o papel das agências de *fact checking*, especificamente, no Caso Marielle, observando que, das dez plataformas especializados em checagem de fatos no Brasil, seis trouxeram alguma checagem sobre esses falsos boatos, mas somente após eles terem entrado na pauta do jornalismo diário e terem sido disseminados em forma de notícias incompletas. Ou seja, as agências chegaram atrasadas ao caso e, embora possam ter contribuído (imaginamos que sim, embora não tenhamos estudo sobre isso) para combater aquela primeira onda de *fake news* contra Marielle (vimos que até hoje, a desinformação campeia), não foram capazes de desbancá-la no seu nascedouro: as redes sociais.

A prática de checagem de fatos e fontes é uma das garantias que, aos nossos olhos, assegura a manutenção do “contrato pragmático fiduciário” – lembrando Alsina (2009) – firmado entre o jornalismo e a sociedade. Mesmo sendo a realidade uma construção social e os jornalistas os construtores dessa realidade através das notícias, há verdades que existem a despeito da nossa vontade e que precisam ser ditas e estarem registradas no texto jornalístico, que não precisa ser opinativo ou pretensamente neutro, mas precisa ter pluralidade de fatos e fontes e clareza, não perdendo de vista o objetivo de informar com qualidade. É essencial ter em mente que nenhum discurso está livre do político e do ideológico, o que buscamos é a pluralidade.

Discutimos sobre a necessidade do jornalista de ter e usar um método de apuração e de construção de uma notícia. Do contrário, funciona apenas como produtor de conteúdo e, isso, na configuração social atual, qualquer cidadão podem ser. Os jornalistas, lembrando Traquina (2013), fazem parte de uma “tribo” ou de uma “comunidade interpretativa transnacional”, que tem um modo de enxergar, de fazer, de falar, que torna exequível a profissão, nos dá uma identidade única, mas também pode funcionar como um *check list* mental (pois as fases de construção da notícia são seguidas de forma automática, com a experiência) para a redução de danos, de erros.

Nossa hipótese era que o método de checagem de fatos e fontes poderia reduzir em 100% os riscos de produção e publicação de informações incompletas, boatos ou *fake news*. Nosso encontro com a Análise de Discurso Francesa mudou tudo. Foi como um clarão no meio do caminho, que, em princípio nos atordoou, mas depois nos deu um conforto de visão. A intenção inicial era provar, a todo custo, que as técnicas jornalísticas de checagem e produção de notícias poderiam, por si só, “livrar” os jornalistas de serem mal interpretados. A maior

contribuição que a AD nos deu, nesse percurso, foi minar esse achismo, fazendo-nos duvidar daquilo que parecia tão óbvio, tão claro, tão definitivo.

Compreendemos mais um pouco sobre o funcionamento da linguagem. Aceitamos que, por mais que ainda estejamos contaminados pelo ideal da “objetividade”, o discurso jornalístico nunca será transparente, pelo contrário – invocando, de novo Benetti (2018, p. 107) – é “opaco” e – como frisa tanto Pêcheux, quanto Orlandi – é “efeito e produtor de sentidos”. Assim, adquirimos a consciência que tudo o que dizemos em um texto jornalístico, independente das técnicas usadas, será ressignificado na recepção, considerando a interdiscursividade e a intersubjetividade.

Então, o método jornalístico não é importante? É demais! Já dissemos e mostramos nesta análise como a checagem devida pode fazer a diferença. De fato, a falta de rigor na produção da notícia leva à produção de textos mais superficiais, restritos de fontes e mais pobres de fatos, sem pluralidade e, portanto, mais sujeitos à interpretação de sentidos equivocados. Mas o método jornalístico não exclui a possibilidade de interpretação dos receptores e os sentidos podem funcionar independentemente da vontade dos sujeitos. Não contávamos com isso, antes da AD.

Esse conhecimento nos deixou mais fortes para refutarmos aquela ideia de que jornalistas não pensam, porque não dá tempo, porque “precisam agir” (TRAQUINA, 2013, p. 42), que nos parecia tão natural, mas que, agora, parece tão descabida. Mesmo sabendo da urgência que a profissão requer, não é possível conceber o jornalismo como uma atividade dissociada do pensamento, da reflexão. Não pode ser simplesmente algo que se faz automaticamente, sem pesar as consequências do dizer, sabendo que é importante não só ter a clareza de “o que” dizer, mas também de “como” dizer.

Ter no durante o ato de produzir, a percepção sobre os lugares/posições de falas de nossas fontes, em quais formações discursivas elas e nós (locutores/enunciadores) nos inscrevemos para falar de fatos e pessoas (delocutários) e, talvez, o mais importante se esses outros estão tendo, no nosso texto, as mesmas condições de luta ou se estão sendo silenciados, esmagados por um discurso dominante, mesmo nada plausível. Precisamos pensar sobre a quem estamos escrevendo (alocutários), que sentidos estamos movimentando, “como” o nosso texto, que é um recorte da realidade, será recebido. Resumindo, necessitamos pensar o campo da linguagem como um “lugar de emoção, de debate, de opressão, mas também de resistência” (PÊCHEUX, 2014, p. 7).

Essa compreensão nos levou a considerar que os sentidos que a notícia mal apurada publicada pela *Folha* naquele dia 16 de março de 2018, poderiam ser outros, caso não houvesse a tendência à monofonia; se as vozes por Marielle tivessem sido ouvidas; se não houvesse naquele discurso um desequilíbrio entre as armas das classes antagônicas ali representadas: direita/esquerda (política), abastados/favelados (condição social), brancos/negros (raça). Perceber que os primeiros representados sempre se sobressaem, nas vozes e na movimentação de sentidos, nos fez imaginar como nossas formações discursivas interferem no nosso “fazer”, ao ponto de não ter sido questionada a plausibilidade do que se dizia.

Não sabemos, ao certo, como seria recebida a notícia em questão caso Mônica Bergamo tivesse dito “Desembargadora dissemina *fake news* contra Marielle e deve ser denunciada ao CNJ”, em vez de “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’”. O primeiro título seria o desfecho mais honesto da notícia após uma devida apuração – como de fato, nos dias que se seguiram, as manchetes ganharam essa linha. O mistério sobre o assassinato de Marielle e Anderson ficaria sem resposta, mas a notícia não teria sido considerada “combustível” de *fake News* e, talvez, nem tivesse tido mais de 600 mil compartilhamento nas redes sociais.

Sobre o duplo homicídio de Marielle e Anderson, cabe registrar que, até a conclusão desta pesquisa, o crime permanecia sob investigação, visto que os acusados da execução foram presos, mas parte da sociedade e a família das vítimas ainda cobravam esclarecimentos sobre quem mandou matar e por quê. Justamente, esse clima de mistério, que permeia o caso desde o início, como destacamos nesta pesquisa, foi determinante para o sucesso da boataria. Se tentava, quase que desesperadamente (e isso inclui as tentativas da imprensa) achar os culpados e os motivos dessas mortes.

Também ao longo da pesquisa, não identificamos punição jurídica ou administrativa para nenhum dos veículos de jornalismo em relação às matérias incompletas, mal checadas e disseminadoras dos falsos boatos, a não ser a retirada da página do *Ceticismo Político* do *Facebook*. O que observamos nesse sentido foi o tratamento diferenciado dado por jornalistas, pelo *Facebook*, por pesquisadores e pelos cidadãos de uma forma geral aos veículos envolvidos no caso, mais especificamente à *Folha* e ao *Ceticismo Político*. O primeiro, mesmo sendo a origem de tudo, sofreu menos “julgamentos” do que o segundo, a partir, é claro, das notícias divulgadas a que tivemos acesso e mostramos nesta pesquisa. Isso também é um indicativo que os veículos de jornalismo, embora concorrentes, se protegem quando se trata de defender o mercado, à medida que citam o *Ceticismo* como disseminador de *fake news* e ignoram o papel

disseminador de boatos prestado pela *Folha*. Esse ponto, a nosso ver, mereceria um estudo específico para testar essa hipótese.

Assim como também mereceria uma pesquisa à parte mais direcionada a questão das punições jurídicas e administrativas para quem disseminou os falsos boatos, já que algumas notícias à época diziam que havia sido aberto um inquérito para apurar a responsabilidade dos disseminadores. Essas questões poderiam ser objeto de estudo, inclusive, junto aos órgãos do sistema de Justiça, advogados das partes e até familiares de Marielle e entre os próprios profissionais da comunicação envolvidos no processo.

As contribuições que esta pesquisa traz a esse tema é no sentido de problematizar sobre o papel do jornalista no processo de construção da notícia, a partir da observância do método de checagem de fontes e fatos e do funcionamento do discurso como “efeito de sentidos”. Foi uma tentativa de usar as possibilidades da AD para compreender mais o funcionamento do discurso jornalístico, defendendo, ao mesmo tempo, que não cabe apenas ao jornalismo “reportar”.

Entendemos que, embora o método de checagem de fatos e fontes não ofereça garantias 100% da prevenção de *fake News*, por causa do funcionamento da linguagem e da movimentação dos sentidos, ele continua mais indispensável do que nunca. Consideramos que quem está do outro lado do balcão (o consumidor de notícias), talvez não saiba que, além dos bons e dos maus profissionais e dos interesses empresariais, a cultura da profissão impõe aos jornalistas, os “construtores da realidade” ou *newsmakers*, rotinas, limitações e constrangimentos que interferem no produto final. Também pensamos nisso. Nem sempre é possível apurar como convém, mas não podemos naturalizar isso. Nem todo empresário da comunicação compreende que a subsistência de sua empresa está intimamente ligada à credibilidade conquistada dia a dia, mas é fato.

Sem a pretensão de fornecermos respostas às inquietações dos jornalistas atormentados entre o dever de apurar e a pressa para publicar, propomos a tarefa de apenas pensar. Sim, contrariando a realidade da falta de tempo das condições ideais de trabalho, lançamos a nós mesmo o desafio de sermos mais críticos em relação aos fatos que se apresentam, de confiarmos menos nas fontes – embora mereçam todo o nosso respeito – e até de questionarmos o testemunho dos nossos próprios olhos, como aconselha Morin (1986), a fim de construirmos discursos mais honestos, mais polifônicos. Deixemos os sujeitos interpretarem, ressignificarem os nossos discursos, mantendo a nossa consciência mais tranquila.

Não temos a ilusão de que o jornalismo deixará de publicar suas *fake news* de cada dia, mas estejamos alertas para que cada erro sirva de lição. Lembremos do conselho de Pêcheux (2014, p. 276), que não foi escrito para jornalistas, mas nos serve perfeitamente: “[...] não se deixa um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdue; é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A REVOLTA da Vacina. **Portal Fiocruz**. Rio de Janeiro, 25 de abr. de 2005. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª ed. Disponível em <https://bit.ly/2QOmUwi>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- AMORIM, Eduardo; MOURÃO, Mônica; PASTI, André. Assassinato de Marielle na mídia: a descontextualização de uma luta. **Carta Capital**. São Paulo: 19 de mar. de 2018. Disponível em <https://bit.ly/37UqMlt>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- ASSIS, Francisco; MARQUES DE MELO, José. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. vol.39 no.1 São Paulo Jan./Abr. 2016. Disponível em <https://bit.ly/2SyzNvu>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- BACELAR, Carina; RODRIGUES, Renan. Polícia Civil abre inquérito para responsabilizar criminalmente quem espalhou boatos sobre Marielle. **O Globo**. Rio de Janeiro. 23 mar. 2018. Disponível em <https://glo.bo/3c8FgjO>. Acesso em 27 dez. 2020.
- BASTOS, Helder. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia** - v. 9, n 2, p. 284-298, jul-dez. 2012. Disponível em <https://bit.ly/2B8Dn5R>. Acesso em 27 jan. 2019.
- BEIRÃO, Nereide Lacerda. “Uma Escola Base a cada dia”. **Observatório de Imprensa**. 13/12/2017 na edição 970. Disponível em <https://bit.ly/2UKC8po>. Acesso em: 8 set. 2019.
- BELL, Emily; OWEN, Taylor. Dossiê especial: um estudo do Tow Center For Digital Journalism sobre as novas plataformas na mídia. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, ano 6, n. 20. a 6, p. 49-83, jul-dez. 2017.
- BENETTI, Márcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, C.; LOPES, M. (Org). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 235 - 256
- BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: BENETTI, M.; LAGO, C. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia; LISBOA, Sílvia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**. v. 11, n. 2, 2015. Disponível em <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/664/666>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BENETTI, Márcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica**. Intertexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, p. 1-11 janeiro/julho 2006. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/26572>. Acesso em: 30 out. 2019.

BERGAMO, Monica. Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum'. **Folha de S. Paulo**. 16 de mar. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2G3lSaT>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. São Paulo: Vozes, 1976.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BURGOS, Pedro. **A necessidade de mudanças nos critérios dos títulos das matérias. Observatório de Imprensa**. Projor/Unicamp: São Paulo. 2018 edição 980. Disponível em <https://bit.ly/2L6aDzL>. Acesso em: 8 nov. 2019.

CAMPONEZ, Carlos. A crise do jornalismo face aos novos desafios da comunicação pública. In: **Atas do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas – Reflexividade e Ação**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. p. 9-12. Disponível em; <https://aps.pt/pt/atas-v-congresso/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional**. Coimbra: Minerva, 2002.

CANAVILHAS, J. (Org). **Notícias e Mobilidade. O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. Covilhã, PT: Livros LabCom, 2013.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. Disponível em <https://bit.ly/2ndjF2n>. Acesso em 27 jan. 2019.

CARIELLO, Gabriel; GRILLO, Marco Grillo. Como ganhou corpo a onda de 'fake news' sobre Marielle Franco. **O Globo**: Rio de Janeiro, 23 de mar. de 2018. Disponível em <https://glo.bo/2OB0Kw6>. Acesso em: 1 nov. 2019.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, 4ª reimpressão. Disponível em <https://bit.ly/2D8VxoP>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CORNU, Daniel. **Da deontologia do jornalismo à ética da informação**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, p.103-119, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/36646>. Acesso em: 30 abr. 2018.

COSTA, Paula Cesarino. Das Responsabilidades. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 mar. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2G83gTR> . Acesso em: 31 maio. 2018.

COSTA, Paulo Cesarino. O estampido das ruas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 18 de mar. de 2018. Disponível em <https://bit.ly/2rDJehO>. Acesso em: 30 nov. 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade - a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn. #VazaJato: as provas de que os chats são autênticos agora vêm de diversos veículos de comunicação – são definitivas e esmagadoras. **The Intercept Brasil**. 15 de jul. de 2019. Disponível em <https://bit.ly/2XJNYSi>. Acesso em: 8 set. 2019.

DESEMBARGADORA acusa Marielle Franco de 'engajamento' com bandidos. **Extra**. Rio de Janeiro, 17 de mar. 2018. Disponível em <https://glo.bo/2zsNmRI>, Acesso em: 17 mar. 2018.

DESEMBARGADORA diz que Marielle estava engajada com bandidos. **Veja**. São Paulo, 16 de mar. 2018. Disponível em <https://abr.ai/2GDuzXp>. Acesso em: 17 mar. 2018.

DIFONZO, Nicholas. **O poder dos boatos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FATOS alternativos é a "despalavra" de 2017. **Deutsche Welle**. Berlin, 16 de jan. de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Xgu8JX>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FERREIRA, Giovandro Marcus. **Contribuições da Análise do Discurso ao Estudo do Jornalismo**. XI Compós: Rio De Janeiro, 2002. Disponível em <https://bit.ly/2Tx2OaS>. Acesso em: 1 dez. 2019.

FÍGARO, Roseli. Perfis e Discursos de Jornalistas no Mundo do Trabalho. In: FIGARO, R.; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista**. São Paulo: Atlas. 2013. cap. 1, p. 7-137.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. **A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas**. *Líbero*: São Paulo, v. 19, n. 37, p. 71-80, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GADINI, Sérgio; JAVORSKI, Elaine. **Ombudsman no jornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

JERÓNIMO, Pedro. **Ciberjornalismo de proximidade: redações, jornalistas e notícias online**. Covilhã: LabCom. IFP, 2015. Disponível em <https://bit.ly/2MqeZEV>. Acesso em: 8 jul. 2019.

KAPFERER, Jean Noël. **Boatos: o mais antigo mídia do mundo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1993.

KUCINSKI, Bernardo. A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 9, No. 1 – janeiro a junho de 2012, p. 4 a 16. Disponível em: <https://bit.ly/2TtOArI>. Acesso em: 1 fev. 2019.

LIMA, Samuel. O assassinato de Marielle Franco: a cobertura “palaciana” e fake da Folha e do Estadão. **Observatório da Imprensa**. Projor: São Paulo, Ed. 980. Publicado em 29 de mar. de 2018. Disponível em <https://bit.ly/2COPJQX>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MACHADO TEIXEIRA, Maria Eunice de Godoy. **Sentidos do percurso da análise de discurso no Brasil na voz de pesquisadores da área**. 2014. tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2014. Disponível em : http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270862/1/MachadoTeixeira_MariaEunicedeGodoy_D.pdf. Acesso em: 21 set. 2019.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo: Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus. 2006.

MONITOR DIGITAL. Nota Técnica nº 2, de 24 de abr. de 2018. **A difusão dos boatos sobre Marielle Franco: do WhatsApp aos sites de notícias**. Disponível em <https://bit.ly/33wG0da>. Acesso em: 1 dez. 2019.

MORETZSHON, Sylvia. **Jornalismo em Tempo Real – O Fetiche da Velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOTA, Luiz Gonzaga. Jogos de Linguagem e Efeitos de Sentido da Comunicação Jornalística. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 1, N. 2 – 2004, p. 117-133 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2077/1819>. Acesso em: 1 fev. 2019.

MOURA, Sandra. **Caco Barcellos: o repórter e o método**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

O QUE é checagem de fatos — ou fact-checking? **Aos Fatos**. Rio de Janeiro. s.d. Disponível em <https://bit.ly/2Z02ocL>. Acesso em: 15 set. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Anais do I SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso)**. Porto Alegre, UFRGS, nov. 2003. Disponível em <https://bit.ly/31axU91>. Acesso em: 12 out. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio - No movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª edição. Campinas: 2014.

PIMENTEL, Aldenor da Silva; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Newsmaking in Portuguese: uma discussão das hipóteses de Gaye Tuchman no contexto brasileiro.** In: Comunicação & Informação. Goiânia, 2012, v. 15, n. 2, p. 116-132.

PRESIDENTE do TSE admite dificuldade para combater *fake news*. **O Globo.** Brasília, 07 de out. de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2OGv4X0>. Acesso em: 2 jun. 2018.

PRINCÍPIOS Editoriais do Grupo Globo. **Extra.** Rio de Janeiro, 6 de ago. de 2011 disponível em <https://extra.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 7 dez. 2019.

QUAIS são os riscos e os mitos em torno do fact-checking? **Lupa.** Rio de Janeiro, 15 out. de 2015. Disponível em <https://bit.ly/2nFqix2>. Acesso em: 29 set. 2019.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação.** Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em <https://bit.ly/2RwzxxG>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ROTEIRISTA do Greg News tenta aplicar estratégias censórias e recebe resposta; leia na íntegra. **Ceticismo Político.** [S.L]. Publicado em 3 de jul de 2018. Disponível em <https://bit.ly/32YFPbJ> (link quebrado). Acesso em: 13 jul. 2019.

SANTOS, Luís António. Sylvia Moretzsohn: o jornalismo “é cada vez mais necessário. **Communitas.** Disponível em <https://bit.ly/2lFbnM>. Acesso em: 8 set. 2019.

SECTARIZAR morte de Marielle é um desserviço. **Jornal O Globo.** Rio de Janeiro: 17 de mar. de 2018. Disponível em <https://glo.bo/2Lny5sz>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SILVA, Fernando Firmino. **Jornalismo live streaming: tempo real, mobilidade e espaço urbano.** In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: Umesp, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2DCC14Q>. Acesso em: 27 jan. 2009.

SILVA, Fernando Firmino. **Jornalismo Móvel Digital: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo.** Salvador: EDUFBA, 2015.

TELESPECTADOR da TV Correio pode ser ‘repórter’. **Portal Correio.** João Pessoa, 29 de maio de 2018. Disponível em <https://bit.ly/2JRV5Ay>. Acesso em: 2 jun. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional.** 3 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** 3 ed. Florianópolis: Insular. 2018.

WALLRAFF, Günter. **Fábrica de Mentiras.** São Paulo: Globo, 1990.

WHITROW, G. J. **O que é o Tempo?: uma visão clássica sobre a natureza do tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2WmGZKE> . Acesso em 27 jan. 2019.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999. Disponível em <https://bit.ly/2I6GgIw>. Acesso em: 9 jun. 2019.

ANEXOS

ANEXO A - Matéria da *Folha de S. Paulo*, objeto de estudo

18/03/2018

Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum' - 16/03/2018 - Mônica Bergamo - Folha

mônica bergamo (/colunas/monicabergamo/)

monica.bergamo@grupofolha.com.br (mailto:monica.bergamo@grupofolha.com.br)



[VIOLÊNCIA](http://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/violencia) (HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/VIOLENCIA)

[INTERVENÇÃO NO RIO](http://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/intervencao-no-rio) (HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INTERVENCAO-NO-RIO)

[RIO-DE-JANEIRO-ESTADO](http://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/rio-de-janeiro-estado) (HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/RIO-DE-JANEIRO-ESTADO)

Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum'

Marília Castro Neves fez o comentário nesta sexta (16) no Facebook

16.mar.2018 às 21h05

A desembargadora Marília Castro Neves, do Rio de Janeiro, escreveu nesta sexta (16) no Facebook que a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/imagens-mostram-marielle-entrando-no-carro-e-outro-veiculo-saindo-atras-dela.shtml>) nesta semana, "estava engajada com bandidos".

Afirmou ainda que o "comportamento" dela, "ditado por seu engajamento político", foi determinante para a morte. E que há uma tentativa da esquerda de "agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

A magistrada fazia um comentário abaixo de um texto postado pelo advogado Paulo Nader na rede social em que afirmava entender a comoção gerada pela morte de uma "lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida".

A desembargadora então postou o seguinte texto: "A questão é que a tal Marielle não era apenas uma 'lutadora', ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa 'longe da favela' sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava."

E seguiu: "Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

Um grupo de advogados que leu o texto começou a fazer campanha nas redes para que Marília Castro Neves seja denunciada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por ter "ironizado" a morte de Marielle.

A desembargadora afirmou à coluna que apenas deu a sua opinião como "cidadã" na página de um colega já que não atua na área criminal.

Ela afirma ainda que nem sequer tinha ouvido falar de Marielle até a notícia da morte. "Eu postei as informações que li no texto de uma amiga", afirma.

"A minha questão não é pessoal. Eu só estava me opondo à politização da morte dela. Outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção. E ela também lutava, trabalhava, salvava vidas", afirma.

Mônica Bergamo

Está na Folha desde abril de 1999. Na coluna, aborda diversas áreas, entre elas, política e coluna social.

ANEXO B - Matéria do *Ceticismo Político*, objeto do estudo

03/11/2018

Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é "cadáver comum" | ceticismopolitico

Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é "cadáver comum"

Por **Ceticismo Político** - 16 de março de 2018



Conforme coluna de Mônica Bérghamo, a desembargadora Marília Castro Neves, do Rio de Janeiro, escreveu nesta sexta (16) no Facebook que a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada nesta semana, "estava engajada com bandidos".

Ela ainda disse que o comportamento de Marielle – "ditado por seu engajamento político" – foi determinante para a morte. Por isso, Marília diz que há uma tentativa da esquerda de "agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

Marília combatia a narrativa da extrema esquerda de que Marielle era uma "lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida".

A desembargadora rebateu: "A questão é que a tal Marielle não era apenas uma 'lutadora', ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa 'longe da favela' sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava."

E seguiu: "Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa

03/11/2018 Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é "cadáver comum" | ceticismopolitico
diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro".

Agora, a militância da extrema esquerda começou a fazer campanha nas redes para que Marília Castro Neves seja denunciada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por ter "ironizado" a morte de Marielle. Ou seja, decidiram também criar o crime de "ironia", o que não existe no código penal.

Marília disse que apenas deu a sua opinião como cidadã na página de um colega já que não atua na área criminal.

"A minha questão não é pessoal. Eu só estava me opondo à politização da morte dela. Outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção. E ela também lutava, trabalhava, salvava vidas", afirma.

Ceticismo Político

ANEXO C - Matéria da Veja, objeto do estudo, publicada originalmente

<https://veja.abril.com.br/brasil/desembargadora-diz-que-marielle-estava-engajada-com-bandidos> Go FEB MAR JUN
 8 captures 17 2017 2018 2019 About this capture

Brasil

Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos'

Marília Castro Neves, do TJ-RJ, afirmou em comentário que a vereadora morta 'foi eleita pelo Comando Vermelho' e é 'um cadáver comum'

Por **Da redação**

© 16 mar 2018, 23h16 - Publicado em 16 mar 2018, 22h46



A desembargadora Marília Castro Neves e a vereadora Marielle Franco (Renan Olaz/CMRJ.)

A desembargadora **Marília Castro Neves**, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), afirmou no Facebook que a vereadora **Marielle Franco** (PSOL), assassinada na quarta-feira,

<https://veja.abril.com.br/brasil/desembargadora-diz-que-marielle-estava-eng> Go FEB MAR JUN
 8 captures 17 2017 2018 2019 About this capture

“A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores”, escreveu a magistrada, que insinuou que a morte da vereadora foi consequência de cobrança de “dívidas”. “Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”, finalizou.

Veja também



Política

Jungmann: Munição que matou Marielle foi roubada da PF na Paraíba

🕒 16 mar 2018 - 20h03



Brasil

Munição de crime contra Marielle é do mesmo lote de chacina em SP

🕒 16 mar 2018 - 16h03

Ativista dos direitos dos negros e das mulheres, Marielle foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, em um ataque que também vitimou o motorista Anderson Gomes, que dirigia o carro em que ela estava. As investigações já determinaram que a munição usada no crime pertence a um lote destinado à Polícia Federal de Brasília em 2006 e que foi roubado. Balas do mesmo lote também foram usadas na chacina que deixou 17 mortos na Grande São Paulo, em 2015.

À coluna da jornalista Mônica Bergamo, na [Folha de S. Paulo](#), que revelou o comentário, Marília afirmou que deu sua opinião “como cidadã”. A desembargadora disse ainda que não conhecia Marielle até saber de sua morte e que postou informações “que leu no texto de uma amiga”. Ela criticou o que chamou de “politização” do assassinato. “Outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção. E ela também lutava, trabalhava, salvava vidas.”

<https://veja.abril.com.br/brasil/desembargadora-diz-que-marielle-estava-eng> Go FEB MAR JUN
 17 2017 2018 2019 About this capture

8 captures
 17 Mar 2018 - 21 Jun 2019

O assassinato de Marielle Franco. (2) Muitos estão questionando o porquê da comoção nacional e internacional diante da morte da vereadora, que seria mais uma vida ceifada ao lado de milhares de muitas outras. Ocorre porém, que o grande destaque decorre do que está por trás deste crime. De um lado uma lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida e, de outro, a bandidagem que por ela se sentia ameaçada. É difícil imaginar que não se justifica a comoção nacional e internacional. A imprensa é livre, escrevam, pois, criticando o mundo inteiro!

Curtir Compartilhar Incorporar

84

3 compartilhamentos 12 comentários


Marília Castro Neves A questão é que a tal Marielle não era apenas uma "lutadora"; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu "compromissos" assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa "longe da favela" sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro.

Curtir · 11 h

Post de Paulo Nader sobre o assassinato de Marielle Franco (Reprodução/Facebook)

NOTÍCIAS SOBRE

JUSTIÇA MARIELLE FRANCO RIO DE JANEIRO



Comentários

Para comentar você precisará entrar com seu usuário e senha do **Abril Accounts** ou fazer login através do **Facebook** ou do **Google+**

ANEXO D - Matéria da Veja, objeto do estudo, publicada com alterações

13/07/2019

Marília Castro Neves: Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos' | VEJA.com

Pushnews



Assine VEJA

Enriqueça sua semana. Garanta o melhor do jornalismo para analisar os fatos mais importantes do Brasil e do mundo.

Powered by Pushnews

Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos'

Com base em fake news, Marília Castro Neves, do TJ-RJ, afirmou em comentário que vereadora morta 'foi eleita pelo Comando Vermelho'

Por **Da redação**

© 9 abr 2018, 17h01 - Publicado em 16 mar 2018, 22h46



A desembargadora Marília Castro Neves e a vereadora Marielle Franco (Renan Olaz/CMRJ.)

A desembargadora **Marília Castro Neves**, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), afirmou no Facebook que a vereadora **Marielle Franco** (PSOL), assassinada na quarta-feira, estava "engajada com bandidos". O comentário foi feito como resposta a uma postagem do advogado Paulo Nader, que chamou a parlamentar de "lutadora dos direitos humanos".

13/07/2019

Márcia Castro Neves: Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos' | VEJA.com

Pushnews

sua morte e que postou informações que leu no texto de uma amiga. Ela escreveu: "Outro dia uma médica morreu na Linha Amarela e não houve essa comoção"

Ela escreveu em seu comentário:

"A questão é que a tal Marielle não era apenas uma 'lutadora'; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores", escreveu a magistrada, que insinuou que a morte da vereadora foi consequência de cobrança de "dívidas". "Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro", finalizou.

Veja também



Política

Jungmann: Munição que matou Marielle foi roubada da PF na Paraíba

🕒 16 mar 2018 - 20h03



Brasil

Munição de crime contra Marielle é do mesmo lote de chacina em SP

🕒 16 mar 2018 - 16h03

Me engana que eu posto

Marcinho VP e Marielle: a verdade sobre esse boato

Ativista dos direitos dos negros e das mulheres, Marielle foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, em um ataque que também vitimou o motorista Anderson Gomes, que dirigia o carro em que ela estava. As investigações já determinaram que a munição usada no crime pertence a um lote destinado à Polícia Federal de Brasília em 2006 e que foi roubado. Balas do mesmo lote também foram usadas na chacina que deixou 17 mortos na Grande São Paulo, em 2015.

Paulo Nader 12 h · 🌐

🔔 Seguir

O assassinato de Marielle Franco. (2) Muitos estão questionando o porquê da comoção nacional e internacional diante da morte da vereadora, que seria mais uma vida ceifada ao lado de milhares de muitas outras. Ocorre porém, que o grande destaque decorre do que está por trás deste crime. De um lado uma lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida e, de outro, a bandagem que por ela se sentia ameaçada. É difícil imaginar que não se justifica a comoção nacional e internacional. A imprensa é livre, escrevam, pois, criticando o mundo inteiro!

👍 Curtir ➦ Compartilhar </> Incorporar

👍❤️👎 84

3 compartilhamentos 12 comentários

Márcia Castro Neves A questão é que a tal Marielle não era apenas uma "lutadora"; ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu "compromissos" assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa "longe da favela" sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro.

Curtir · 11 h 👍❤️👎 7

13/07/2019

Marilyn Castro Neves: Desembargadora diz que Marielle 'estava engajada com bandidos' | VEJA.com

Pushnews

A casa de Sílvio Santos vai surpreender você

Therapy Joker

**Assine VEJA**

Enriqueça sua semana. Garanta o melhor do jornalismo para analisar os fatos mais importantes do Brasil e do mundo.

Powered by Pushnews

Aviso: nunca deixe uma garrafa de água dentro do seu carro

Conselhos E Truques

Comentários

Não é mais possível comentar nessa página.

**Celso Franca Ribeiro dos Anjos** 17 mar 2018 - 18h18

Porque tanta celeuma mesmo antes de sabermos da real causa e fatores que ocasionaram este crime, vejam o passado dela.

**Bruno Vieira** 17 mar 2018 - 21h09

A mídia 'imparcial' prefere dar audiência para um partido de extrema esquerda terrorista, que usa suspeitas ainda não confirmada dessa morte para fazer palanque político e pedir o que sempre defenderam "o fim da policia militar" assistam ao video do velório e vejam essa tremenda barbarie desses canalhas, cretinos e desonestos. Quem é contra policia sem dúvida defende bandido ou é age como tal!

**Eduardo** 17 mar 2018 - 21h54

A norte dessa vereadora serviu para trazer a tona a vergonha que toma conta desses grupos "humanitários", e desmascarar o PSOL. O Brasil precisa evoluir, e não será com esse lixo.

**sinesio gimene** 17 mar 2018 - 22h18

é muita babaquice, a mídia bandida , a esquerda ordinaria toda junta pra promover as parcarias que esta militante da esquerda fazia, dividia, ajudava quem? os negros , os favelados? por acaso nao existem brancos nos morros, só negros? ela nao defendia, ela dividia , queria votos , assim que vive politicos , explorando a desgraça alheia

**FrenFria** 18 mar 2018 - 00h11

CERTAMENTE ESSA JUÍZECA, ASSIM COMO O JUÍZECO QUE SE APOSSOU DO CARRO IMPORTADO DO EIKE BATISTA VAI DAR UMA DE LOUCA E PEDIR APOSENTADORIA – SABIAM QIE NÃO BOTAM JUÍZECOS NA RUA ? ELES SE APOSENTAM ? MAS O JUÍZECO QUE SE APOSSOU DO CARRO DO EIKE BATISTA DANÇOU – QUEM TEM CONLUIO COM BANDIDOS NO RIO É ADRIANA ANCELMO –

**Gabriela Reis** 18 mar 2018 - 01h05

Como pode uma desembargadora fazer um comentário tão esdrúxulo assim?! Lamentável... Creio que a Marielle não estava envolvida com o tráfico, e sim com comunidades, pessoas com baixa renda ou nenhuma renda ! Pessoas que não são ouvidas nessa sociedade burguesa hipócrita. E daí que ela protegia mulheres negras? Que bom que tinha alguém para lutar por elas.. e tenho certeza que se fosse para lutar por mulheres no geral, ela lutaria! Independente da causa do assassinato, como essa " desembargadora" pode trata lá com k um cadáver comum ? Não existem cadáveres comuns!! Existem pessoas com histórias de vida, com família, amigos, filhos ..e que estão morrendo, assassinadas, perseguidas e baleadas. E por acaso isso é comum ? ... Gostaria de saber se fosse um parente dela que tivesse sido morto nessas condições. Ainda sim seria um cadáver comum Sra desembargadora?! Mais respeito ao ser humano.

**Tio do Lanchess** 18 mar 2018 - 01h24

O Rio de Janeiro tem a vida que merece, povo Medíocre, vida medíocre... Reclama da policia, abracem a violência.. O rio é um lixo

**Getúlio dos santos veiga** 18 mar 2018 - 12h36

GENTE É CEDO DE MAIS PARA SE FALAR TANTO!!! JUGAR SE ELA ERA ISSO OU AQUILO ACHO QUE NÃO É ESSA HORA. ESPERAR NUNCA É DE MAIS, TODA A VERDADE COM O TEMPO VAI SE ESCLARECER. TENHA SIDO ELA ISSO OU AQUILO NÃO É O CASO AGORA. E SIM COLOCAR ESSES ASSASSINOS NA CADEIA QUE É O LUGAR DELES (ERA UMA VIDA UM CER HUMANO E PORTANTO MERECE RESPEITO E MENUS CRITICAS COR RAÇA RELIGIÃO AGORA É O QUE MENUS INTERESSA)

Comentários mais antigos

ANEXO E - Matéria do Extra, objeto de estudo

[Busque no Extra](#)

[CAPA](#) [NOTÍCIAS](#) [POLÍCIA](#) [EMPREGO](#) [FAMOSOS](#) [TV E LAZER](#) [ESPORTE](#) [SEU CASTELAR](#)


[FOTOS](#)
[Extra Digital](#)
[Promoções](#)
[Acervo](#)
[Horóscopo](#)
[O Globo](#)
[Princípios Editoriais](#)

Casos de Polícia

17/03/18 09:24 Curtir 10 mil Tweeter

Desembargadora acusa Marielle Franco de 'engajamento' com bandidos



anterior
próximo

Leia mais



Lote de munição que matou Marielle foi usado pelo tráfico em São Gonçalo



Imagens mostram Marielle entrando no carro antes de ser morta



Assessora de Marielle desabafa nas redes: 'Estou viva. Mas a alma oca'

O GLOBO Tamanho do texto [A](#) [A](#) [A](#)

RIO — Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), Marília Castro Neves afirmou hoje em uma rede social que Marielle Franco, vereadora pelo PSOL executada aos 38 anos com dois tiros na cabeça, na última quarta-feira, "estava engajada com bandidos" e "não era apenas uma lutadora".

Segundo a desembargadora, no cargo desde 11 de dezembro de 2006, "a tal Marielle descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores", que, segundo Marília, seriam do Comando Vermelho.

Marielle, na avaliação da desembargadora, foi assassinada "por seu comportamento, ditado por seu engajamento político".

— Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro — escreveu.

40 comentários

Comentários Encerrados

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os [termos de uso](#), denuncie. Leia as [perguntas mais frequentes](#) para saber o que é impróprio ou ilegal.

Ora pois; comenta como cidadã, mas, trata-se de uma legítima partidária política. Oxalá não o seja no exercício de sua função, entretanto, infelizmente é o que parece. Este caso prezada magistrada,...

ijv1963, há 1 ano DENUNCIAR

13 **46**

Essa é mediocridade da justiça no país. Desembargadora jamais poderia fazer essa afirmação sem que o caso fosse investigado. JUSTIÇA ABAIXO DA MÉDIA!

Hugorj, há 1 ano DENUNCIAR

20 **38**

Desembargadora é quem tem patrocínio do tráfico e esta mulher deve ter ligação com os assassinos da Mariele , até pq sua acusação lembra muito os argumentos dos anos de chumbo.

Luiz Carlos Pires da Silva, há 1 ano DENUNCIAR

24 **69**

[Ler todos](#)

Busque no Extra

CAPA NOTÍCIAS POLÍCIA EMPREGO FAMOSOS TV E LAZER ESPORTE SEU CASTELAR

Carro onde Marielle foi assassinada era de motorista que também foi morto



Mensagem de luto por Marielle Franco é rasgada na fachada da 'Casa das Pretas'

apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa "longe da favela" sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro. há 6 horas - Curtir

A avaliação de Marília foi feita no Facebook de Paulo Nader, magistrado aposentado da Justiça fluminense e professor emérito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ele publicou um post em que comentava a comoção provocada pela morte de Marielle e a justificava pelo fato de a vereadora ser "uma lutadora dos direitos humanos e líder de uma população sofrida".

O comentário foi descoberto pela colunista Monica Bergamo, da "Folha de S.Paulo". Procurada pela coluna, a desembargadora afirmou que nunca tinha ouvido falar de Marielle Franco até seu assassinato e que se baseou informações que leu "no texto de uma amiga".

Marília afirmou ainda à coluna que fez o comentário como cidadã, e não como magistrada:

— Eu só estava me opondo à politização da morte dela.

Publicidade

Publicidade

As mais lidas

1 Após três dias de buscas, adolescente que desapareceu no Andaraí é encontrado na Zona Oeste do Rio

2 Velório de Bunitinho é marcado por homenagem Jojo Todynho comparece

3 Fenômeno na internet, Bunitinho morre baleado na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio

4 Homem morre após explosão de granada dentro de kombi no Complexo do Alemão

5 Tiros que mataram Bunitinho no Dendê foram disparados a curta distância, diz perícia

anterior

próximo

Publicidade

Imprimir Email Comentar Facebook Twitter Whatsapp

Anterior



Mãe comprava algodão doce para menino quando ele foi baleado no...

Próximo



Tentativa de assalto termina em tiroteio em Niterói

Onde Ronaldo mora aos 43 anos é de cortar o coração

Locksmith of Hearts | Patrocinado

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

Therapy Joker | Patrocinado

Passe longe: 12 carros que você deve evitar em 2020

Tantas Emoções | Patrocinado

Publicidade

ANEXO F: Matéria do Portal T5, objeto de estudo

[NE10 \(http://ne10.uol.com.br\)](http://ne10.uol.com.br)
[NOTÍCIAS \(https://ne10.uol.com.br/redar/buscar/\)](https://ne10.uol.com.br/redar/buscar/)
 sábado, 07 de dezembro de 2019 Busca
[t \(https://twitter.com/portalt5\)](https://twitter.com/portalt5)
[f \(https://www.facebook.com/portalt5/\)](https://www.facebook.com/portalt5/)
[@ \(https://www.instagram.com/portalt5/\)](https://www.instagram.com/portalt5/)

[NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/)
[POLÍTICA \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS/POLITICA\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/politica/)
[PARAÍBA \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS/PARAIBA\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/)
[ALAGOAS \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS/ALAGOAS\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/alagoas/)
[DIVERSÃO \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS/DIVERSAO\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/diversao/)
[CONCURSOS E EMPREGOS \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS/CONCURSOS-E-EMPREGOS\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/concursos-e-empregos/)
[ESPORTES \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/NOTICIAS/ESPORTES\)](https://www.portalt5.com.br/noticias/esportes/)
[BLOGS \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/BLOGS\)](https://www.portalt5.com.br/blogs/)
[TV TAMBÁUI \(HTTPS://WWW.PORTALT5.COM.BR/VIDEOS/TV-TAMBAUI\)](https://www.portalt5.com.br/videos/tv-tambaui/)
[ESPECIAIS](#)

BRASIL

Magistrada acusa vereadora Marielle Franco de ligação com o Comando Vermelho

Desembargadora Marília Castro Neves afirma que vereadora foi morta por "descumprir acordos firmados". PSOL promete ação na justiça.

Por Redação Portal T5
17/03/2018 17h53 - Atualizado 17/03/2018 às 17h52

f () 0



(<https://s3.portalt5.com.br/imagens/marilia-e-marielle.jpg?mtime=20180317174524>)

O Partido da Solidariedade (PSOL) estuda entrar com uma ação contra a desembargadora Marília Castro Neves, por calúnia e difamação, por conta das declarações dadas pela magistrada em relação a vereadora Marielle Franco, morta na última quarta-feira (14), no Rio de Janeiro.

Em postagem feita numa rede social, a desembargadora afirmou que Marielle fora eleita pelo "Comando Vermelho", facção criminoso que atua nas comunidades do Rio de Janeiro, e foi executada por "descumprir compromissos assumidos" com eles:

ANEXO G: Artigo publicado pelo *Ceticismo Político*, indisponível na página

13/07/2019

Roteirista do Greg News tenta aplicar estratégias censórias e recebe resposta; leia na íntegra – Ceticismo Político



CETICISMO POLÍTICO

ANÁLISE POLÍTICA
PARA ADULTOS

Início Ensaios

ENSAIOS

Início » Artigos » Roteirista do Greg News tenta aplicar estratégias censórias e recebe resposta; leia na íntegra

Roteirista do Greg News tenta aplicar estratégias censórias e recebe resposta; leia na íntegra

Publicado em Artigos // 16 comentários



Como os leitores sabem, decidi participar de um projeto de desmascaramento de censores após a extrema esquerda ter feito um teatro no mês de março para fingir que o site Ceticismo Político havia publicado uma “notícia falsa” sobre Marielle.

O primeiro truque da extrema esquerda se baseou em fingir que citar a declaração de alguém (sendo que a declaração não está provada) é uma “notícia falsa”, quando na verdade o recurso da citação não depende da comprovação da declaração. Assim, se um petista disser que “Moro é um agente da CIA”, temos uma afirmação falsa, mas se um jornalista escrever que “petista (x) disse que Moro é um agente da CIA” isso não é uma notícia falsa. A notícia só seria falsa se este petista dissesse: “eu jamais disse que Moro é um agente da CIA”.

Assim, deve ficar claro que qualquer jornalista que fingiu que este blog publicou uma notícia falsa sobre Marielle estava fingindo.

O segundo truque da extrema esquerda foi fingir que pseudônimo é o mesmo que perfil falso. Só que qualquer jornalista sabe que um perfil falso significa se passar por outra pessoa (algo como roubo de identidade), enquanto que um pseudônimo é registrado para um autor. Assim, quando meu livro “Liberdade ou Morte” (lançado

Para pesquisar, digite e pressione Enter

Ceticismo Político

Ceticismo Político
1.226 curtidas

Curtir Página Compartilhar

Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

RSS do site

RSS - Posts

RSS - Comentários

Assinatura

Coloque seu e-mail para receber novidades e notificações do Blog.

Junte-se a 7.116 outros assinantes

Endereço de e-mail

Assine o blog!

13/07/2019 Roteirista do Greg News tenta aplicar estratégias censórias e recebe resposta; leia na íntegra – Ceticismo Político em 2016 pela Editora Simonsen) foi registrado na Biblioteca Nacional, o pseudônimo Luciano Ayan foi registrado como minha criação.

Percebe-se que o teatro dos censores se amparou em dois truques.

Seja lá como for, os joguetes dos censores – que forjaram pretextos fraudulentos para censurar minha página no Facebook – pareciam ter sido interrompidos.

Eis que apareceu um tal de Denis Russo Bugierman com a repetição dos mesmos estratégias do mês de março.

Bugierman é roteirista do programa Greg News, o que já é suficiente para termos uma ideia do nível...

Abaixo você verá toda a nossa conversa por email, com os seguintes pontos:

- Vermelho – Mensagens do Denis
- Azul – Minhas mensagens
- Itálico Padrão – Meus comentários

Denis começa:

Caro Carlos,

Como vai?

Tenho uma coluna no Nexo e vou escrever sobre desinformação, mencionando a história da Marielle e sua interessante palestra na Câmara dos Deputados.

Gostaria de te fazer uma pergunta, se não se incomodar. Pode me contar por favor qual foi a intenção ao compartilhar o post da desembargadora Marília Vieira? Outra pergunta: ocorreu-lhe que seria importante checar se a informação compartilhada por ela era verdadeira, antes de amplificar seu alcance? Por quê (sim ou não)?

Respeitosamente

A dissimulação aqui é total. Para início de conversa, ele diz que está escrevendo sobre desinformação e entra em contato comigo para me citar como exemplo. Quer dizer: ele abriu uma provocação e mostrou que a interação não teria nada de respeitosa. Em seguida, diz que faria uma pergunta “se não me incomodasse”, mas a insistência dele mostrou que a própria afirmação já era dissimulada, uma vez que diante de uma suposta resistência a cair no truque ele deveria desistir. Em vez de desistir, ele insistiu no truque. Por fim, ele embute em sua questão uma técnica de shaming, sugerindo que eu deveria ter ficado “envergonhado” ou que “devesse explicações” por compartilhar uma notícia que era verdadeira, uma vez que a desembargadora deu as declarações publicadas. A notícia somente seria falsa se a desembargadora dissesse que jamais deu aquelas declarações. Ou seja, ele fingiu que “faltou checagem” em meu post e todo o resto de sua interação foi puro teatro. Em seguida, minha resposta...

LH responde:

Farei melhor.